

PEDRO HENRIQUE CARNEVALLI FERNANDES

MUNICÍPIO DE CAMBIRA (PR): DESENVOLVIMENTO LOCAL  
NO CONTEXTO REGIONAL

MARINGÁ (PR)

2009

PEDRO HENRIQUE CARNEVALLI FERNANDES

MUNICÍPIO DE CAMBIRA (PR): DESENVOLVIMENTO LOCAL  
NO CONTEXTO REGIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Geografia (DGE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), para obtenção de título de bacharel em Geografia

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ângela Maria Endlich

MARINGÁ (PR)

2009

## TERMO DE APROVAÇÃO

PEDRO HENRIQUE CARNEVALLI FERNANDES

MUNICÍPIO DE CAMBIRA (PR): DESENVOLVIMENTO LOCAL  
NO CONTEXTO REGIONAL

Trabalho aprovado para obtenção do grau em Bacharel em Geografia junto ao Departamento de Geografia, da Universidade Estadual de Maringá – UEM, pela seguinte banca examinadora:

Presidenta e orientadora: Professora Doutora Ângela Maria Endlich

Examinadora: Professora Doutora Deise Regina Elias Queiroz

Examinadora: Professora Mestre Dóris de Jesus L. Moya

Maringá (PR), 15 de Dezembro de 2009

*Para Mara e Júnior*  
*Mais do que pais: o meu motivo de existência*

## *Agradeço*

*aos meus pais Mara e Júnior pelo apoio incondicional ao longo de toda a graduação e pelas palavras de incentivo toda as vezes que foram necessárias e a minha irmã Ana Luiza pelas risadas;*

*ao meu irmão gêmeo Luiz pelo companheirismo, peça imprescindível no cotidiano de vida em Maringá;*

*aos demais membros da família, cada qual ajudando dentro de suas possibilidades, principalmente a Juliana Carnevalli e Aline Pedrassolli;*

*à Angela, professora, orientadora e companheira de reflexão, pela responsabilidade, atenção, dedicação, paciência, amizade e muitos outros adjetivos, que me acompanhou ao longo de mais de três anos;*

*aos meus amigos, fontes de força e entusiasmo, por deixarem os momentos difíceis serem efêmeros, principalmente a Bruna Carvalho e Cássia Furlan;*

*aos meus colegas e professores da Universidade Estadual de Maringá pelas discussões e embasamentos teóricos;*

*à Prefeitura Municipal de Cambira, em nome da Secretária da Educação Dóris de Jesus L. Moya, pelo amplo assessoramento e disponibilidade sempre que necessário ao longo do trabalho;*

*ao Leonildo Carnevalli, pela revisão e correção do trabalho;*

*a todos que ajudaram de alguma forma no auxílio técnico, nos trabalhos de campo, nos levantamento de dados e confecções de mapas.*

*H*á em olhos humanos, ainda que litográficos,  
uma coisa terrível: o aviso inevitável da consciência,  
o grito clandestino de haver alma.  
(Fernando Pessoa)

## Resumo

A compreensão do surgimento da cidade é peça fundamental no entendimento dos espaços geográficos. As cidades que se conhece atualmente correspondem ao resultado acumulativo de todo um processo histórico-político-cultural. Ainda que o Brasil seja reconhecido pelas suas grandes cidades, existe outra face do urbano brasileiro que diz respeito às pequenas cidades: 90% dos municípios possuem no máximo 50 mil habitantes, ocupando 81% do território e 34% da população brasileira. O Paraná segue essa proporção. Este trabalho foi desenvolvido acerca da realidade de um espaço que apresenta uma dinâmica demográfica e econômica divergente em determinados períodos: o Norte do Paraná, principalmente, dando destaque, ao município de Cambira e a microrregião em que está inserida. A emancipação de Cambira foi impulsionada pela atividade agrícola, principalmente a cafeeira, que sofreu com fatores de diferentes escalas que resultara de imediato a um intenso processo de declínio populacional. Partindo disso, muitas transformações ocorreram no campo, como o aumento da concentração fundiária e a mecanização da agricultura, que acabou por absolver um pequeno número de trabalhadores, e no espaço regional e na estrutura urbana de Cambira, como surgimento de loteamentos e avanço nos setores de indústria e serviços. A partir da década de 1990, houve uma nova mudança nos dados populacionais de Cambira e dos municípios dessa região: Cambira passou a ter um ganho, pequeno, mas positivo, de população, redefiniu seu papel e alterou novamente as condições sociais e econômicas no espaço regional. O trabalho foi permeado pelo questionamento acerca dos motivos que levaram a essas transformações. Elas sinalizam para uma dependência de centros regionais maiores o que mostra a necessidade de que as problematizações sejam apresentadas em âmbito regional e não focalizado em algo isolado, a partir de cada município.

Palavras-chave: Pequenas Cidades. Rede Urbana. Transformações Socioespaciais. Realidade Social.

## Abstract

Understanding the arising of the city is a primordial key in the comprehension of the geographic areas. The cities known nowadays, matches to the cumulatives results of a whole historical- political-cultural process. Even if Brazil is recognized by its big cities, there is other face of Brazilian urbane that concerns to the small cities: 90% of the conties have more than 50 thousand habitants, occupying 81% of the territory and 34% of Brazilian population. Paraná follows this proportion. This job was developed about the reality of a space that presents a dynamic demographic and economic dissonant in certain periods: Northern Parana, mainly focusing at the Cambira county and the microregion where it operates. The emancipation of Cambira was driven by the agricultural activity, especially coffee, which suffered from factors of different scales, that resulted immediately to an intense process of population decline. Based on this, many changes occurred in the country, as the increasing of the land concentration and mechanization of agriculture, which acquitted a few number of workers, and in the regional space and in the urban structure of Cambira as the appearance of subdivisions and progress in the areas of industry and services. From the 1990's, there was a new change in the population data of Cambira and of the conties in this region: Cambira now has its own won, a small part, but positive, of population, has redefined its function and changed again the social and economic conditions in the regional space. The job was permeated by the questioning around the reasons that led to these changes. They signal to a dependence on the larger regional, which shows the need for problems to be presented at the regional level and not focused on something separate, from each county.

Keywords: Small Towns. Urban Network. Sociospatial changes. Social Reality.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cambira (PR) -----	33
Figura 2: Cambira (PR): imagem de satélite -----	35
Figura 3: Escritório da CTNP em Londrina (PR), 1935 -----	41
Figura 4: Saudação da CTNP às pessoas que chegavam pela ferrovia em Londrina (PR) -----	42
Figura 5: Propaganda da CTNP -----	44
Figura 6: Propaganda do Norte do Paraná pela CTNP -----	44
Figura 7: Estação Ferroviária em Apucarana (PR) -----	46
Figura 8: Estrada aberta pela CMNP na região Norte do Paraná -----	46
Figura 9: Desmembramento a partir de Paranaguá (1648) -----	48
Figura 10: Desmembramento do município de Londrina (PR) até 1996 -----	48
Figura 11: Apucarana (PR). Geada de 1975 -----	54
Figura 12: Área rural de Cambira (PR). Cultura temporária -----	67
Figura 13: Área rural de Cambira (PR). Aviário -----	72
Figura 14: Área rural de Cambira (PR). Rebanho bovino -----	73
Figura 15: Área rural de Cambira (PR). Vila Rural Bela Vista -----	75
Figura 16: Área rural de Cambira (PR). Igreja na Vila Rural de Palmeirinha -----	75
Figura 17: Área rural de Cambira (PR). Vila Santo Antônio do Cambira -----	76
Figura 18: Área rural de Cambira (PR). Barracão com peças históricas -----	77
Figura 19: Área rural de Cambira (PR). Torrador de café -----	77
Figura 20: Área rural de Cambira (PR). Serras utilizadas na derrubada da cobertura vegetal -----	78
Figura 21: Área rural de Cambira (PR). Chuveiro utilizado nas fazendas -----	78
Figura 22: Cambira (PR). Museu Arraial dos Milagres – Armazém histórico -----	79
Figura 23: Cambira (PR). Museu Arraial dos Milagres – Cozinha histórica -----	79
Figura 24: Cambira (PR). Zona Industrial Leste, após o cemitério -----	87
Figura 25: Cambira (PR). Zona Industrial de Oeste à entrada de Cambira, margeando a rede ferroviária e rodoviária -----	90
Figura 26: Cambira (PR). Zona de expansão residencial para classe mais favorecida – Jardim Beleze -----	90
Figura 27: Cambira (PR). Limite cidade/campo, áreas loteadas e de expansão ----	91
Figura 28: Cambira (PR). Avenida Brasil, Zona Central. Comércio e serviços -----	102

Figura 29: Cambira (PR). Cruzamento das avenidas Brasil e Belo Horizonte -----	103
Figura 30: Cambira (PR). Praça do Calçadão – área de recreação -----	103
Figura 31: Cambira (PR). Calçadão municipal – área de lazer -----	104
Figura 32: Cambira (PR). Rede ferroviária -----	104
Figura 33: Cambira (PR). Estação Ferroviária de Cambira -----	105
Figura 34: Cambira (PR). Distrito Sete de Maio -----	106
Figura 35: Cambira (PR). Localização do Distrito Sete de Maio -----	106
Figura 36: Cambira (PR). Morfologia do Distrito Sete de Maio -----	107
Figura 37: Mobilidade do consumidor e mercados potenciais -----	116
Figura 38: O comércio moderno na rede urbana, por nível urbano -----	117
Figura 39: Comércio de exportação-importação na rede urbana, por nível urbano ----- -----	118
Figura 40: Influência dos dois circuitos da rede urbana, por nível urbano -----	119
Figura 41: Cambira (PR). Terminal Rodoviário na entrada da cidade -----	126
Figura 42: Cambira (PR). Terminal Rodoviário -----	126

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Estado do Paraná. População total, segundo classes de tamanho dos municípios, 2007 -----	24
Mapa 2: Localização de Cambira (PR) -----	33
Mapa 3: Mesorregião Norte Central Paranaense -----	34
Mapa 4: Microrregião de Apucarana e o município de Cambira -----	34
Mapa 5: Cambira (PR). Mapa de drenagem do município -----	37
Mapa 6: Cambira (PR). Município até 1990 -----	60
Mapa 7: Cambira (PR). Setores censitários do município -----	88
Mapa 8: Cambira (PR). Crescimento urbano -----	89
Mapa 9: Rede urbana do Norte do Paraná, por níveis de hierarquia urbana, 1960 ---- -----	111
Mapa 10: Cambira (PR) e a Rede urbana do Norte do Paraná, por níveis de centralidade, 1993 -----	112
Mapa 11: Cambira (PR). Deslocamento para trabalho ou estudo, por setores -----	125
Mapa 12: Cambira (PR). Rendimentos brutos, por setores -----	129

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Brasil. Número de municípios, população e área, segundo classes de tamanho de população, 2007 -----	21
Tabela 2. Paraná. Número de municípios, população e área, segundo classes de tamanho de população, 2007 -----	23
Tabela 3. Cambira (PR). Estrutura fundiária, número de estabelecimentos, por classes de ha, 1970 -----	50
Tabela 4. Microrregião de Apucarana. Estrutura fundiária, número de estabelecimentos, por classes de ha, 1960-1970 -----	51
Tabela 5. Cambira (PR). População total, rural e urbana, 1970-2000 -----	58
Tabela 6. Cambira (PR). Taxa de Crescimento, por período, 1970-2000 -----	58
Tabela 7. Cambira (PR). Contagem da população, 2007 e População Estimada, 2008-2009 -----	61
Tabela 8. Microrregião de Apucarana. Evolução da população total, rural e urbana, 1960-1980 -----	62
Tabela 9. Microrregião de Apucarana. Evolução da população total, rural e urbana, 1980-2000 -----	62
Tabela 10. Microrregião de Apucarana. Municípios e População, 2007-2009 -----	64
Tabela 11. Cambira (PR). Área colhida, produção, rendimento e valor, 2006 -----	70
Tabela 12. Cambira (PR). Produção de origem animal, 2006 -----	71
Tabela 13. Microrregião de Apucarana. Estrutura fundiária, número de estabelecimentos, por classes de ha, 1970-1996 -----	81
Tabela 14. Cambira (PR). Número de estabelecimentos total, 1996-2008 -----	95
Tabela 15. Cambira (PR). Número de Estabelecimentos, por atividade econômica, 1996-2008 -----	96
Tabela 16. Cambira (PR). Empregos, 1996-2008 -----	98
Tabela 17. Cambira (PR). Número de empregos, por atividades, 1996-2008 -----	99
Tabela 18. Cambira (PR). Estabelecimentos e emprego por setor, 2008 -----	101
Tabela 19. Horários do transporte pela Viação Garcia -----	123
Tabela 20. Horários do transporte pela Expresso Nordeste -----	123
Tabela 21. Cambira (PR). Situação dos serviços de saúde, 2005 -----	130
Tabela 22. Cambira (PR). Situação de Pobreza e Renda apropriada por extratos de população, 1991 e 2000 -----	132

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Brasil. Número de municípios, 1940-2006 -----	20
Gráfico 2. Brasil. Municípios por classe de tamanho de população, 2007 -----	21
Gráfico 3. Paraná. Municípios por classe de tamanho de população, 2007 -----	23
Gráfico 4. São Paulo e Paraná. Produção de Café, 1940-1977 -----	43
Gráfico 5. Cambira (PR). Estrutura fundiária, porcentagem de estabelecimentos, por classe de ha, 1970 -----	50
Gráfico 6. Cambira (PR). População total, rural e urbana, 1970-2000 -----	57
Gráfico 7. Cambira (PR). Taxa de Crescimento, por período, 1970-2000 -----	58
Gráfico 8. Cambira (PR). Contagem da população, 2007 e População Estimada, 2008-2009 -----	61
Gráfico 9. Microrregião de Apucarana. População, 2007-2009 -----	64
Gráfico 10. Cambira (PR). Uso do Solo Agrícola, por área, em hectares, 1996 -----	68
Gráfico 11. Cambira (PR). Estabelecimentos agropecuários, segundo as atividades econômicas, 1996 -----	69
Gráfico 12. Cambira (PR). Valor do produto agrícola, em R\$1000,00, 2006 -----	70
Gráfico 12. Cambira (PR). Produção agrícola, em toneladas, 2006 -----	71
Gráfico 14. Cambira (PR). Efetivo de pecuária e aves, 2006 -----	72
Gráfico 15. Cambira (PR). Estrutura de Emprego na agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal ou pesca, 1996-2008 -----	80
Gráfico 16. Microrregião de Apucarana. Número de estabelecimentos por classes de hectares, 1960-1996 -----	82
Gráfico 17. Cambira (PR). Número de estabelecimentos por classes de hectares, 1970-1996 -----	83
Gráfico 18. Cambira (PR). Estabelecimentos, por classes de hectares, 1970-1996 -----	84
Gráfico 19. Microrregião de Apucarana. Estabelecimentos, por classes de hectares, 1970-1996 -----	84
Gráfico 20. Cambira (PR). Acesso a bens de consumo, 1991 e 2000 -----	92
Gráfico 21. Cambira (PR). Acesso a serviços básicos, 1991 e 2000 -----	93
Gráfico 22. Cambira (PR). Estabelecimentos por setor, 1996-2008 -----	95
Gráfico 23. Cambira (PR). População Economicamente Ativa (PEA), 2000 -----	97
Gráfico 24. Cambira (PR). Estabelecimentos por setor, 1996-2008 -----	98

Gráfico 25. Cambira (PR). Estabelecimentos x Empregos, 1996-2008 -----	100
Gráfico 26. Cambira (PR). Número de veículos registrados, 1996-2008 -----	101
Gráfico 27. Cambira (PR). Pirâmide etária, 2000 -----	120
Gráfico 28. Cambira (PR). Despesas municipais por setores, 2007 -----	128
Gráfico 29. Cambira (PR). Taxa de analfabetismo, por faixa etária, 2000 -----	131
Gráfico 30. Cambira (PR). Taxa média de analfabetismo e taxa de anos de estudo, por faixas etárias, 2000 -----	131

## **LISTA DE SIGLAS**

ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas  
AMUV – Associação dos Municípios do Vale do Ivaí  
CDPC – Conselho Deliberativo de Política do Café  
CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná  
CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná  
GERCA – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura  
IBC – Instituto Brasileiro do Café  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geociência do Paraná  
MUNIC – Pesquisa de Informações Básicas Municipais  
SAPC – Serviço de Apoio ao Programa Café  
SESA – Secretaria de Estado da Saúde do Paraná  
SUS – Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

Introdução .....	16
Parte 1 – Formação socioespacial do Norte do Paraná e o município de Cambira ----- .....	29
1.1 Formação da região e a história de Cambira .....	38
1.2 Das origens à agricultura cafeeira em Cambira .....	49
1.3 Cambira contada pelos seus pioneiros .....	51
Parte 2 – Transformações regionais e suas implicações no município de Cambira ---- .....	56
2.1 Dinâmicas demográficas do município de Cambira e o contexto regional .....	57
2.2 Transformações no campo .....	65
2.3 Transformações urbanas .....	85
2.4 Redefinições na rede urbana no Norte do Paraná e o núcleo urbano de Cambira .....	108
Parte 3 – Cambira e sua inserção na rede urbana atual .....	114
3.1 Dinâmica socioeconômica do município e atuais papéis urbanos .....	120
3.2 Desafios da realidade social do município de Cambira .....	127
3.3 Perspectiva do desenvolvimento local e o município de Cambira .....	133
Considerações finais .....	138
Referências .....	141
Apêndices .....	147

## Introdução

A busca pela compreensão da condição humana e social de vida dentro de determinado espaço geográfico ou na formação e produção desses espaços, atrelados aos processos urbanos, e a formação/transformação dos municípios, destacando a área urbana, são os principais motivos que levaram à realização desse trabalho. Endlich (2006, p. 21) define o espaço geográfico como sendo:

Parte condicionante e expressão de dinâmicas econômicas, políticas, enfim, de processos sociais como um todo, ou seja, enquanto a sociedade define-se econômica e politicamente, estabelecendo condições sociais, produz também o espaço em que vive com atributos que só podem ser compreendidos neste contexto geral. (ENDLICH, 2006, p. 21).

O objetivo que se busca é baseado em propósitos sociais e limita a visão da economia, necessária para responder a algumas inquietações e/ou transformações que ocorrem no atual período em que o foco é o global, uma vez que a econômica “articula o espaço geográfico como um todo, comandada por interesse de poucos, subordinando a vida de muitos” (ENDLICH, 2006, p. 21).

Evidentemente, deve-se ser cauteloso ao analisar o espaço pelo viés econômico, principalmente no mundo contemporâneo em que o discurso é direcionado para o interesse na acumulação e renovação do capital, impulsionado pelas inovações tecnológicas e programas públicos para manutenção do crédito, como formas de resolver os problemas sociais.

Um trabalho que se filia à Geografia, compreendida no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, deve buscar, entre outros objetivos, contribuições ao humano e ao social, principalmente perante uma hegemonia ideológica do espaço geográfico que visa alcançar benefício a poucos. Segundo Furini e Góes (2006, p. 34):

O espaço geográfico traz em si duas potencialidades, a de ser lugar de emancipação e lugar de alienação. Ocorre que os vetores formados pela alienação tendem a suprimir os da emancipação principalmente no âmbito simbólico. (FURINI; GÓES, 2006, p. 34).

Logo, as contribuições geográficas devem ser sinalizadas para a busca da realidade e, conseqüentemente, à busca emancipatória dos espaços geográficos e pela emancipação humana<sup>1</sup> em vez da alienação.

O entendimento do surgimento da cidade é peça fundamental na compreensão dos espaços geográficos. As cidades que são conhecidas atualmente é o resultado acumulativo de todo um processo histórico-político-cultural de mais de cinco mil anos. Ou seja, “a cidade de hoje é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais” (SPOSITO, 1991, p. 11).

O processo de urbanização começou com pequenos vilarejos há cerca de cinco mil anos e passou a representar a busca pela liberdade na Idade Média, como destaca Rolnik (1988, p. 35):

Ao fluir para as cidades, os camponeses se libertaram do regime de servidão, não mais se submetendo ao vínculo com a terra e com o senhor que lhes roubava trabalho, a comida e o tempo. Assim, para o servo, ir para a cidade, mesmo que não representasse necessariamente a felicidade, saúde ou prosperidade, significava concretamente a liberdade. (ROLNIK, 1988, p. 35).

O processo de urbanização foi intensamente ampliado a partir do capitalismo, como destaca Sposito (1991, p. 30): “a cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo”. Entretanto, a perversidade do processo trouxe conseqüências negativas tanto para o município quanto para a sua sede (cidade).

O conceito de cidade então, segundo Souza (1999 apud MOURA, 2009, p. 16):

Está vinculado à materialidade do espaço construído, ao concreto, onde vivem os cidadãos, ao conjunto de infra-estrutura, de equipamentos, enfim, de toda materialidade que permite a vida coletiva de um conjunto cada vez maior de cidadãos coabitando. (SOUZA, 1999 apud MOURA, 2009, p. 16).

---

<sup>1</sup> A noção de emancipação humana está relacionada à concepção de liberdade. Contra a perspectiva liberal clássica que expõe a liberdade como mera ausência de restrições às opções disponíveis, o marxismo traz uma noção de liberdade maior que compreende a eliminação dos obstáculos à referida emancipação, ou seja, ao múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas (BOTTOMORE, 2001, p. 123-124 apud ENDLICH, 2006, p. 22).

No entanto, Sposito (2005 apud MOURA, 2009, p. 17) deixa claro que seja um “conceito interpretativo, pois evoca um conjunto de diversas funções sociais”.

O Brasil contemporâneo é considerado um país urbano. Segundo as estimativas de 2008 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já são pouco mais de 80% da população brasileira vivendo nas áreas urbanas<sup>2</sup>. Esse processo de urbanização é recente, ou seja, até 1950, segundo Matos (2000, s.p.), a rede urbana brasileira “era fragmentada, esparsa, desarticulada, nucleadas em faixas próximas do litoral, fortemente associada às heranças da economia primário-exportadora dos séculos anteriores”.

A considerada expansão da malha viária, a modernização da agricultura e a expansão em busca de novas fronteiras agrícolas intensificaram a migração campo-cidade e para o interior. Esses processos foram incentivados pela modernização industrial iniciada no Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), como a instalação do setor automotivo no Brasil, a expansão rodoviária e construção de Brasília<sup>3</sup>.

Na década de 1970, as conseqüências dos efeitos iniciais descritos sinalizaram para um momento de expansão do sistema urbano<sup>4</sup> no País. Matos (2000, s.p.) apresenta a dimensão desse processo: entre 1960 e 1980, cerca de 50 milhões de pessoas passaram a ocupar as áreas urbanas, das quais 28 milhões foram oriundas das áreas rurais, ou seja, o êxodo rural representou algo próximo de 57% do crescimento urbano daquele período.

A globalização tem influência direta na reestruturação da rede urbana, incluindo as pequenas cidades. Segundo Corrêa (1999, p. 44):

---

<sup>2</sup> Conforme o relatório ‘*Situação da População Mundial 2007*’ divulgado, em junho de 2007, pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, na sigla em inglês), as cidades constituem, atualmente, o espaço de vida de pouco mais da metade da população mundial.

<sup>3</sup> A expansão da malha rodoviária e a construção da cidade de Brasília foram alguns resultados do chamado Plano de Metas estabelecido pelo governo JK. Sob o lema de “Cinquenta anos em Cinco”, era composto por 30 metas que privilegiavam cinco setores: energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação, além da meta autônoma que era a construção de Brasília. As principais conseqüências negativas de tal plano foram endividamento nacional, inflação, expressivo êxodo rural, entre outras (RACY, 2005).

<sup>4</sup> Sistema Urbano – sinônimo de Rede Urbana – é entendido, segundo Corrêa (2003, p. 133), de maneira simples, no conjunto de centros funcionalmente articulado, refletindo as transformações econômico-sociais da sociedade, inseridas num processo histórico, ou seja, dentro de uma dimensão sócio-espacial da sociedade; essas funcionalidades podem ser analisadas segundo diversas linhas de pesquisa.

A globalização causa vigoroso impacto sobre as esferas econômica, social, política e cultural, mas também, e simultaneamente, sobre a organização espacial que tanto reflete como condiciona aquelas esferas. Em outras palavras, a globalização causa impacto, ainda que desigualmente, sobre as formas, funções e agentes sociais, alterando-os em maior ou menor grau e, no limite, substituindo-os totalmente. (CORRÊA, 1999, p. 44).

A rede urbana acaba por ser, então, a reflexão mais contundente das reestruturações estabelecidas no espaço geográfico. Segundo Santos (1988 apud CORRÊA, 1999, p. 44):

Trata-se, em toda parte, de uma rede urbana que sofreu o impacto da globalização, na qual cada centro, por minúsculo que seja, participa, ainda que não exclusivamente, de um ou mais circuitos espaciais de produção. (SANTOS, 1988 apud CORRÊA, 1999, p. 44).

Logo, a rede urbana, segundo Corrêa (1999, p. 47), é afetada, pela globalização, tanto por intermédio de criações urbanas recentes ou criação de novos centros, como pela refuncionalização ou alterações funcionais dos pequenos centros preexistentes, impostas ou induzidas.

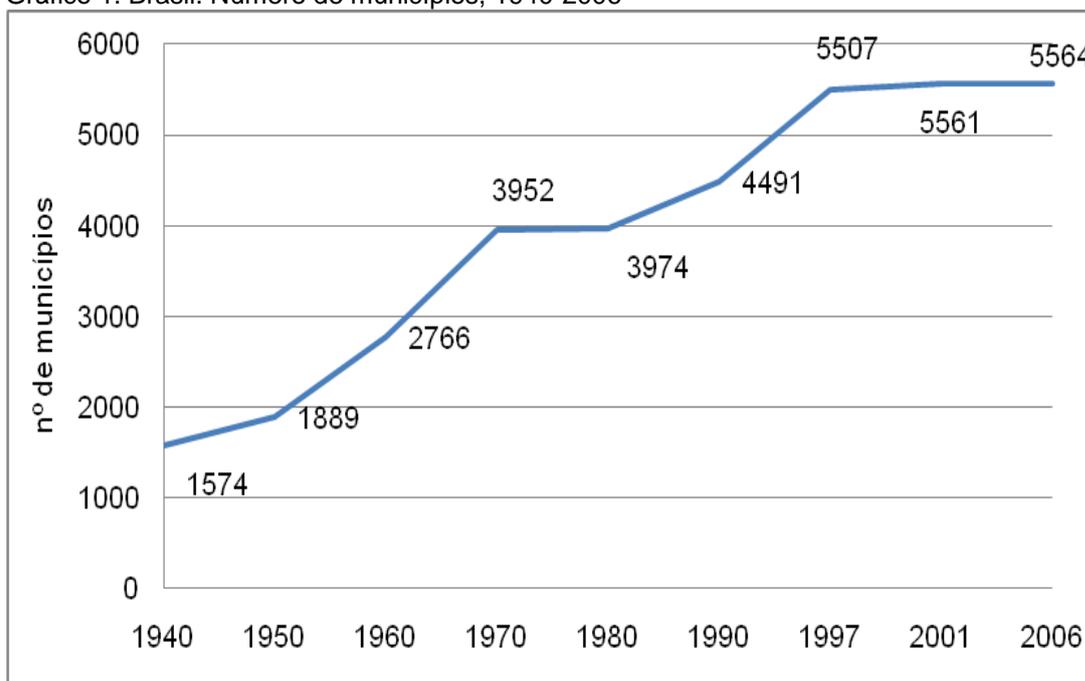
A refuncionalização desses pequenos centros ocorre por meio de duas possibilidades. A primeira diz respeito à perda, relativa ou absoluta, de centralidade, acompanhada em muitos casos pelo desenvolvimento de novas funções não-centrais e ligadas diretamente à produção no campo. A segunda diz respeito à transformação do pequeno núcleo a partir de novas atividades (CORRÊA, 1999, p. 48-51). No Brasil há um estreito vínculo entre a cidade e a estruturação territorial local – o município, pois se reconhece formalmente em cada sede municipal uma cidade.

O número de municípios no Brasil aumentou significativamente a partir da década de 1970. O Gráfico 1 apresenta a quantidade de municípios brasileiros de 1940 a 2006, segundo o IBGE. Ele permite perceber nitidamente dois momentos em que o número de municípios aumentou consideravelmente: 1980 e 1997. Isso ocorreu devido a muitos desmembramentos realizados com maior intensidade durante as décadas de 1970 e 1990.

Dos 5.564 municípios brasileiros, o Estado do Paraná é o quinto em quantidade, com 399 (7,2%), ficando atrás dos Estados de Minas Gerais, líder com

853 (15,3%), São Paulo, segundo lugar, com 645 (11,6%), Rio Grande do Sul, terceiro, com 467 (8,4%) e a Bahia que conta com 415 (7,4%) municípios e aparece em quarto lugar. Esses, somados, representam aproximadamente 50% dos municípios brasileiros.

Gráfico 1. Brasil. Número de municípios, 1940-2006



Fonte: IBGE

Organização: Fernandes, P. H. C.

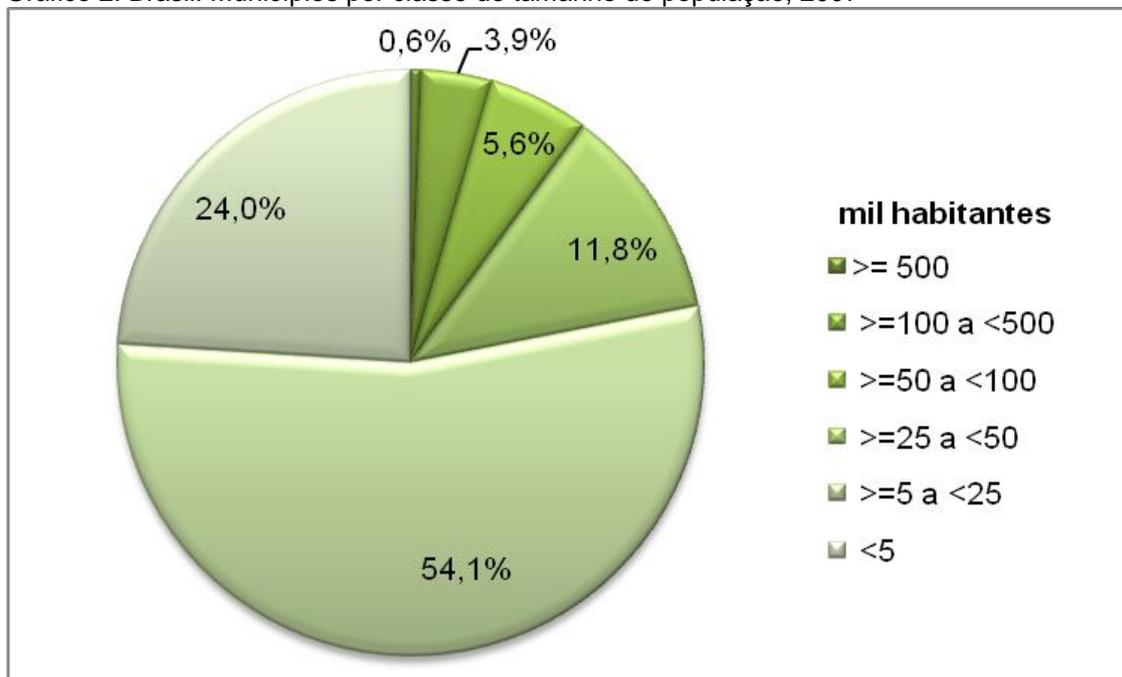
Ainda que “o Brasil seja reconhecido pelas suas grandes cidades, há essa outra face do urbano brasileiro, também notável, que diz respeito às pequenas cidades” (ENDLICH, 2009, p. 9). Como parâmetro de distinção das chamadas “pequenas cidades”, dentre os mais de 5.500 municípios brasileiros, foram considerados aqueles que têm menos de 50 mil habitantes.

No País, 78% dos municípios possuem, no máximo, 25 mil habitantes, segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), divulgada pelo IBGE em 2006. Esse número se amplia para quase 90% se inseridos aqueles com até 50 mil habitantes. Ainda segundo o órgão federal, a maioria dos municípios criados recentemente possui um número de habitantes menor que 20 mil. Para se ter uma noção, entre 1989 e 1992, 90% dos municípios criados possuíam até 20 mil habitantes. Já após 1996, essa marca atingiu 98%.

O Gráfico 2 mostra a distribuição dos municípios brasileiros, por classes de tamanho de população. A Tabela 1 reflete os números da realidade brasileira:

número e porcentagem de municípios, população e a área que eles representam, por classes de tamanhos de população, segundo critérios do próprio IBGE.

Gráfico 2. Brasil. Municípios por classe de tamanho de população, 2007



Fonte: IBGE/Moura, 2009 – adaptado  
Organização: Fernandes, P. H. C.

Tabela 1. Brasil. Número de municípios, população e área, segundo classes de tamanho da população, 2007

CLASSE (mil habitantes)	MUNICÍPIOS		POPULAÇÃO 2007		ÁREA (%)
	Número	%	Total	%	
>=500	36	0,6	53.750.924	29,2	0,6
>=100 a <500	217	3,9	44.818.152	24,4	4,8
>=50 a <100	314	5,6	21.826.290	11,9	13,0
<b>&gt;=25 a &lt;50</b>	<b>656</b>	<b>11,8</b>	<b>22.393.214</b>	<b>12,2</b>	<b>21,7</b>
<b>&gt;=5 a &lt;25</b>	<b>3.008</b>	<b>54,1</b>	<b>36.609.950</b>	<b>19,9</b>	<b>52,8</b>
<b>&lt;5</b>	<b>1.334</b>	<b>24,0</b>	<b>4.490.311</b>	<b>2,4</b>	<b>7,1</b>
TOTAL	5.565	100,0	183.888.841	100,0	100,0

Fonte: IBGE/MOURA (2009) – adaptado  
Organização: Fernandes, P. H. C.

Os municípios demograficamente pequenos (até 50 mil habitantes) ocupam considerada área do território nacional: mais de 81%. A população desses municípios também é considerada, apesar de não contemplar a maioria da população brasileira (que está nos municípios com mais de 100 mil habitantes – quase 54%): representam pouco mais de 34% da população brasileira (mais de 63 milhões de pessoas).

O número de municípios com menos de 50 mil habitantes é de 4.998. Desses, a maior parte (60%) está na classe entre 5.000 e 24.999 habitantes, o que corresponde a quase 20% da população brasileira e representam quase 53% de área do território nacional.

Segundo Endlich (2009, p. 9), “estas localidades abrigam significativa parte da população brasileira e constituem numerosos pontos de suporte territorial por todo o País”. Contudo, apenas recentemente se tem percebido o aumento de trabalhos sobre essa temática. Os trabalhos que mais se destacam são: Santos (1979a, 1981), Fresca (1990), Endlich (1998), Corrêa (1999), Oliveira e Soares (2002), Gonçalves (2005), Endlich (2006), entre outros autores. Essas localidades são, na maioria das vezes, esquecidas pela sociedade, pelo poder político e pelas pesquisas acadêmicas. Logo, torna-se pertinente a afirmação de Endlich (2006, p. 25):

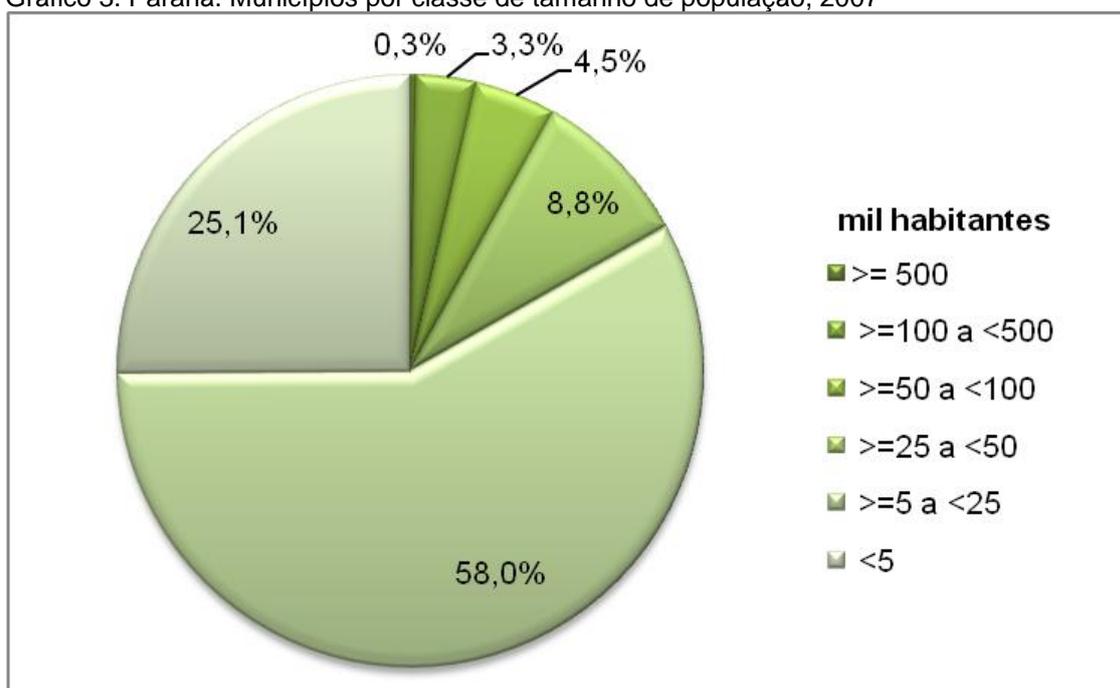
A realidade regional instiga a reflexão sobre as pequenas cidades. Não se trata, destarte, de fazer apologias a este tipo de localidade, tampouco de incorporar gritos amargos sobre a grande cidade, mas de respeitar e reconhecer espaços concretos, freqüentemente ignorados no cenário político e acadêmico. (ENDLICH, 2006, p. 25).

O urbano não é formado apenas dos grandes centros, e os estudos acadêmicos não devem direcionar sua atenção apenas para as áreas metropolitanas e/ou para as cidades médias, mas, além da preocupação com os grandes e médios centros, deve-se considerar o grande leque de conjunto de pequenas localidades cujos papéis urbanos são necessários serem estudados. Portanto, “não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana. (...) Trata-se, então, de reconhecer a existência das cidades menores” (ENDLICH, 2006, p. 31).

No Paraná a situação segue a lógica nacional, ou seja, a maioria são pequenas cidades, mas a maioria da população reside em municípios com mais de 100.000 habitantes (60,3%). O Gráfico 3 mostra a distribuição dos municípios paranaenses, por classes de tamanho de população. A Tabela 2 mostra o número de municípios, por classes de tamanho de população e por área, em 2007, segundo o IBGE.

Dentre os 399 municípios do Paraná, quase 92% podem ser considerados como “pequenas cidades”. Esses municípios representam uma parcela de mais de 4 milhões de pessoas, quase 30% da população do estadual, sendo responsáveis por quase 85% do território paranaense.

Gráfico 3. Paraná. Municípios por classe de tamanho de população, 2007



Fonte: IBGE/Moura, 2009 – adaptado  
Organização: Fernandes, P. H. C.

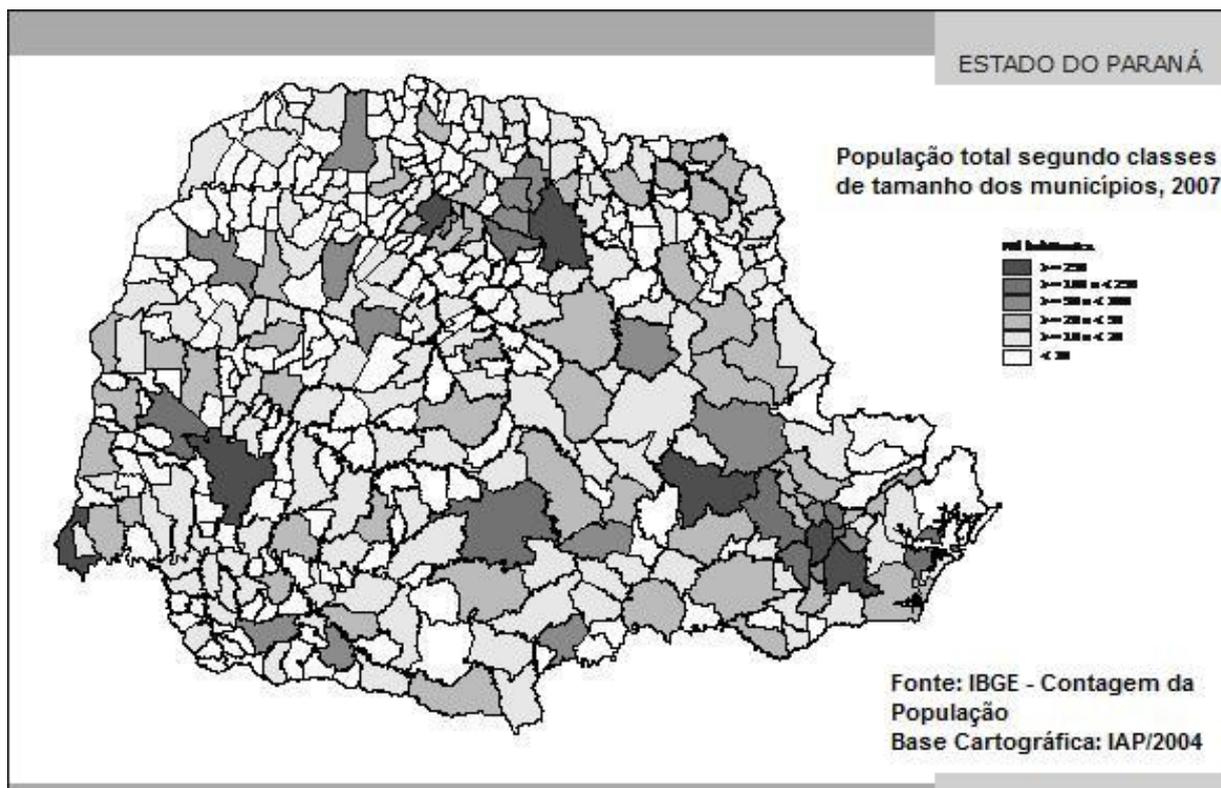
Tabela 2. Paraná. Número de municípios, população e área, segundo classes de tamanho da população, 2007

CLASSE (mil habitantes)	MUNICÍPIOS		POPULAÇÃO 2007		ÁREA (%)
	Número	%	Total	%	
>=500	01	0,3	1.797.408	13,0	0,2
>=100 a <500	13	3,3	6.567.243	47,3	7,2
>=50 a <100	18	4,5	1.366.936	9,9	7,1
<b>&gt;=25 a &lt;50</b>	<b>35</b>	<b>8,8</b>	<b>1.182.992</b>	<b>8,5</b>	<b>15,6</b>
<b>&gt;=5 a &lt;25</b>	<b>232</b>	<b>58,0</b>	<b>2.603.195</b>	<b>18,8</b>	<b>59,3</b>
<b>&lt;5</b>	<b>100</b>	<b>25,1</b>	<b>356.587</b>	<b>2,6</b>	<b>10,6</b>
<b>TOTAL DO PAÍS</b>	<b>399</b>	<b>100,0</b>	<b>13.874.361</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTES: IBGE/MOURA (2009) – adaptado  
Organização: Fernandes, P. H. C.

O número de municípios com menos de 50 mil habitantes no Paraná é de 367. Desses, 63,2% estão entre a classe de 5.000 a 24.999 habitantes. Correspondem a 18,8% da população estadual (2.603.195 pessoas) e representam quase 60% de área do Paraná. Já 27,2% correspondem aos que têm menos de 5 mil habitantes e representam 2,6% da população e 10,6% da área do Estado.

O Mapa 1 sistematiza e espacializa esses dados. Mostra o Estado do Paraná segundo as classes de tamanho dos municípios, em 2007.



Mapa 1: Estado do Paraná. População total, segundo classes de tamanho dos municípios, 2007  
Fonte: Moura, 2009.

Os estudos direcionados a essas pequenas cidades vão além dessa sua expressividade numérica. Várias inquietações permearam a realização deste trabalho, principalmente aquelas voltadas à intensa mobilidade espacial da população, especialmente após a década de 1970. Na região Norte do Paraná, “a presença dessas pequenas cidades é explicada pelo processo de formação socioespacial da região, ocorrido no contexto da economia cafeeira” (ENDLICH, 2006, p. 23). Essa atividade impulsionou a vinda intensa de pequenos produtores e trabalhadores rurais para essas áreas.

Com o declínio da atividade agrícola – principal fonte de renda das sedes dos municípios ou então vilas/distritos –, impulsionada pela mecanização, incentivo à industrialização, interesse de empreendimentos privados de loteamentos, entre outros fatores, houve um declínio populacional no campo. Esse declínio, segundo Endlich (2006, p. 24), “foi esvaziando, também, os numerosos e pequenos núcleos urbanos sob o aspecto funcional, promovendo uma outra mobilidade oriunda das pequenas cidades estagnadas em direção, sobretudo, aos centros maiores”.

Esses ciclos, marcados pelas migrações do homem do campo e das pequenas cidades, modificaram o espaço regional e a estrutura urbana dessas

localidades. Muitas pessoas permaneceram na cidade, contudo com a necessidade de emprego. Desse modo, as pequenas cidades, após a cafeicultura, tiveram que se modelar, tornando-se assim, “espaço instável para a sociedade local” (ENDLICH, 2006, p. 24). Segundo Moura (2009, p. 16):

Em muitos países da Europa, pequenos centros urbanos oferecem as funções necessárias para um cotidiano auto-suficiente, com as vantagens da tranquilidade que os centros maiores perderam. Em países subdesenvolvidos, há que se recorrer às metrópoles até para funções fundamentais. (MOURA, 2009, p. 16).

Partindo desses pressupostos, fica evidente a relevância das pequenas cidades no contexto brasileiro. É importante também destacar suas peculiaridades e características próprias, muitas vezes camufladas em grandes centros urbanos ou ignoradas e/ou menosprezadas.

Este trabalho foi desenvolvido acerca da realidade de um espaço que apresenta uma dinâmica demográfica e econômica divergente em determinados períodos: o município de Cambira, seguindo uma lógica encontrada no Norte e Noroeste do Paraná. Evidentemente, essa realidade pode ser estendida para muitos outros municípios<sup>5</sup>, inclusive sua análise nos remete a uma visão regional, uma vez que sofrem, grosso modo, de processos similares.

O desenvolvimento inicial de Cambira foi impulsionado pela atividade agrícola, principalmente a cafeeira. Entretanto, fatores de diferentes escalas geraram transformações no campo, como a concentração fundiária e a mecanização da agricultura, que acaba por absorver um pequeno número de trabalhadores. Isso gerou no município um intenso processo de declínio populacional e ocasionou também muitas transformações na área urbana, principalmente com a chegada das pessoas oriundas das áreas rurais.

Esses dados numéricos são importantes para demonstrar a intensidade do processo, entretanto, são falhos ao entender o porquê desses fluxos humanos<sup>6</sup>, uma vez que o conhecimento dessas se faz necessário para conhecer os papéis agora desempenhados por essas pequenas localidades, tanto na esfera econômica como numa visão social.

---

<sup>5</sup> Mais informações no trabalho de Endlich (2006), que discorre sobre os papéis e significados das pequenas cidades no Noroeste do Paraná – ver referências.

<sup>6</sup> Endlich (2006, p. 27) discorre sobre que esses fluxos humanos são motivados pela busca por sobrevivência.

Entender a realidade urbana desses centros urbanos menores é fundamental. Essas localidades, assim como acontece nas grandes e médias cidades brasileiras, apresentam uma lista de precariedades e necessidades, como hospitais, escolas, creches, delegacias e polítics públicas voltadas para a população. Segundo Endlich (2006, p. 29), as cidades brasileiras expressam:

As contradições presentes no processo de urbanização do país, que produziu uma espacialidade adequada ao desenvolvimento econômico, mas descompassada de um ritmo e de uma condição humana e social apropriada de vida. (ENDLICH, 2006, p. 29).

A partir da década de 1990, houve uma nova mudança nos dados populacionais de municípios dessa região, inclusive no de Cambira. O município passou a ter um ganho, pequeno, mas positivo, de população. Portanto, houve uma redefinição de seus papéis e alterações econômicas. Logo, entender os motivos que levaram a essas transformações caminha sinalizar para uma dependência de centros regionais maiores e mostra a importância de se buscar, mais uma vez, entender um processo em âmbito regional e não focalizado em algo isolado<sup>7</sup>.

É importante, então, que dentro da localidade se estimulem estratégias de cunho local, valorizando elementos endógenos e impulsionando a participação da sociedade local no desenvolvimento do município. Endlich (2006, p. 34) sinaliza para o direcionamento e verdadeira essência da participação social nesse processo:

Esta readaptação dificilmente seria obtida sem a mobilização de forças locais, além de outros fatores que podem tornar esse tipo de desenvolvimento adequado ao capital. Todavia, ainda que de interesse do capitalismo, o processo poderá não permanecer restrito a este limite. Poderá haver um alcance maior através do envolvimento da sociedade com os rumos do espaço em que vive. Afinal, há um estímulo para o envolvimento político, que poderá trazer novos agentes sociais, bem como a composição de novos cenários. (ENDLICH, 2006, p. 34).

O objetivo principal deste trabalho é apresentar, dentro do contexto regional em que o município de Cambira está inserido e numa perspectiva histórica, as transformações socioespaciais no mesmo município e suas conseqüências

---

<sup>7</sup> Lefebvre (1983, p. 237-240 apud ENDLICH, 2006, p. 30) faz referência à lei da interação universal, parte da lógica dialética. Essa lei se refere à conexão e mediação recíproca de tudo o que existe: “Nada é isolado. Isolar um fato, um fenômeno, e depois conservá-lo pelo entendimento nesse isolamento, é privá-lo de sentido, de explicação, de conteúdo”.

contemporâneas, tal como a mesma cidade está inserida na rede urbana e seus papéis atuais.

São outros objetivos, não menos importantes: compreender os motivos que levaram Cambira à emancipação política de Apucarana e suas conseqüências iniciais; entender as razões que a levaram ao declínio populacional dez anos após sua elevação a município; compreender a retomada populacional a partir do início da década de 1990; e buscar analisar as estratégias locais na gestão pública, destacando, principalmente, as ações da comunidade local.

Os procedimentos metodológicos utilizados na elaboração deste trabalho foram: levantamento bibliográfico e leitura de livros, capítulos, artigos, textos, teses e dissertações de assuntos relacionados à temática ou transversal a ela que deram subsídios aos referenciais teóricos; levantamento de dados estatísticos junto a instituições respeitadas e órgãos públicos municipal, estadual e federal, como Prefeitura Municipal de Cambira, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), respectivamente, para quantificar as informações; trabalhos de campo *in loco* para entender a realidade social e econômica atual de Cambira e qualificar o estudo, como a busca de dados, aplicação de entrevistas e questionários; e, por fim, sistematização das informações e dos dados obtidos na elaboração da redação.

Os materiais utilizados foram: máquina fotográfica; gravador de voz; programas computacionais para confecção de mapas e figuras, como o Corew Draw X3, Adobe Photoshop CS2 e Google Earth 2009; elaboração de tabelas e gráficos, como o Microsoft Excel; e elaboração da redação, como o Microsoft Word. Para a formatação da redação final, seguiu-se a Apostila de Normalização Documentária, com base na última atualização das normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), em dezembro de 2005.

O trabalho está estruturado em três partes, além da introdução, das considerações finais, das referências utilizadas e do apêndice, que buscaram responder aos objetivos propostos. Para iniciar, é necessário fazer uma retrospectiva histórica do município e da região antes de partir para uma análise atual de como se insere esse município e sua sede urbana no contexto regional e da rede urbana atual. Essa, portanto, é a primeira parte. Ela fomenta ainda a discussão sobre a formação socioespacial da região Norte do Paraná e apresenta o município de Cambira, tema principal deste trabalho, e a microrregião em que está inserido.

Destaca, então, a formação da região e, por conseguinte, atrelada a ela, a história de Cambira, desde o momento em que surgiu como “uma gleba rural” até sua emancipação política, impulsionada pelo auge da atividade cafeeira, e como esse processo ocorreu na visão dos pioneiros, ou seja, pessoas que o vivenciaram.

A segunda parte representa a visão por outro viés. Apresenta as transformações ocorridas na dinâmica demográfica em Cambira e no âmbito regional, uma vez que no município refletiram situações similares ocorridas na região Noroeste e Norte do Paraná; no campo e, por conseqüência, na agricultura, com destaque para a produção, estrutura fundiária, relação campo/cidade e relação de emprego; e, por fim, as transformações na área urbana, como as relações de emprego, estabelecimentos, comércio, serviços, indústrias, consumo, entre outras. Inicia-se nessa parte, também, a discussão sobre a rede urbana do Norte do Paraná, onde Cambira está inserida, destacando-se principalmente a evolução da rede no que diz respeito à questão da hierarquização dos núcleos urbanos e de sua centralização.

Por fim, a terceira parte, com vínculo direto com a anterior, vai apresentar de que maneira Cambira está inserida na atual rede urbana, as redefinições na rede urbana no Norte do Paraná e no núcleo urbano de Cambira e a influência da sua proximidade com cidades médias e pólos regionais, polarizadoras de atividades. Ou seja, destaca o que ocorre em Cambira, com relação à moradia, emprego, lazer, entre outras atividades, além das dinâmicas socioeconômicas, dos atuais papéis urbanos do município e as perspectivas de desenvolvimento local, destacando o papel direto e decisivo da população de Cambira nos novos desafios da realidade social. Esta parte é encerrada com as perspectivas futuras e os principais desafios do município.

## Parte 1 – Formação socioespacial do Norte do Paraná e o município de Cambira

Para entender a realidade local, parte-se do pressuposto de uma produção do espaço regional. Segundo Corrêa (1994 apud GONÇALVES, 2005, p. 60):

A caracterização de uma cidade como pequena está vinculada à sua inserção numa dada área, região ou rede urbana. Isto porque as cidades se definem a partir das relações internas e em função das interações estabelecidas com outras cidades, o que vai definir sua posição no espaço regional ou na rede urbana. (CORRÊA, 1994 apud GONÇALVES, 2005, p. 60).

Deste modo, por mais que se privilegie a formação e (re)produção do espaço local, deve-se seguir o marco teórico que vai entender “a região, enquanto recorte do espaço geográfico, no qual a diversidade territorial dos processos sociais se manifesta com maior evidência” (HAESBAERT, 1999 apud GONÇALVES, 2005, p. 55). Gonçalves (2005, p. 55) diz que:

A cidade, apreendida como dimensão espacial da sociedade, que é (re)definida em função das relações inter-urbana e intra-urbana; e a vida cotidiana, manifestação que representa a dimensão da vida humana nesse processo de (re)produção do espaço. (GONÇALVES, 2005, p. 55).

O conceito de região, um dos mais importantes da geografia, apresenta vários sentidos, sendo assim de caráter polissêmico, uma vez que “a região pode ser pensada praticamente sob qualquer ângulo das diferenciações econômicas, sociais, políticas, culturais, antropológicas, geográficas, históricas” (OLIVEIRA, 1993, p. 27 apud GONÇALVES, 2005, p. 61). Santos (1988, p. 27) destaca a importância da região:

Torna-se uma importante categoria de análise, importante para que se possa captar a maneira como uma mesma forma de produzir se realiza em partes específicas (...) dentro de um país, associando a nova dinâmica às condições preexistentes. (SANTOS, 1988, p. 27).

Segundo Haesbaert (1999, p. 33 apud GONÇALVES, 2005, p. 62), uma determinada região estudada pode ser definida como “um tipo de recorte do espaço geográfico, definido pela escala em que a diversidade territorial dos processos sociais se manifesta com maior evidência ou coesão”.

Para buscar uma compreensão histórica das pequenas cidades, é fundamental remeter-se a esse conceito, uma vez que, como foi visto, Cambira está locada num contexto de rede urbana e dinâmica econômica relacionada com o interesse do capitalismo. Partindo disso, Lencioni (2001, p. 196 apud GONÇALVES, 2005, p. 62-63) diz que:

A reconstituição histórica pode ser reveladora para a compreensão da região em estudo. Em muitas análises, a região passou a ser vista como produto de uma divisão territorial do trabalho, tendo como referência o processo geral de produção capitalista. (LENCIONI, 2001, p. 196 apud GONÇALVES, 2005, p. 62-63).

Por fim, baseando-se na relação direta da cidade com sua região, tal como em processos humanos, fluxos, processos econômicos e políticos, pode-se dizer que a região interfere e influencia diretamente dentro de cada cidade, com diferentes escalas de intensidade; o inverso também ocorre, quando a localidade desempenha papel de singularidade e especificidades que vão influenciar dentro de determinada região, também com intensidades e fluxos diferentes. Portanto, segundo Corrêa (1994, p. 41 apud GONÇALVES, 2005, p. 63), “a cidade é um espelho de sua região”.

O sentido de buscar compreender a região no âmbito da formação socioespacial parte do referencial teórico proposto por Milton Santos (1977), que “insiste na necessária dimensão espacial da formação econômico-social, argumentando mesmo que se trata de uma formação espacial” (CORRÊA, 2000, p. 122) e:

Representa um esforço teórico visando explicar as especificidades com que um dado modo de produção concretamente se manifesta (...) um dado modo de produção concretiza-se em diversas formações econômico-social, suas variantes históricas e geográficas ou como variedades regionais<sup>8</sup>. (CORRÊA, 2000, p. 123).

---

<sup>8</sup> Ao falar em “variedades regionais”, Corrêa (2000, p. 123) relaciona a Dhoquois, na seguinte referência utilizada: “La Formación Económico-Social como Combinación de Modos de Producción”, in El Concepto de Formación Económico-Social, Cuadernos de Pasado y Presente, 39, 1973, p. 187.

Segundo Santos (1977, p. 81), “o espaço, ele mesmo, é social”.

Para entender esse referencial teórico parte-se da compreensão básica sobre o conceito de espaço. O espaço tem grande importância tanto para os geógrafos como para outros pesquisadores. Seu conceito também apresenta um caráter polissêmico e muitas provocações, uma vez que ele pode ser visto como em “construção social mutável e heterogênea” (GONÇALVES, 2005, p. 58).

As considerações acerca do espaço neste trabalho baseiam-se em Santos (1988, p. 26), que considera o espaço:

Um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. (SANTOS, 1988, p. 26).

O autor assevera a importância e o peso dado à sociedade e aos objetos sociais na mobilidade do espaço. Logo, não se deve pensar no espaço apenas como algo físico, concreto e estável, mas sim em movimento, sofrendo mudanças e influências diretas dos vários atores sociais, com destaque para a sociedade, o Estado e o capital.

O espaço é então “condição, meio e produto da reprodução da sociedade” (SANTOS, 1988, CARLOS, 1994, CORRÊA, 1997 apud GONÇALVES, 2005, p. 58), no qual, segundo Gonçalves (2005, p. 58), “materializam-se as contradições sociais emergentes na sociedade, que se expressam na paisagem. Tais contradições são perceptíveis tanto em nível intra-urbano, quanto em nível regional”.

Segundo Endlich (2006, p. 58), Santos<sup>9</sup> considera que:

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como fato histórico, é a partir da história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, que se encontra o fundamento à compreensão da realidade espacial e da sua transformação a serviço do homem. Ele propõe uma análise geograficamente articulada entre as diversas escalas. (ENDLICH, 2006, p. 58).

Segundo Santos (1977, p. 84):

---

<sup>9</sup> Essa categoria deriva “da formação econômica e social da teoria marxista, expondo que ela trata da evolução diferencial das sociedades” (ENDLICH, 2006, p. 58).

O estudo sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas funções, mas sempre um conhecimento específico, aprendido num dado momento de sua evolução. (SANTOS, 1977, p. 84).

A totalidade vai se referir ao modo de produção e às particularidades de como ocorre a acumulação (diferenças das relações de trabalho, tipos de empresa, propriedades rurais, etc.), que irá compor uma formação socioespacial diferenciada.

Corrêa (2000, p. 123-124) menciona que “é na formação espacial que se encruzam determinações gestadas em diversas escalas, do geral e do particular, assim como emergem contingências”. Ou seja, permitir entender a diferenciação dos processos, funções e formas em suas concretizações espaço-temporais, mas ao mesmo tempo, sob o capitalismo, de maneira integrada. O movimento totalizador, segundo Endlich (2006, p. 58):

É regido pelo modo capitalista de produção, cujos desdobramentos e arranjos diversos constituem formações socioespaciais diferenciadas, expressões das possibilidades de realização e acumulação, incluindo as especificidades com que cada área é incorporada à lógica do capital. (ENDLICH, 2006, p. 58).

Ora, o município de Cambira está inserido numa rede urbana adensada de pequenos centros, e no movimento totalizador, guardando peculiaridades, como assinala Santos (1977, p. 87): “as relações entre espaço e formação social são de outra ordem, pois elas se fazem num espaço particular (...) as formações sociais escrevem-na no espaço”.

O município de Cambira (Figura 1) está localizado no Norte do Estado do Paraná (Mapa 2), na chamada Mesorregião Norte Central Paranaense<sup>10</sup> (Mapa 3), dentro da Microrregião<sup>11</sup> de Apucarana (Mapa 4), pertencendo inclusive à comarca de Apucarana. Está localizado entre um dos mais importantes eixos econômicos do interior do Brasil e o principal pólo no setentrião paranaense: Londrina (70 quilômetros) e Maringá (48 quilômetros). É cortado pela rodovia federal BR-369 e

---

<sup>10</sup> Mesorregião é um termo utilizado segundo IBGE (2008) – ver referência.

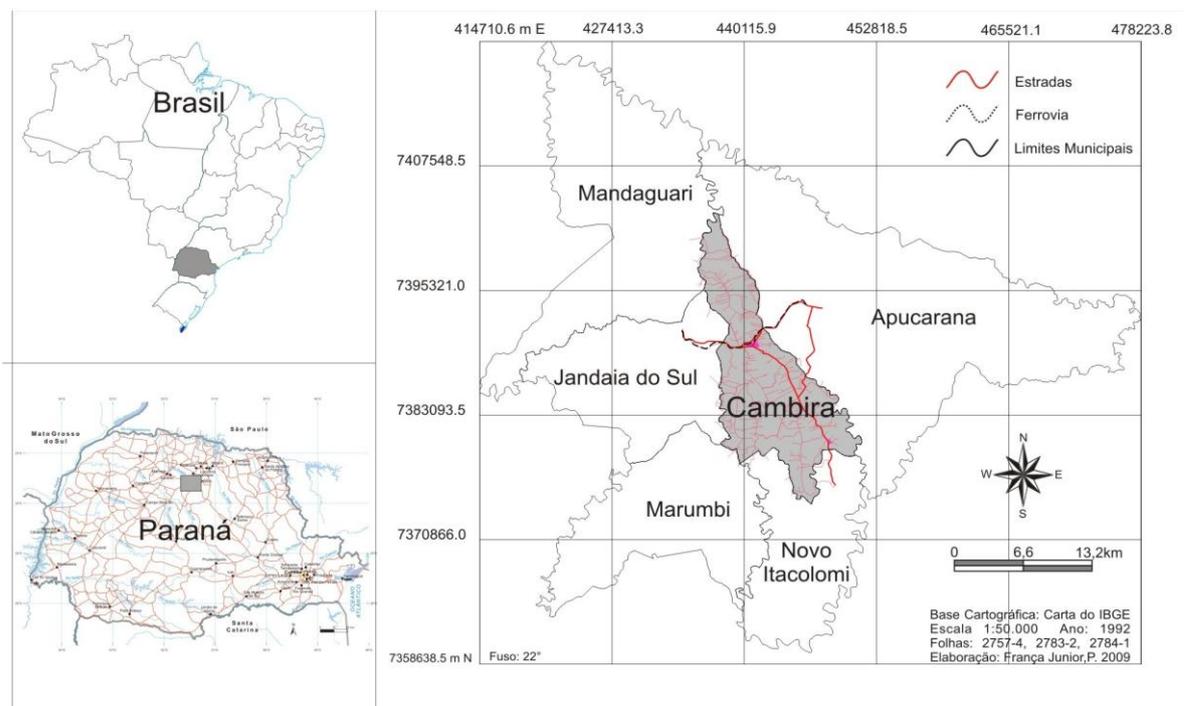
<sup>11</sup> Microrregião é um termo utilizado segundo o IBGE (2008); a Microrregião de Apucarana conta com nove municípios, incluindo a sede Apucarana, gerando um contingente populacional de pouco mais de 285 mil pessoas, segundo a Estimativa Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2009.

pela estadual PR-376, além da rede ferroviária, como mostra o Mapa 5, e pertence à Associação dos Municípios do Vale do Ivaí (AMUVI).



Figura 1: Cambira (PR)  
Fonte: Prefeitura Municipal de Cambira

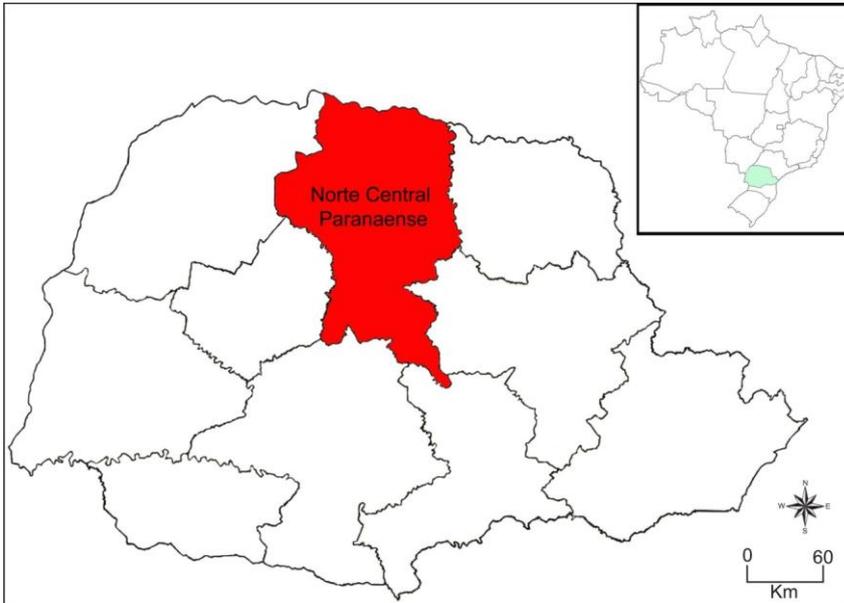
### Localização de Cambira (PR)



Mapa 2: Localização de Cambira (PR)  
Organização: França Junior, P.

Suas coordenadas geográficas são: Latitude 23°34'58" Sul e Longitude 51°34'40" Oeste e está sobre uma altitude considerada: 839 metros. Os seus limites municipais são: a Leste com o município de Apucarana, a Noroeste com o município

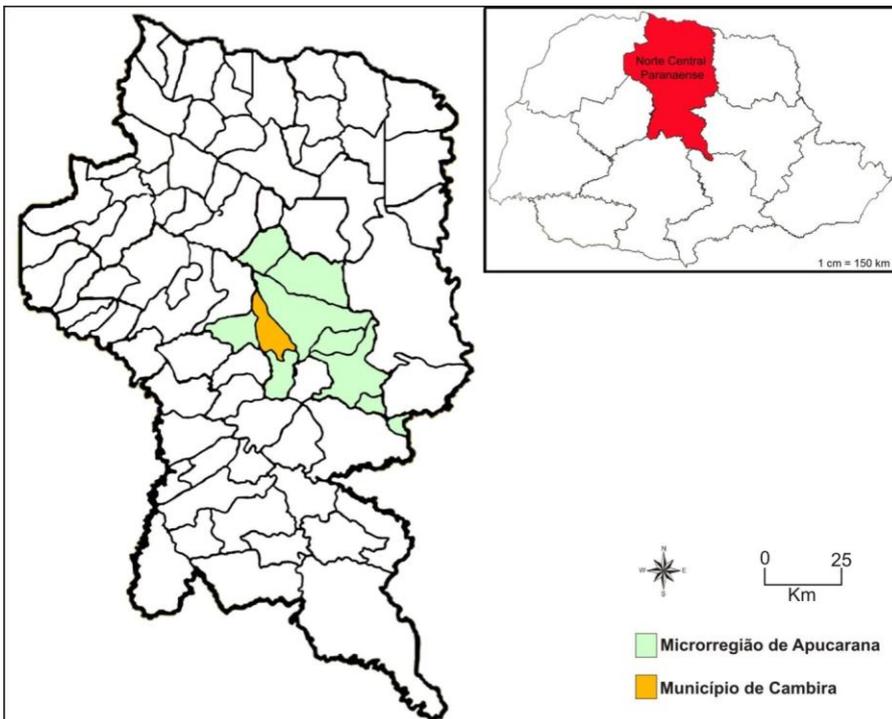
de Mandaguari, a Oeste com Jandaia do Sul, a Sudoeste com Marumbi e ao Sul com o município de Novo Itacolomi. Possui um distrito, chamado Sete de Maio, e sete vilas rurais, sendo elas: Bela Vista, Palmeirinha, Bom Jesus, Cruzeiro, Santa Luzia, Santo Antônio e Benjoim.



Mapa 3: Mesorregião Norte Central Paranaense

Fonte: IBGE/2008

Organização: Fernandes, P. H. C.



Mapa 4: Microrregião de Apucarana e o município de Cambira

Fonte: IBGE/2008

Organização: Fernandes, P. H. C.

É um município novo, completou recentemente 48 anos, tendo o seu desmembramento de Apucarana ocorrido em 1961, de acordo com a Lei Estadual nº 4.338, de 25 de Janeiro de 1961; contudo sua instalação ocorreu alguns meses depois, em 22 de Outubro de 1961, data em que é comemorado o aniversário de Cambira. Seu nome está ligado a uma palavra indígena e representa um cipó de cor lilás e amarela muito abundante nessa região (a flor do cipó está no Brasão Municipal).

No último Censo Demográfico realizado pelo IBGE, em 2000, Cambira contava com 6.661 habitantes. Atualmente, segundo as Estimativas Populacionais de 2009 do mesmo órgão federal, o município conta com 7.142 habitantes, representando um crescimento de 481 habitantes. Está distante a 376 quilômetros da capital do Paraná, Curitiba, sobre uma área de quase 167 quilômetros quadrados. A Figura 2 mostra a morfologia do núcleo urbano de Cambira, mediante uma imagem de satélite.



Figura 2: Cambira (PR): imagem de satélite  
Fonte: Google Earth, imagem de satélite

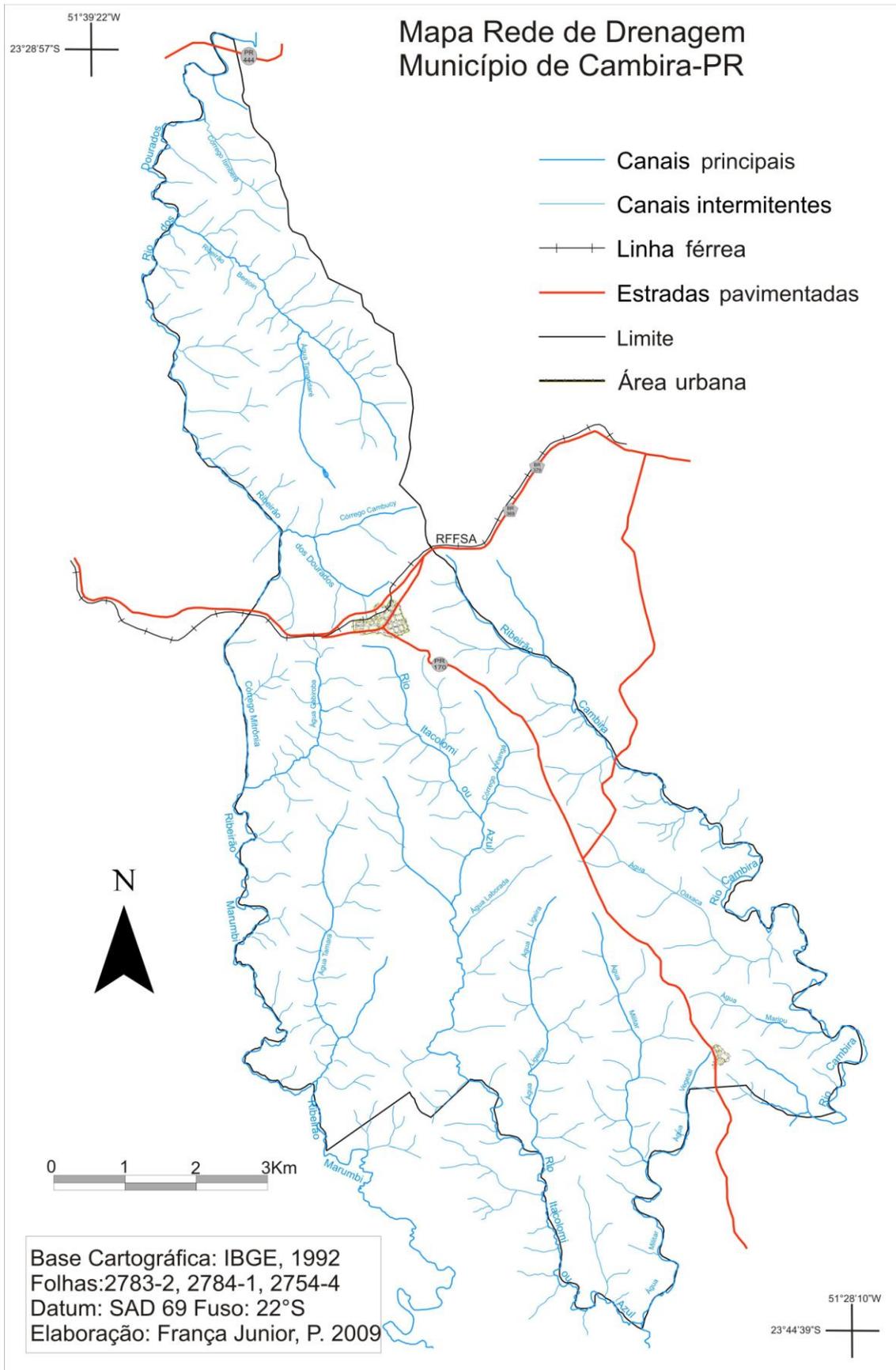
Cambira apresenta números de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que devem ser levados em consideração. Seu IDH médio é de 0,767, abaixo do IDH médio do Brasil, que é de 0,792. O IDH da Educação é o maior, com 0,839, contudo, a Taxa de Analfabetismo para pessoas entre 15 e 39 anos é de 17,8 % e, para pessoas com 40 ou mais anos, é de 55%. O IDH Longevidade é de 0,800, sendo que a Expectativa de vida é de 73 anos. Por fim, o IDH Renda, o menor entre eles, é de 0,662, sendo a Renda per capita de R\$ 206,02.

Apresenta taxa de urbanização de 62,7%, e um grau intermediário de desigualdade social (Índice de GINI) com 0,520, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima), segundo o IBGE (2000).

Seguem alguns aspectos ambientais do município, com base no Instituto de Terras, Cartografia e Geociência do Paraná (ITCG): quanto à hidrografia: o Mapa 5 mostra o mapa de drenagem do município, no qual entre os principais rios e afluentes estão: Rio Cambira (Afluente Tamará), que nasce na divisa de Cambira com Apucarana, Rio Dourados, Rio Marumbi, Rio Itacolomi (afluentes Rios Azul, Militar, Ligeiro e Laborado).

No que se refere ao solo, ocorre o predomínio de Nitossolo Vermelho Eutroférico típico bem argiloso. Quanto à vegetação: Cambira está na chamada zona Neotropical com a formação fitogeográfica de Floresta Estacional Semidecidual Montana. Em relação à declividade há variação entre 10 e 20%, com degradação ambiental considerada de nível fraca. Por fim, geomorfologicamente a área do município é pertencente ao Terceiro Planalto paranaense, na subdivisão do Planalto de Apucarana.

A inquietação norteadora desse trabalho e seus desdobramentos partem de que Cambira se emancipou com uma população de mais de vinte mil pessoas e atualmente encontra-se com pouco mais de sete mil. Para entender/responder essas mudanças que o município passou e passa na atualidade será preciso fazer uma retrospectiva histórica do município e da região para ter uma análise atual de como se insere este município e sua sede urbana no contexto regional e da rede urbana atual.



Mapa 5: Cambira (PR). Mapa de drenagem do município  
Organização: França Junior, P.

## 1.1 Formação da região e a história de Cambira

Para compreender a formação socioespacial da região Norte do Paraná, tal como sua composição histórico-geográfica, seus desmembramentos e a consolidação de uma rede urbana densa, é necessário recuperar alguns elementos importantes do processo de ocupação do Paraná.

A fundação das primeiras cidades do Paraná: Paranaguá (em 1648 no litoral) e Curitiba (1693 no Primeiro Planalto paranaense<sup>12</sup>) em meados do século XVII, impulsionadas, num primeiro momento, pela descoberta de ouro na região litorânea, marca o início da “ocupação<sup>13</sup>” no Estado do Paraná<sup>14</sup> (SWAIN, s.d., p. 22). A vinda efetiva dos portugueses ao Estado pode ser estendida, em contextos diferentes, mas relacionados, ao interesse econômico da região Norte do Estado que passou, segundo Endlich (1998, p. 27), pelo “processo de efetiva ocupação econômica capitalista<sup>15</sup>”, podendo ser considerado como “um dos empreendimentos mais bem sucedidos de colonização privada no Brasil” (DELGADO, 2007, p. 81).

A história de ocupação do Paraná demonstra certa descontinuidade, uma vez que ocorreu em diferentes ciclos não inter-relacionados (PADIS, 1981 apud ENDLICH, 1998, p. 29) e, segundo Endlich (1998, p. 29), ganha “mais dinâmica com a ocupação efetiva da região Norte do Estado”.

A evolução na economia do Estado, que era “considerada precária até 1930” (PADIS, 1981 apud ENDLICH, 1998, p. 29), sofreu grande transformação com a alavancada da atividade cafeeira, na qual a região Norte se formou em uma área

---

<sup>12</sup> Maack (1947) distinguiu cinco grandes unidades geomorfológicas a partir de cinco paisagens predominantes: Litoral Paranaense, limitado a leste do Oceano Atlântico e a oeste da Serra do Mar; Serra do Mar, conjunto montanhoso; Primeiro Planalto Paranaense ou Planalto de Curitiba, com limites a leste da Serra do Mar e a oeste pelo front da cuesta devoniana; Segundo Planalto Paranaense ou Planalto de Ponta Grossa, estendendo desde a crista da cuesta devoniana até front da cuesta jurássica; e Terceiro Planalto Paranaense ou Planalto de Guarapuava, limitado a leste da cuesta jurássica a oeste pelo talvegue do vale do Paraná. (SALVI; ARCHELA E; ARCHELA R, 2002, p. 192-193).

<sup>13</sup> Essa “ocupação” está relacionada efetivamente com o interesse e a presença portuguesa na região litorânea e na região de Curitiba, contudo deve-se considerar que antes desse momento existiam povoados espanhóis e jesuíticos no Paraná que foram destruídos ao decorrer do século XVII (DELGADO, 2007, p. 68). No Paraná, o indígena “foi o primeiro habitante aqui instalado” (SALVI; ARCHELA E; ARCHELA R, 2002, p. 206).

<sup>14</sup> Através do Tratado de Madri, em 1750, o Paraná, não como um Estado, mas sim como uma província, passou a pertencer à Coroa Portuguesa (SWAIN, s/d, p. 22).

<sup>15</sup> Segundo a autora, “a história de ocupação não se inicia em exploração capitalista, ela apenas ganha maior intensidade e ritmo, produzindo um espaço cujo conteúdo é bastante diferente”, mas deve-se levar em consideração a presença de “indígenas e várias reduções jesuíticas que foram destruídas por bandeirantes paulistas” (ENDLICH, 1998, nota de rodapé).

aproximadamente de cem mil quilômetros quadrados. Logo, o espaço que envolve a região passou a transformações radicais que resultam de densa floresta para lavouras de café e algodão, de recursos drenados das atividades agropecuárias para atividades urbanas, e da constituição de sua rede urbana e núcleos urbanos simultaneamente a sua ocupação (ENDLICH, 1998, p. 29).

Os primeiros relatos vinculados à presença do café na região Norte do Paraná são oriundos de 1860, com algumas grandes fazendas que constituíram uma primeira frente pioneira (SWAIN, s.d., p. 26).

Segundo Endlich (1998, p. 32), “neste primeiro<sup>16</sup> momento, a ocupação ocorreu sem planejamento, de forma intensa e desordenada”. Entretanto, a partir de 1920, as autoridades estaduais que queriam regulamentar a venda das terras devolutas, incentivam e permitem concessões às empresas colonizadoras privadas capitalistas começarem atuar na área<sup>17</sup>. Partindo disso, Endlich (1998, p. 32) destaca que:

O que acabou caracterizando a produção do espaço do norte novo foi a atuação de empresas colonizadoras capitalistas, como Brazil Tokushoku Kaisha – Bratac, a Nambei Tochikushiri, a Colonizadora Vale do Ivaí Ltda. e a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP. Essa última foi a que ganhou maior destaque. (ENDLICH, 1998, p. 32).

A partir do início da década de 1940<sup>18</sup>, além da atuação das empresas colonizadoras, houve a atuação de “empreendimentos estatais inspirados nas estratégias das referidas empresas” (ENDLICH, 1998, p. 32).

O processo de ocupação do Norte do Paraná ganhou intensidade, impulsionado por vários fatores, dentre os quais se destacam, entre outros, as condições naturais favoráveis à ocupação agrícola (qualidade da terra), situação

---

<sup>16</sup> Primeiro momento se estende de 1860 a 1925 no Norte Velho ou Norte Pioneiro (ENDLICH, 1998, p. 32); Norte Velho ou Norte Pioneiro, segundo Cardoso (1986 apud DELGADO, 2007, p. 77), abrange uma “área desde a divisa nordeste com São Paulo, até Cornélio Procópio”. Os mais importantes núcleos urbanos são: Cornélio Procópio, Bandeirantes, Cambará, Jacarezinho e Santo Antonio da Platina.

<sup>17</sup> Essa forma de ocupação, num segundo momento, entre 1920 e 1950, tem como resultado o Norte Novo (ENDLICH, 1998, p. 32); Norte Novo abrange “Cornélio Procópio, Londrina, estendendo-se até o rio Ivaí” (CARDOSO, 1986 apud DELGADO, 2007, p. 77). Os principais núcleos urbanos são: Londrina, Maringá, Apucarana, Araçongas, Mandaguari e Porecatu.

<sup>18</sup> É considerada a mais recente ocupação do Norte do Paraná, entre 1940 e 1960, tendo como resultado a consolidação do Norte Novíssimo (ENDLICH, 1998, p. 32); Norte Novíssimo foi colonizado “entre os rios Ivaí e Piquiri” (CARDOSO, 1986 apud DELGADO, 2007, p. 77); segundo o IBGE, corresponde à atual Mesorregião do Noroeste paranaense, em que os principais núcleos urbanos são: Cianorte, Paranavaí, Umuarama e Terra Boa.

econômica no contexto internacional (depois da crise de 1929) e o surto de industrialização de São Paulo<sup>19</sup> (a partir de 1930), ou seja, um leque de fatores naturais, econômicos e históricos que influenciaram diretamente na produção espacial dessa região (PADIS, 1981 apud ENDLICH, 1998, p. 30).

A principal companhia colonizadora privada que merece destaque foi a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), que direcionou sua ocupação ao Norte Novo<sup>20</sup>. Segundo Endlich (1998, p. 37), sua origem remonta a alguns grupos econômicos de capital inglês que “após a Primeira Guerra Mundial buscaram lugares para praticar a cotonicultura”.

Após uma visita ao Norte do Paraná, Lord Simon Lovat adquiriu terras para a cultura de algodão, gerenciada pela empresa Brazil Plantations Syndicate Ltda., com sede em Londres, capital da Inglaterra. O empreendimento não foi bem sucedido e o mesmo grupo resolveu mudar seu foco para investimentos imobiliários, organizando assim a chamada Paraná Plantations Company, que no Brasil tinha como subsidiária a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).

Após a Segunda Guerra Mundial, dentro de um contexto de incertezas políticas e de segurança, a CTNP passou a ser controlada por um grupo de empresários brasileiros, mas com um novo nome: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). A Figura 3 mostra o escritório da CMNP em Londrina, em 1935.

As principais estratégias utilizadas pela CTNP, segundo Endlich (1998, p. 39-45), foram: loteamentos em pequenas propriedades rurais, exigindo assim pouco capital, o que possibilitou a vinda de pequenos agricultores e, conseqüentemente, favorecendo a utilização de mão-de-obra familiar; condições naturais do espaço, como características topográficas (relevo plano e largo), de clima (precipitações adequadas), hidrografia (presença de rios e afluentes) e solo (fertilidade das terras); construção de estradas<sup>21</sup> rodoviárias e ferroviárias (Figura 4), promovendo a articulação interna e externa da região; constituição de uma rede urbana, com a

---

<sup>19</sup> No início do século XX, com a finalidade de evitar crises de superprodução e incentivar o processo de industrialização do Estado, o governo taxa todas as novas plantações de café no Estado de São Paulo. Os agricultores insatisfeitos e as políticas de comercialização e a divulgação das terras do Norte paranaense pelas companhias de cunho privado, entre outros fatores, favoreceram a expansão do café em direção ao território vizinho, o Paraná (SWAIN, s.d., p. 27).

<sup>20</sup> Correspondendo aproximadamente ao que o IBGE classifica atualmente como Mesorregião Norte Central paranaense.

<sup>21</sup> Segundo Müller (1956 apud ENDLICH, 1998, p. 41), “a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná se envolveu na construção de 3.615 quilômetros de estradas”, que acabaram por ligar essa região ao Estado de São Paulo e outras regiões do próprio Paraná. A ferrovia teve grande influência na ocupação do Paraná.

finalidade de atender às necessidades de uma densa população rural, na qual a cada quinze quilômetros teria um pequeno núcleo urbano e a cada cem quilômetros<sup>22</sup> um núcleo de porte maior; e, por fim, a produção do espaço interno das cidades, uma vez que a CMNP também vendia lotes urbanos.



Figura 3: Escritório da CTNP em Londrina (PR), 1935

Fonte: Acervo do Museu da Bacia do Paraná – Universidade Estadual de Maringá

As transformações sociais também devem ser levadas em consideração neste processo de formação. Segundo Endlich, no primeiro momento (1998, p. 31), “os empreendimentos fundiários foram baseados em pequenas propriedades agrícolas, fato incomum no Brasil de grandes latifúndios”. Segundo Swain (s.d., p. 27), “entre 1940 e 1950, a população total do Estado aumenta 71%, dos quais  $\frac{3}{4}$  pertencem ao mundo rural; entre 1950 e 1960 (...), o crescimento demográfico é de 105%”.

Mesmo com a erradicação da lavoura cafeeira, que levou muitos agricultores a migrarem para outras regiões do Paraná e para outros Estados do Brasil, o café

<sup>22</sup> Nesse contexto surgem sucessivamente Londrina (1930), Maringá (1947), Cianorte (1953) e Umuarama (1955), com a finalidade de se tornarem metrópoles modernas, organizadas e estruturadas para receber as pessoas dos pequenos núcleos que lá iriam buscar serviços (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 252 apud ENDLICH, 1998, p. 52-53). Com essa estratégia e com a consolidação da rede urbana do Norte paranaense, percebe-se certa função central, ou seja, certa centralidade que polarizará funções e serviços desses núcleos em relação aos menores, assim como certa hierarquização urbana de cidades, que será abordado posteriormente no trabalho.

“deixou uma constituição histórico-geográfica que não se apagou” (ENDLICH, 1998, p. 33), ficando “materializado” em fotografias, peças em museus ou com pessoas que preservam a história em monumentos e espaços físicos em inúmeras cidades de todo o Norte paranaense, e “não-materializado”, na memória de pessoas que vivenciaram esse processo e na história contada e difundida.

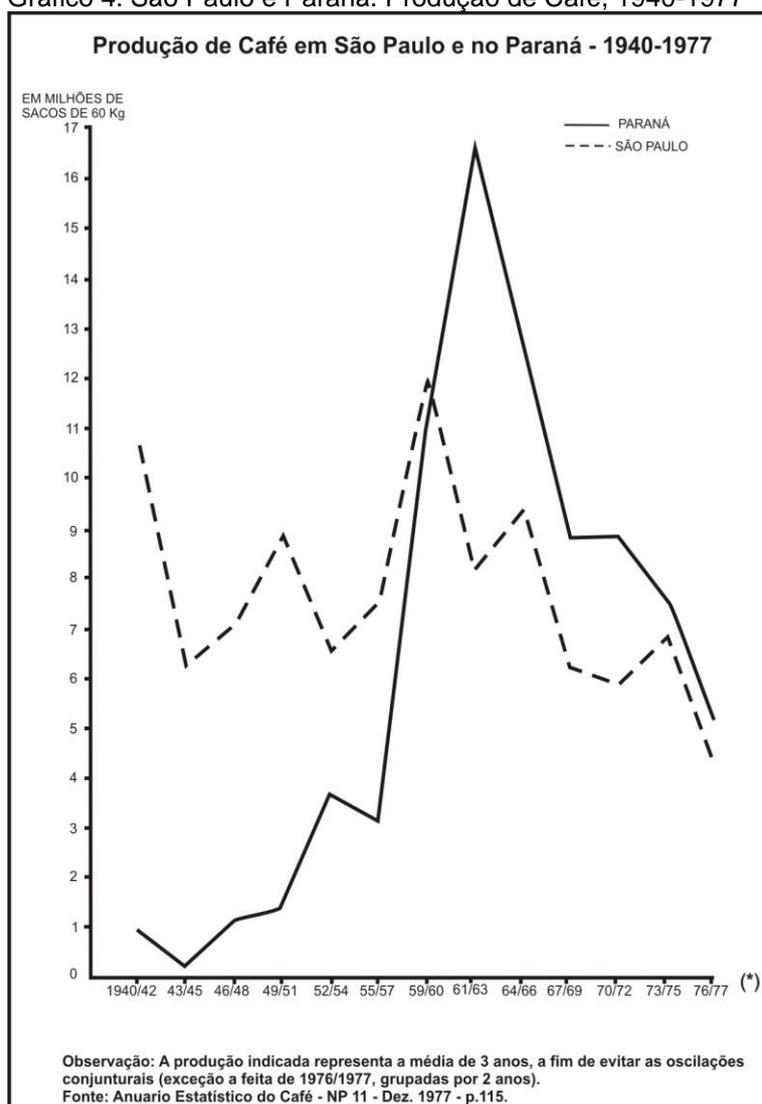


Figura 4: Saudação da CTNP às pessoas que chegavam pela ferrovia em Londrina (PR)  
Fonte: Acervo do Museu da Bacia do Paraná – Universidade Estadual de Maringá

Um fator que deve ser refletido parte do contexto internacional em que se vivia e o interesse direcionado no sentido de exportação da produção cafeeira da região. Logo, “a produção desse espaço está relacionada ora direta, ora indiretamente às oscilações do mercado internacional (ENDLICH, 1998, p. 33).

O Gráfico 4 reflete esse momento. Mostra que até meados da década de 1950 o Paraná ainda não produzia mais café que as “terras paulistas”; a partir daquele ano, percebe-se uma verdadeira disparada na produção cafeeira no Paraná, chegando ao seu ápice de mais de 17 milhões de sacos de 60 quilogramas entre 1961-1962. Fica evidenciado também que, após o apogeu do café, se iniciou uma curva decrescente na produção, menos acentuada nos três primeiros anos, mas considerável no início da década de 1970.

Gráfico 4. São Paulo e Paraná. Produção de Café, 1940-1977



Fonte: Swain (s.d, p. 27) – extraído

Ao se pensar na formação socioespacial do Norte do Paraná deve-se remeter a esse contexto exposto que mobilizou a migração de paulistas, mineiros e nordestinos para toda essa área. Muitos vinham impulsionados pela divulgação e propaganda da Companhia, como mostram as Figuras 5 e 6, já com algum certo poder aquisitivo (geralmente famílias paulistas e mineiras com posses ou que venderam suas terras em seus respectivos Estados); entretanto, a maioria não chegou assim.

Segundo Carvalho (2002, p. 60), muitos pagaram uma entrada e dividiram o resto em prestações, enquanto outra grande parcela, “sem o montante suficiente para a entrada, trabalhavam como colonos ou como porcentageiros no café, no intuito de se tornarem pequenos proprietários”.

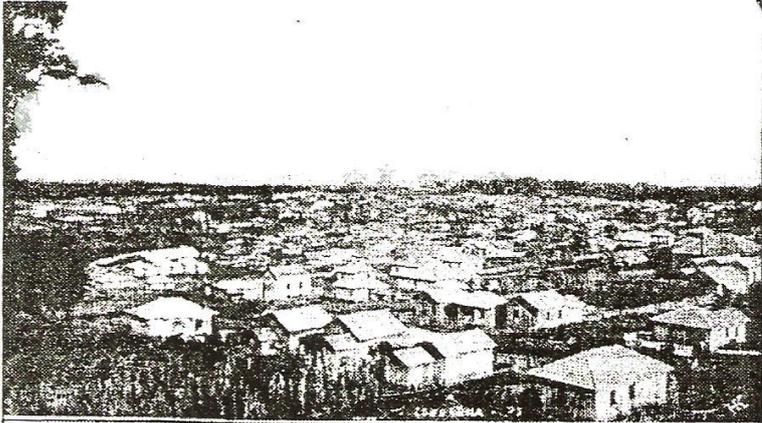
O Melhor Rumo  
O Melhor Futuro  
E' collocar-se no Norte do Paraná

ADQUIRINDO

uma área de terras, por pequena que seja, da

**Comp. de Terras Norte do Paraná**

Figura 5: Propaganda da CTNP  
Fonte: NETO (1988 apud DELGADO, 2007, p. 82)



*Vista aerea da cidade de LONDRINA*

**SINTA A ALEGRIA DE VIVER  
E PROSPERE NO NORTE DO PARANÁ**

**P**ARA que se possa bem alisar das possibilidades inmensuráveis do Norte do Paraná, é presente deste (Agosto, 1941) e preciso "ver para crer" ou, então, ter conhecido outras terras e confrontá-las. Na realidade terras tão produtivas, facilmente se encontram. Da o êxito da Companhia de Terras Norte do Paraná, a maior empresa colonizadora da América do Sul, cujas vendas, atingiram 75.000 alqueires! Proprietária de uma área de 500.000 alqueires (1.200.000 hectares) de terras, fertilíssimas, adequadas para qualquer cultura, situadas nas bacias das rios Paranapanema, Tibagi, Irapó e Ivaí, no Norte do Estado do Paraná, igualmente divididas e todas adquiridas diretamente do Estado do Paraná, a Companhia de Terras Norte do Paraná oferece, por todas as razões, as melhores vantagens, tais como:

- 1.º TITULOS DE DOMINIO ABSOLUTAMENTE SEGUROS;
- 2.º FERTILIDADE E SALUBRIDADE;
- 3.º ESTRADA DE FERRO E BOAS ESTRADAS DE RODAGEM;
- 4.º AGUA DE UMA PUREZA INVULGAR.

O testemunho insuspeito e entusiasta dos ditos comerciantes de nossas terras, constituem a comprovação incontestável das nossas afirmações.

---

**Cia. de Terras Norte do Paraná**  
Sociedade Anonima, com sede em LONDRINA, Estado do Paraná, Brasil.  
Capital realizado Rs. 18.500.000\$000.

Solicitam informações no seu escritório em São Paulo à  
RUA SÃO BENTO N.º 329 — 8.º andar — Caixa Postal 2771.  
(Nota: Nenhum agente de vendas está autorizado a receber dinheiro em nome da Cia.)

Agosto de 1941-10.000

Figura 6: Propaganda do Norte do Paraná pela CTNP  
Fonte: NETO (1988 apud DELGADO, 2007, p. 83)

A história de Cambira está inserida nesse contexto. A CTNP, ainda sob gerência dos ingleses, não acreditava que pudesse surgir uma cidade tão próxima de Apucarana e Jandaia do Sul. Mesmo assim, ela foi responsável pela colonização da área rural de Cambira e de alguns lotes na área urbana.

As primeiras incursões relacionadas com a colonização rural de que se tem conhecimento ocorreram por volta de 1936 em loteamentos para a colonização vendidos e gerenciados pela CTNP. Foram abertos picadões e feitas demarcações dos lotes rurais que iam de Apucarana até Cambira. Não existem relatos oficiais de problemas relacionados com posse de terra, como grileiros e posseiros.

As aberturas de lotes rurais foram feitas por etapas pela companhia. Na primeira etapa, em 1936, algumas famílias vieram para a chamada “Gleba Cambira”, onde derrubaram a mata e plantaram café, cereais e mandioca. Em 1937, as famílias se direcionavam para a “Gleba Dourados”; em 1938, para a “Gleba Bela Vista”; e assim sucessivamente nas chamadas glebas rurais. O maior fluxo de migrantes para as áreas rurais de Cambira ocorreu por volta de 1940 e 1942, mas se estenderam até o início da década de 1950 (CAMBIRA, 2009).

A ida das pessoas a Cambira, num primeiro momento, ocorreu, no geral, de duas formas: usando a ferrovia até Apucarana, como mostra a Figura 7, e depois por estrada de terra até Cambira. A Figura 8 mostra como ficavam os acessos a essa região quando ocorria muita precipitação.

O interessante nessas figuras: na primeira, percebe-se uma quantidade expressiva de pessoas chegando à estação ferroviária em Apucarana, ponto final para àqueles que seguiriam até Cambira (até ser inaugurada a Estação Ferroviária de Cambira); na segunda, é nítida a paisagem sendo modificada pela ação antrópica, ou seja, as matas sendo derrubadas (troncos gigantesco são observados no canto direito) para a construção das primeiras glebas e vilas rurais e, posteriormente, dos centros urbanos.



Figura 7: Estação Ferroviária em Apucarana (PR)

Fonte: Acervo do Museu da Bacia do Paraná – Universidade Estadual de Maringá



Figura 8: Estrada aberta pela CMNP na região Norte do Paraná

Fonte: Acervo do Museu da Bacia do Paraná – Universidade Estadual de Maringá

A área onde seria implantado o aglomerado urbano teve outra dinâmica: foi gerenciada por pioneiros que chegaram, compraram as terras da companhia, delimitaram os lotes urbanos para a futura “Vila Formosa” e comercializaram. A primeira escola criada em Cambira foi a Escola “Gleba Dourados”, com a primeira

turma matriculada em 1944. Chamada posteriormente de Escola Rural Municipal “Regente Feijó”, atualmente está desativada.

Em 1947, o Sr. Marcos José Calsavara, que chegou à região onde atualmente está Cambira, em 1946, loteou parte de sua propriedade rural em 62 lotes e uma praça, que hoje já foi extinta. Esse loteamento urbano recebeu o nome de Vila Formosa, e constituiu-se no primeiro loteamento regularizado, sendo oficialmente fixado como marco inicial de Cambira. E os loteamentos urbanos foram surgindo ao longo do final da década de 1940 e durante a década de 1950 na chamada Vila Formosa (atual centro do núcleo urbano de Cambira). Em 1953, por meio do Decreto nº 30/53, de 26 de novembro, a Vila foi elevada à condição de distrito de Apucarana com o nome de Vila São José do Cambira.

A CMNP também gerenciou lotes urbanos: projetou uma área com 314 mil metros quadrados (quase 13 alqueires) e a chamou de Vila Itacolomi, que corresponde atualmente à sede do município de Novo Itacolomi, que se desmembrou de Cambira apenas em 1990 (ver Figura 9).

Já no final da década de 1950, existia no distrito a vontade de se buscar uma emancipação política de Apucarana. Essa fase de criação do município foi o primeiro momento conturbado que Cambira passou, uma vez que não era de interesse de políticos de Apucarana sofrer mais um desmembramento, mesmo porque do município já haviam sido desmembrados Mandaguari, em 1947, e Borrazópolis, Faxinal, Jandaia do Sul e Marilândia do Sul em 1951, ou seja, uma área de quase 2 mil quilômetros quadrados.

A Figura 9 vai evidenciar o processo de desmembramento desde a fundação de Paranaguá, em incluindo Cruzmaltina em 1996. Já a Figura 10 vai mostrar espacialmente os desmembramentos a partir de Londrina em 1934 até 1996.

Por manobras políticas do deputado estadual padre Waldemiro Haneiko e aprovação do então Governador do Estado do Paraná, Moysés Lupion, foi criada, em 1961, a Lei 4.338, de 25 de janeiro, que desmembrava o distrito de Vila São José de Cambira de Apucarana e o elevava à categoria de município, mas com o nome de Cambira. O Sr. Jordão Beleze foi eleito o primeiro prefeito municipal ao vencer o candidato Sr. Antônio Gagine. De lá para cá, Cambira já teve oito prefeitos (as) diferentes, num total de doze eleições.

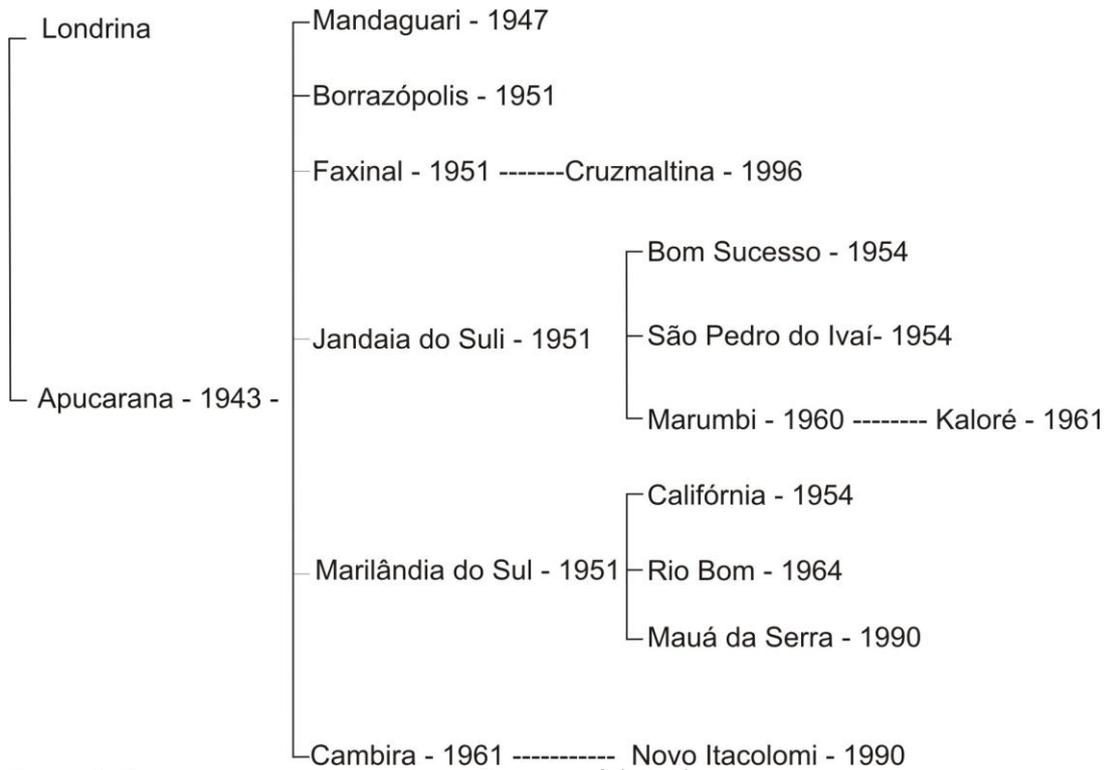


Figura 9: Desmembramento a partir de Paranaguá (1648)  
 Fonte: ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geociências  
 Organização: França Junior, P.

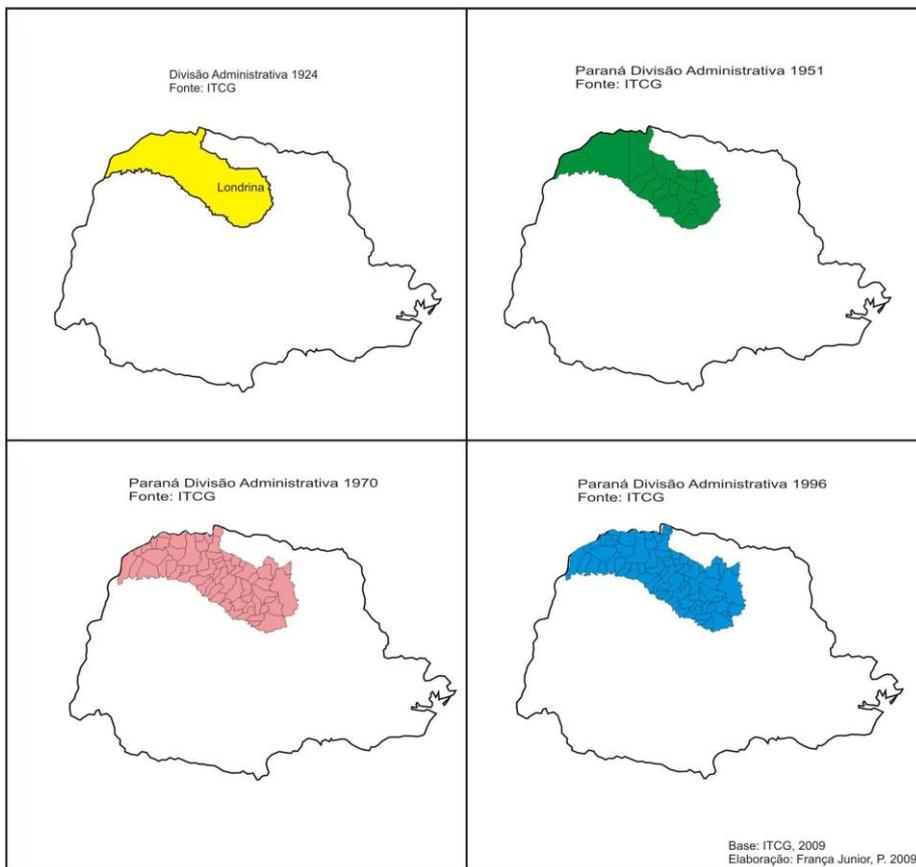


Figura 10: Desmembramento do município de Londrina (PR) até 1996  
 Fonte: ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geociências  
 Organização: França Junior, P.

## 1.2 Das origens à agricultura cafeeira em Cambira

Com o município de Cambira estabelecido e consolidado, o número de famílias e trabalhadores que buscavam emprego na agricultura aumentava significativamente, principalmente na área rural. A agricultura cafeeira ganhava destaque e rapidamente a notícia de uma região próspera e rica se difundia pelo País. Como já foi dito, na ocupação de Cambira foi expressiva a presença de paulistas, mineiros e nordestinos; já os imigrantes eram na maioria italianos, seguidos, em menor quantidade, dos espanhóis e portugueses.

Em 31 de janeiro de 1954, foi inaugurada a Estação Ferroviária Cambira, que fazia parte da Linha Ourinhos (SP) – Cianorte (PR), que se estendia por 583 quilômetros, e que veio a possibilitar não só o escoamento da produção de café na época e o transporte da população para outras cidades, quando as estradas ainda não eram asfaltadas. A ferrovia trouxe consigo um aumento populacional e uma melhora no acesso a essa região. No ano seguinte, em 1955, implantou-se o primeiro transporte coletivo terrestre em Cambira: uma jardineira que fazia a linha Cambira/Ponte-Preta<sup>23</sup> a Apucarana.

Em 1970, com o Censo Demográfico do IBGE, ficou evidenciado o crescimento rápido de Cambira ao longo de sua história. A população total era de 20.236 habitantes, com 88,4% residindo na área rural do município e pouco mais de 2.200 pessoas na área urbana, que funcionava com um pequeno comércio, uma vez que o café e outros produtos eram comercializados em Apucarana.

A Tabela 3 e o Gráfico 5 mostram a situação rural do município de Cambira em 1970. A maioria dos estabelecimentos agropecuários da estrutura fundiária estavam entre 0 e 10 hectares – 1.698 unidades –, 67% do total, o que corresponde a uma estrutura fundiária de pequenos produtores, geralmente com uma estrutura familiar e produção na sua maioria de subsistência.

Já entre 10 e 100 hectares eram 819 unidades, o que corresponde a 32,3% do total. Nessas áreas a produção cafeeira era destinada, em sua maioria, à exportação. Naquele momento, grandes latifúndios não faziam parte do contexto rural de Cambira: apenas 0,3% ou 17 unidades tinham 100 ou mais hectares. Ou seja, até 1970, na área rural de Cambira, não existia concentração de terra.

---

<sup>23</sup> Ponte Preta era uma vila rural de Cambira, mas atualmente pertence à área rural do município de Novo Itacolomi.

Tabela 3. Cambira (PR). Estrutura fundiária, número de estabelecimentos, por classes de ha, 1970

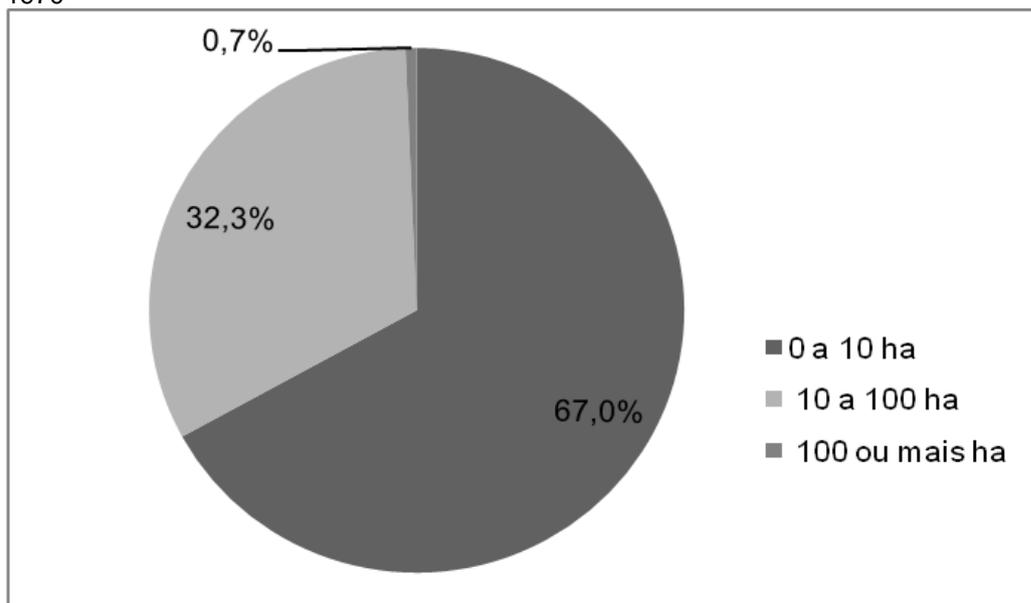
Município	1970		
	0 a 10	10 a 100	100 ou +
Cambira	1.698	819	17

Nota: Valores em hectare = ha

Fonte: Endlich, 2006 – adaptado

Organização: Fernandes, P. H. C

Gráfico 5. Cambira (PR). Estrutura fundiária, porcentagem de estabelecimentos, por classes de ha, 1970



Nota: Valores em hectare = ha

Fonte: Endlich, 2006 – adaptado

Organização: Fernandes, P. H. C

É importante destacar, inclusive, que essa realidade não era exclusiva de Cambira, mas sim de toda a região, pois é reflexo das políticas da CTNP/CMNP. A Tabela 4 mostra a estrutura fundiária, entre 1960 e 1970, na microrregião de Apucarana.

Em 1960, todos os municípios atingiram mais de 70% de estabelecimentos entre 0 e 10 hectares, com Sabáudia atingindo a marca de 83%. Já em 1970, esses números diminuíram nessa classe, mas alguns chegaram a atingir mais de 70% dos estabelecimentos entre 0 e 10 hectares, como Califórnia (75%) e Marilândia do Sul (72%).

Tabela 4. Microrregião de Apucarana. Estrutura fundiária, número de estabelecimentos, por classes de ha, 1960–1970

Município	1960			1970		
	0 a 10	10 a 100	100 ou +	0 a 10	10 a 100	100 ou +
Apucarana	648	2.154	79	2.053	1.360	32
Arapongas	318	869	27	452	974	26
Califórnia	867	272	6	1.058	339	8
Cambira	0	0	0	1.698	819	17
Jandaia do Sul	319	1.211	63	1.003	480	5
Marilândia do Sul	0	0	0	1.858	653	53
Mauá da Serra	0	0	0	0	0	0
Novo Itacolomi	0	0	0	0	0	0
Sabáudia	112	594	12	265	582	13
<b>TOTAL</b>	<b>2.264</b>	<b>5.100</b>	<b>187</b>	<b>8.387</b>	<b>5.207</b>	<b>154</b>

Nota: Valores em hectare = ha

Fonte: Endlich, 2006 – adaptado

Organização: Fernandes, P. H. C.

### 1.3 Cambira contada pelos seus pioneiros<sup>24</sup>

Inicia-se esse item com a fala<sup>25</sup> do senhor Antenor Calsavara<sup>26</sup>, atualmente com 83 anos. Ele conta que ao chegar a Cambira, às nove horas da noite do dia 12 de outubro de 1946, ao ver um lampião aceso no “centro” da vila rural:

Quando o caminhão chegou lá no cemitério, então, meu primo (...) falou: “olha lá, você ta vendo aquela luz que tá brilhando lá, ali no Cambira?” (...) Deu uma certa alegria, eu falei: “puxa vida, graças a Deus vou morar num lugar onde já tem luz”; olha, representava, que foi uma iluminação divina. (CALSAVARA, 2009).

O assunto “pioneirismo” é muito discutido e gera muitas divergências, haja vista que oscilam as perspectivas entre eles como, por exemplo, sobre quem de fato foi ou é pioneiro na cidade e também se deve, infelizmente, ao interesse de algumas pessoas ou grupos políticos promoverem suas famílias, geralmente mais abastadas.

<sup>24</sup> A finalidade deste item não é definir e apontar aqueles que foram ou são pioneiros de Cambira, nem classificar o grau de importância de cada um. Mas, sim, demonstrar uma realidade passada do município, na visão de algumas pessoas que viveram em um momento muito diferente da realidade atual, e que se propuseram a contar um pouco de suas histórias de vida, muitas se confundindo, inclusive, com a história do próprio município, e as transformações espaciais, sociais e econômicas de Cambira. Dar ouvido a sua comunidade é mostrar uma realidade muitas vezes esquecida pela história do município.

<sup>25</sup> A fala dos pioneiros entrevistados de Cambira foi registrada, neste trabalho, na sua forma original.

<sup>26</sup> Nascido em Penápolis, interior de São Paulo, em 26 de junho de 1926, veio para Cambira em 1946, com 20 anos de idade. É aposentado, mas foi agricultor durante a vida.

Tentou-se evitar estas interferências neste trabalho. Foram utilizadas as entrevistas com os pioneiros como fontes orais, contudo procurou-se manter a neutralidade.

Portanto, para entender a noção de pioneirismo, parte-se de duas definições sobre o “pioneiro”: a primeira, simplificada, de Bueno (1996, p. 506) diz ser aquele que “(...) descobre caminho através de região conhecida; precursor”. A segunda, mais conceitual, se baseia no geógrafo Leo H. Waibel. Segundo Waibel (1955, p. 391 apud SCHNEIDER, 2002, p. 35):

O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. (...) apenas o agricultor pode ser denominado como tal, estando apto a constituir uma zona pioneira. Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural. (WAIBEL, 1955, p. 391 apud SCHNEIDER, 2002, p. 35).

Em suma, deve-se entender o pioneirismo não apenas como aquele que de fato foi precursor em determinado local, derrubando a mata e ajudando a criar povoados e comunidades, mas também aquele que trouxe consigo seus costumes, sua cultura, seu idealismo, sua vontade, entre outros benefícios.

Como já foi discutido no trabalho, o crescimento populacional de Cambira, entre sua ocupação até a década de 1970, é resultado do avanço das fronteiras cafeeiras e trouxe consigo milhares de pessoas. Essa vinda ocorreu principalmente antes de Cambira virar município, ou seja, enquanto ainda era uma vila rural ou distrito de Apucarana. Essa afirmação é comprovada no início de cada entrevista (Apêndice 1), que menciona local de nascimento e a data da vinda dessas pessoas para a região. Duas citações exemplificam e refletem essa vinda para o Norte do Paraná e, conseqüentemente, para Cambira.

A primeira é do senhor Paulo Viena de Souza<sup>27</sup>, de 64 anos de idade. Segundo ele, a vinda foi exclusivamente pelo café: “vimos na influência do café. Meu pai não comprou [terras rurais], meu pai era agregado, trabalhava como empreiteiro”. Ele ainda acrescenta: “ele trabalhava na lavoura do café e na época o café aqui era a coisa mais linda, e ele resolveu vim embora para cá e nós viemos”. Já a senhora Selena La Pietra de Melo<sup>28</sup>, de 70 anos, conta que a vinda se deu

---

<sup>27</sup> Nascido em Araraquara, interior de São Paulo, em 19 de agosto de 1945, veio para Apucarana em 1942, com 4 anos de idade, e para Cambira, em 1955, com 10 anos.

<sup>28</sup> Nascida em Avaí, interior de São Paulo, em 1939, veio para zona rural de Cambira em 1961, com 22 anos de idade, se mudando para a zona urbana em 1969.

porque no interior de São Paulo as terras já não estavam mais valorizadas: “porque meu pai tinha um sítio lá, mas as terras lá já não eram muito produtivas, e então ele resolveu vir para cá, que aqui tinha mais chance de plantar, a terra era boa”.

No entanto, todos sentiram com os problemas que assolaram o campo e resultaram no esvaziamento populacional de Cambira. A senhora Horizontina Ramalho Martins<sup>29</sup>, de 80 anos, é um exemplo dessa realidade: ela conta que assim como a maioria das pessoas ela tentou melhorar sua condição de vida, para estudar e trabalhar. Ela seguiu os passos do marido e dos filhos que foram estudar em Curitiba; atualmente reside com sua filha em Maringá. Segundo ela, quase todas as pessoas que conheceu acabaram indo embora para Apucarana, Jandaia do Sul e Curitiba. Outros destinos foram citados ao longo das entrevistas: São Paulo, capital e interior, interior de Minas Gerais, Estados do Centro-Oeste e Norte do Brasil e outras cidades do interior do Paraná.

O senhor Antenor se lembra dos motivos que eram comentados na época: “saíram por condições financeiras, a situação não era boa e esse povo, quem tinha um terreninho ainda agüentava, quem não tinha teve que sair”. Segundo ele, depois de 1975 a zona rural se esvaziou: “quem aqui ia ficar mais na lavoura, aí veio a mecanização, o povo começou arrancar os cafés e a mecanizá a terra e aí o povo não tinha onde trabalhá e precisô ir embora”. O que o motivou a ficar em Cambira e não sair como seus amigos agricultores foi o fato de, junto de seus irmãos, ter um pedaço de terra. Eles mesmos cuidavam da lavoura e, apesar das dificuldades de 1975 e 1976, agüentaram até 1981, quando acabaram vendendo suas terras. A Figura 11 mostra uma foto do cafezal após a geada de julho de 1975 no Norte do Paraná. Essa figura, da região de Apucarana, apresenta no primeiro plano uma pilha de gelo e atrás os cafés bem danificados.

Sobre a Cambira da área rural a senhora Jamile Nakad Marrez<sup>30</sup>, de 74 anos, lembra: “o trem parava ali, subia aquele monte de gente, sabe? Todo mundo vinha para trabalhar na colheita de café, Cambira passava de vinte mil habitantes, então o povo vinha para colher café”. A senhora Horizontina se recorda que a área rural era muito movimentada, com muitas pessoas e muitas festas.

---

<sup>29</sup> Nascida em Cabo Verde, interior de Minas Gerais, em 15 de julho de 1929, veio para Cambira em 1944, com 15 anos de idade; ficou na área rural até 1951 e na área urbana até 1964. Depois se mudou para Apucarana, Curitiba e Maringá, onde vive atualmente. Sua saída de Cambira é exemplo do que ocorreu com muitas pessoas.

<sup>30</sup> Nascida em São Paulo, em 30 de março de 1935, veio para Cambira, em 1951, com sua família.



Figura 11: Apucarana (PR). Geada de 1975  
 Fonte: Oswaldo Carnevalli (arquivo pessoal) – 17/07/1975

Entretanto, o senhor Antenor lembra que esse movimento não ficava contido no município de Cambira: “a área rural era boa, mas o movimento da área rural ia todo para Apucarana, porque aqui não tinha nada, não tinha o que segurar o povo, não tinha comércio”. Ele menciona ainda que a maioria dos produtos eram comercializados e comprados em Apucarana: “O comércio aqui era morto mesmo entendeu? E foi morto até passar a ser município”. O senhor Paulo e a senhora Selena complementam dizendo que existiam um ou outro armazém pequeno na área rural. Ela se lembra de uma “vendinha” que ficava na estrada de terra onde ela pegava o ônibus para ir à cidade.

A área rural era também o local das principais festas. Segundo a senhora Selena “tinha muito eram essas festas de São Pedro, que nem Bela Vista mesmo, que era a região nossa ali, Bela Vista o padroeiro ali era São Pedro”. Essas festas, segundo ela, eram tipo de uma quermesse: “a moçada toda passeava ali em volta” ou tipo bailes com músicas e muita diversão.

Sobre a Cambira da área urbana o senhor José Jordão Belezi<sup>31</sup> diz que, quando chegou, não havia nada. Ele se lembra apenas de umas casinhas, uma vendinha e uma padaria. Já com relação ao lazer, a senhora Maria Tereza

<sup>31</sup> Nascido em Bernardino de Campos, interior de São Paulo, em 16 de julho de 1942, veio para Cambira em 1955, com 13 anos de idade. Seu pai foi o primeiro prefeito do município.

Almeida<sup>32</sup>, de 71 anos, diz que não existiam muitas opções na área urbana, as festas mesmo ocorriam na área rural, apenas algumas festas na igreja ou simplesmente as pessoas ficavam na praça. Entretanto, ela se lembra com muita alegria da época em que existia um cinema na cidade. Segundo o senhor Paulo, ele foi extinto antes mesmo de Cambira virar município, em 1960.

Por fim, a Cambira de hoje: a senhora Tereza não tem dúvida do que falta principalmente: “segurança”. Já para o senhor Paulo falta “muita casa”. A senhora Selena alega que sempre dá para melhorar a educação e a saúde e faz uma crítica consistente com relação à ausência de emprego: “emprego é uma coisa que falta também (...) a gente sabe que, quando vai de manhã, a circular vai lotada para Apucarana, muita gente trabalha fora”. A política local não é um assunto que eles gostam de comentar; todos preferiram falar de Cambira a falar da história política.

Com relação ao comércio de hoje, a senhora Maria Tereza acha importante prestigiar o comércio local e os produtos produzidos em Cambira, mas ainda reconhece o déficit de opções, variedades e produtos mais especificados – neste caso acaba indo buscar em Apucarana. O senhor José e a senhora Selena partem da mesma idéia: compram os produtos de necessidade pessoal no município e os demais em Apucarana ou Jandaia do Sul. As idas a Maringá ou Londrina são raras e ocorrem quando o produto é muito específico.

Pode-se concluir que, apesar de Cambira ter passado por ciclos econômicos e sociais diferentes que resultaram em mudanças, transformações e momentos difíceis, muitas pessoas ficaram no município, seja na área rural, onde resistiram pouquíssimas pessoas, seja na área urbana, como essas mencionadas. Mesmo diante das adversidades do passado, como conta a senhora Selena, que andava todo dia cinco quilômetros de estrada de terra, e das dificuldades do presente, como lamenta a senhora Maria Tereza sobre a violência; ou ausência de emprego como narra a senhora Selena; e problemas na saúde como comenta o senhor Antenor, elas demonstram compaixão com “sua terra”, no sentido de pertencerem a ela.

O motivo que as fazem ficar em Cambira é unânime e deveria ser reproduzido também nos grandes e médios centros urbanos: as amizades, o companheirismo, a preocupação, a educação e o respeito ao próximo, ou seja, como alegremente resume a senhora Selena: “o bom dia; o oi, tudo bem; e o fulano, como está?”.

---

<sup>32</sup> Nascida em Ourinhos, interior de São Paulo, em 09 de maio de 1938, veio para Apucarana em 1942, com 4 anos de idade, e para Cambira, em 1951.

## Parte 2 – Transformações regionais e suas implicações no município de Cambira

As mudanças que ocorreram no Norte do Paraná e, por conseguinte, no município de Cambira, da sua ocupação até os dias recentes, são conseqüências de dinâmicas e fatores que vão da esfera internacional até esferas regionais e locais.

Evidentemente, o grau de influência desses fatores ocorreu em períodos diferentes, assim como sua intensidade variou de um lugar para outro. Contudo, todos desempenharam importância e devem ser levados em consideração, analisados como um processo complexo. Portanto, o entendimento dessas transformações parte da compreensão das dinâmicas regionais somadas às peculiaridades locais.

A compreensão dessas transformações, no entanto, deve seguir uma análise crítica acerca da realidade regional e municipal, contrapondo-se ao discurso baseado no senso comum que alega ter havido com a colonização uma reforma agrária na região Norte do Paraná e que as geadas, principalmente a de 1975, foram as únicas e grandes responsáveis pelas transformações rurais, que resultaram na saída do homem do campo e, conseqüentemente, sua migração para as áreas urbanas, transformando-as, por conseguinte. Tomazi (2000, p. 22) classificou essas afirmações e mitos como fantasmagorias<sup>33</sup>.

Nesse sentido, nesta parte serão encontradas respostas para as transformações ocorridas no Norte do Paraná, com um detalhamento especial ao município de Cambira. Tais transformações resultaram numa oscilação populacional e em mudanças sociais, econômicas e espaciais nas áreas rural e urbana. Deve ficar claro, também, que essas transformações decorrem de ações humanas regidas pelo interesse do sistema capitalista em beneficiar a poucos e não apenas como acontecimentos casuais.

---

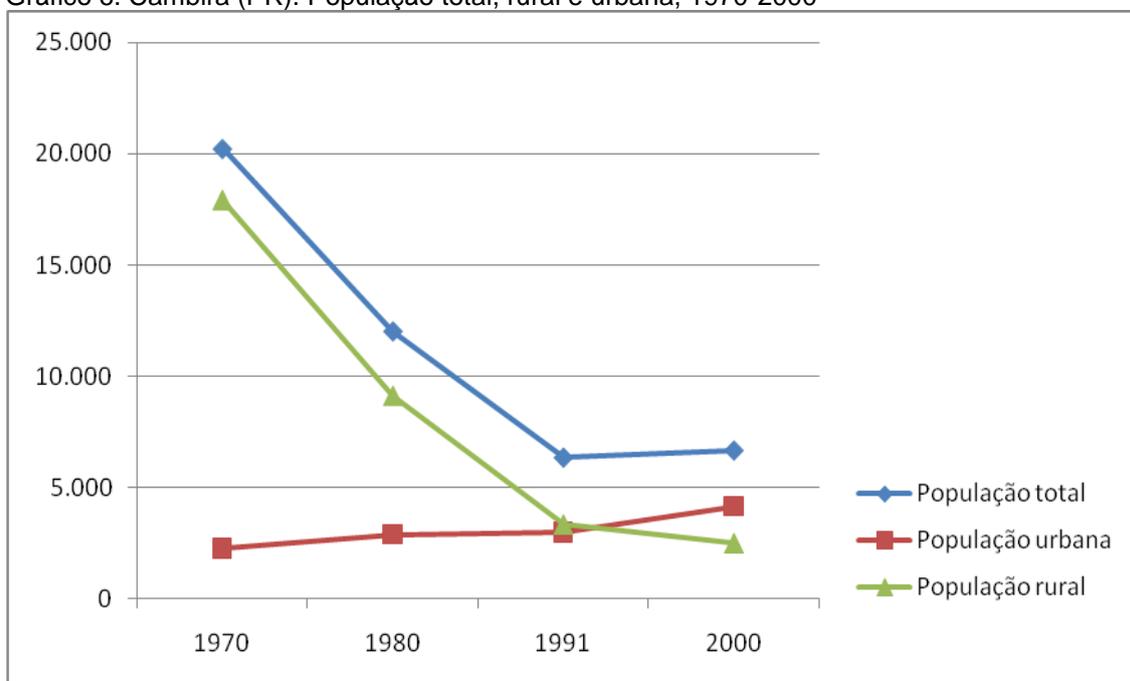
<sup>33</sup> Segundo Tomazi (2000, p. 22), fantasmagoria é “a arte de fazer aparecer imagens que só existem ilusoriamente no instante de sua projeção, ou seja, a arte de fazer aparecer aspectos por efeitos óticos, criando a ilusão de que as coisas projetadas efetivamente existem”. Numa definição mais simples, Bueno (1996, p. 287) diz que fantasmagoria é “imaginação, irreal, ilusório”.

## 2.1 Dinâmicas demográficas do município de Cambira e o contexto regional

No primeiro Censo Demográfico que retratou a realidade de Cambira já como município, em 1970, os números do IBGE refletiram, no sentido positivo, o resultado do interesse político da emancipação de Cambira a Apucarana e o ótimo momento econômico e social que o jovem município de quase uma década de vida passava, influenciado diretamente pela atividade agrícola, principalmente a atividade cafeeira. A população total era considerada, mais de 20 mil pessoas, das quais 88,5% residiam na área rural de Cambira.

Entretanto, o censo de 1980 mostrou que a década entre 1970 e 1980 apresentou uma nova realidade na estrutura do município e da cidade (sede) e que se repetiu, de forma acentuada, na divulgação do censo demográfico posterior (1991): Cambira apresentava fortes decréscimos demográficos (1970-1991) em sua população total e população rural, como mostram as Tabelas 5 e 6 e nos Gráficos 6 e 7.

Gráfico 6. Cambira (PR). População total, rural e urbana, 1970-2000



Fonte: Censos Demográficos IBGE  
Organização: Fernandes, P. H. C.

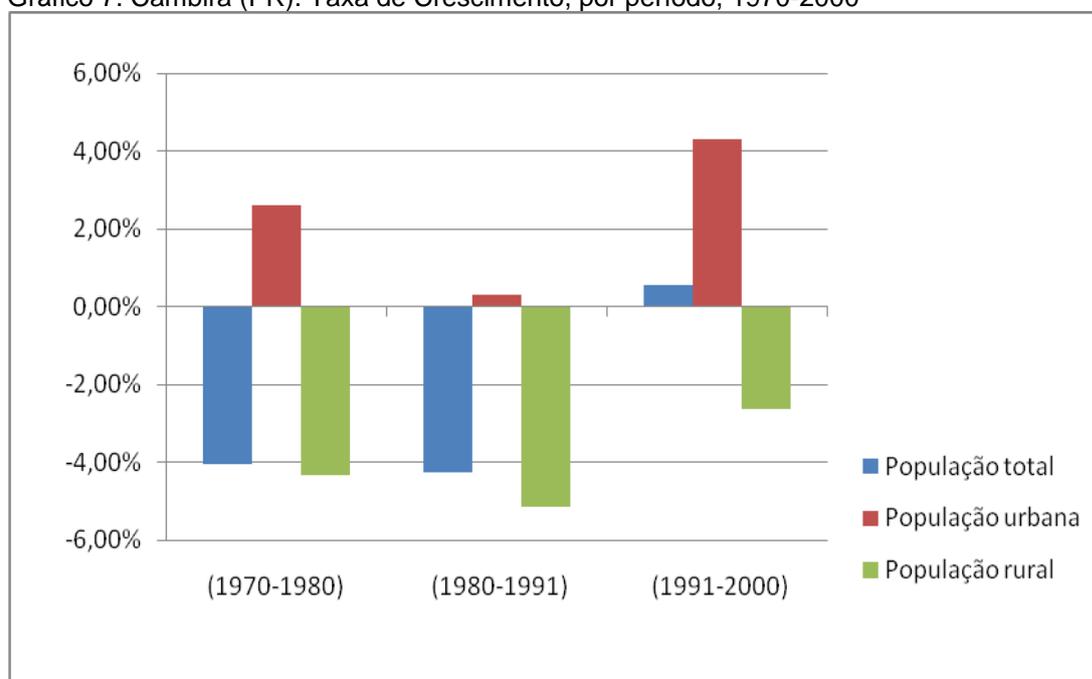
Tabela 5. Cambira (PR). População total, rural e urbana, 1970-2000

Ano	População total	População rural	População urbana
1970	20.236	17.900	2.266
1980	12.022	9.121	2.901
1991	6.341	3.340	3.001
2000	6.661	2.497	4.164

Fonte: Censos Demográficos do IBGE

Organização: Fernandes, P. H. C.

Gráfico 7. Cambira (PR). Taxa de Crescimento, por período, 1970-2000



Fonte: Endlich, 2006 – adaptado

Organização: Fernandes, P. H. C.

Tabela 6. Cambira (PR). Taxa de Crescimento, por período, 1970-2000

Período	População total	População rural	População urbana
1970 – 1980	(-) 4,06%	(-) 4,32%	2,60%
1980 – 1991	(-) 4,25%	(-) 5,15%	0,31%
1991 – 2000	0,55%	(-) 2,62%	4,31%

Fonte: Endlich, 2006 – adaptado

Organização: Fernandes, P. H. C.

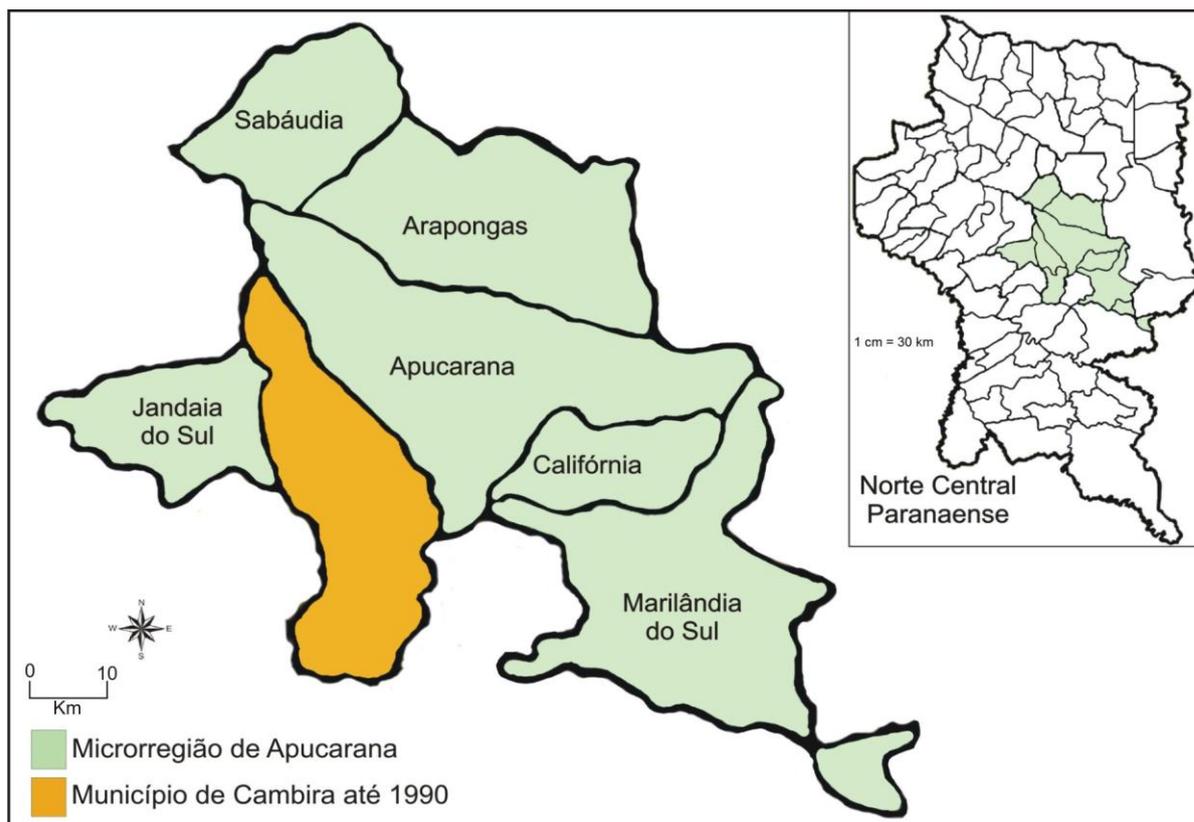
Em 1980, Cambira apresentou sua primeira grande perda populacional: passando de pouco mais de 20 mil para 12.022 habitantes, uma perda de 4,06%. Essa perda refletiu, além da população total, apenas na área rural, que passou de quase 18 mil pessoas para pouco mais de 9.100; em contrapartida, porém, a população urbana aumentou 2,8% nesse mesmo período.

Esse declínio de população total e rural seguiu no censo de 1991 de maneira mais acentuada. A população total caiu pela metade, de 12 mil para pouco mais de 6.300, enquanto a população rural sofreu uma redução ainda maior (quase 1/3), passando de 9.121 para 3.340 pessoas. A população urbana não manteve seu alto percentual de crescimento demográfico, mas teve uma leve alta de 100 habitantes.

É importante ressaltar que no ano anterior Cambira passou pelo segundo momento conturbado em sua história: o desmembramento de Novo Itacolomi, ao Sul do município. Delgado (2007, p. 97), ao se referir ao momento de emancipação política de Novo Itacolomi de Cambira, assim se expressa: “o maior problema enfrentado pela comissão foi a questão dos limites com o município de Cambira”.

Com o desmembramento, Cambira evidentemente teve uma perda populacional, contudo não foi esse o motivo que fez o município ter um significativo declínio populacional; isso porque, considerando a soma dos dados dos dois municípios, haveria, mesmo assim, uma perda de 1,69% de população. O conflito foi então relacionado com a questão da extensão territorial, uma vez que o distrito de Itacolomy correspondia a cerca de 60% do território de Cambira.

O Mapa 6 mostra Cambira antes do desmembramento, em 1990/1991. O município apresentava uma área de quase 330 quilômetros quadrados. Nessa figura é importante perceber também a extensão de Marilândia do Sul, de quase 500 quilômetros quadrados. No mesmo ano em que Novo Itacolomi conseguiu sua emancipação de Cambira, Mauá da Serra conseguiu a sua, com área de 108 quilômetros quadrados, de Marilândia do Sul, o que gerou a este município uma perda territorial de 22%.



Mapa 6: Cambira (PR). Município até 1990  
Organização: Fernandes, P. H. C.

O último censo divulgado pelo IBGE, em 2000, revelou uma nova reversão quanto à população total e urbana. Após duas décadas de declínio populacional, Cambira apresentou um pequeno aumento na sua população total: de 6.341 para 6.661 habitantes, o que representou 0,55% de crescimento.

Na realidade, o que manteve esse número positivo foi o alto crescimento populacional na área urbana do município, que chegou a 4,31% e representava, naquele momento, o local de moradia de mais de 62% da população total de Cambira, uma vez que a área rural seguia perdendo população, mas em intensidade menor.

Segundo Endlich (2006, p. 121), “para muitos trabalhadores, a mobilidade geográfica representa a expectativa de sobrevivência, fazendo com que a condição humana implique num certo nomadismo ou seminomadismo”.

Essa mudança de tendência poderá ser confirmada no próximo censo demográfico previsto para ser divulgado em 2011, pois, como mostram a Tabela 7 e o Gráfico 8, o município vem ganhando população ao longo dos últimos três anos, quando foram divulgadas a Contagem da População em 2007 e as Estimativas Populacionais de 2008 e 2009.

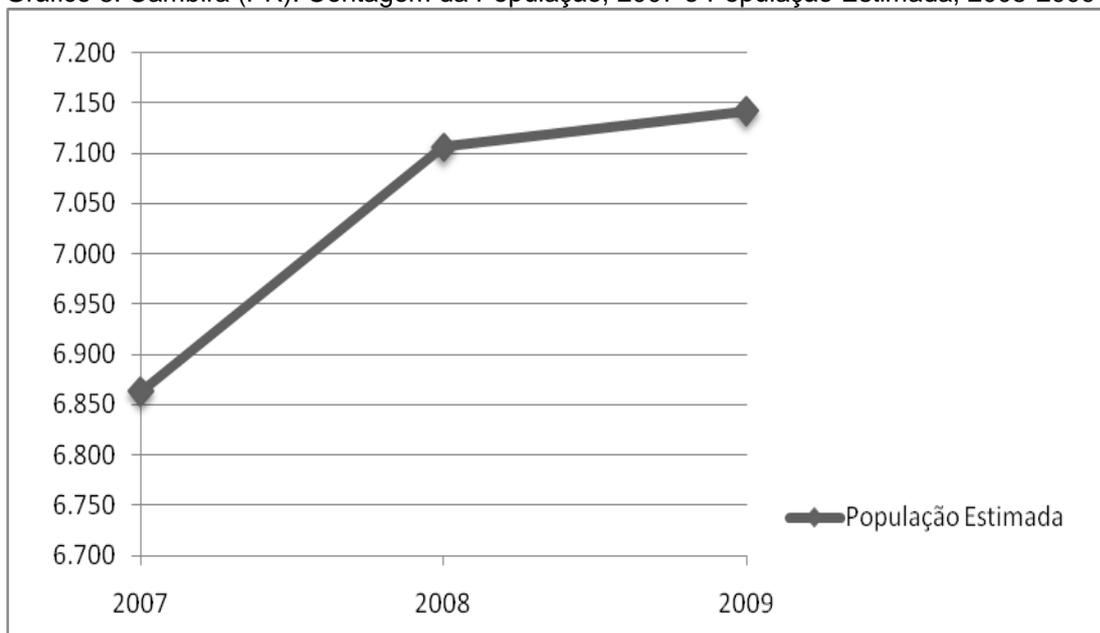
Tabela 7. Cambira (PR). Contagem da População, 2007 e População Estimada, 2008-2009

ANO	2007	2008	2009
<b>POPULAÇÃO</b>	6.863	7.106	7.142

Fonte: Contagem da População e Estimativas Populacionais do IBGE

Organização: Fernandes, P. H. C.

Gráfico 8. Cambira (PR). Contagem da População, 2007 e População Estimada, 2008-2009



Fonte: Contagem da População e Estimativas Populacionais do IBGE

Organização: Fernandes, P. H. C.

As regiões Norte e Noroeste do Paraná seguem essa dinâmica apontada em Cambira. As Tabelas 8 e 9 representam a evolução da população total, rural e urbana nos municípios da região de Apucarana, entre 1960 e 2000. Destacam-se algumas considerações:

Já no primeiro ciclo<sup>34</sup>, entre 1960 e 1970, quando algumas cidades nem existiam, como o caso de Mauá da Serra, os municípios de Apucarana, com 4,1%, Jandaia do Sul, com 5,66%, e Sabáudia, com 1,98%, já apresentavam consideradas taxas de perda populacional na área rural. Como algumas delas apresentavam altíssimos índices de aumento na população urbana, as taxas de população total se mantiveram positivas, com exceção de Jandaia do Sul e Sabáudia, que não apresentavam índices urbanos tão elevados. Nesse contexto surge Cambira.

<sup>34</sup> Para efeito de análise e didática dividiu-se esse histórico em quatro ciclos: primeiro ciclo entre 1960 e 1970; segundo ciclo entre 1970 e 1980; terceiro ciclo entre 1980 e 1991, e quarto ciclo entre 1991 e 2000; entretanto, deve-se entendê-lo dentro de um contexto.

Tabela 8. Microrregião de Apucarana. Evolução da população total, rural e urbana, 1960-1980

Município	Pop. 1960			Pop. 1970			T C A (1960-1970)			Pop. 1980			T C A (1970-1980)		
	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	%Total	%Rural	%Urbana	Total	Rural	Urbana	%Total	%Rural	%Urbana
Apucarana	66.091	43.585	22.506	69.302	25.729	43.573	0,49%	(4,10%)	9,36%	80.245	13.084	67.161	1,58%	(4,91%)	5,41%
Arapongas	38.067	16.857	21.210	51.210	14.601	36.609	3,45%	(1,34%)	7,26%	54.668	6.455	48.213	0,68%	(5,58%)	3,17%
Califórnia	9.004	7.588	1.416	11.562	8.563	2.999	2,84%	1,28%	11,18%	8.085	4.680	3.405	(3,01%)	(4,53%)	1,35%
Cambira				20.236	17.970	2.266	-	-	-	12.022	9.121	2.901	(4,06%)	(4,92%)	2,80%
Jandaia do Sul	31.448	23.681	7.767	21.803	10.271	11.532	(3,07%)	(5,66%)	4,85%	17.753	5.085	12.668	(1,86%)	(5,05%)	0,99%
Marilândia do Sul	20.883	18.666	2.217	21.949	19.084	2.865	0,51%	0,22%	2,92%	13.912	8.102	5.810	(3,66%)	(5,75%)	10,28%
Mauá da Serra							-	-	-				-	-	-
Novo Itacolomi							-	-	-				-	-	-
Sabáudia	10.145	8.655	1.490	8.323	6.943	1.380	(1,80%)	(1,98%)	(0,74%)	4.935	3.121	1.814	(4,07%)	(5,50%)	3,14%

Nota: taxas em tom de vermelho representam valores negativos

Fonte: IBGE/Endlich, 2006 – adaptado – Organização: Fernandes, P. H. C.

Tabela 9. Microrregião de Apucarana. Evolução da população total, rural e urbana, 1980-2000

Município	Pop. 1980			Pop. 1991			T C A (1980-1991)			Pop. 2000			T C A (1991-2000)		
	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	%Total	%Rural	%Urbana	Total	Rural	Urbana	%Total	%Rural	%Urbana
Apucarana	80.245	13.084	67.161	95.064	8.985	86.079	1,68%	(2,85%)	2,56%	107.820	7.578	100.242	1,49%	(1,74%)	1,83%
Arapongas	54.668	6.455	48.213	64.556	4.531	60.025	1,64%	(2,71%)	2,23%	85.427	3.639	81.788	3,59%	(2,19%)	4,03%
Califórnia	8.085	4.680	3.405	7.329	2.804	4.525	(0,85%)	(3,64%)	2,99%	7.679	2.014	5.665	0,53%	(3,13%)	2,80%
Cambira	12.022	9.121	2.901	6.349	3.348	3.001	(4,29%)	(5,75%)	0,31%	6.661	2.497	4.164	0,55%	(2,82%)	4,31%
Jandaia do Sul	17.753	5.085	12.668	18.574	3.234	15.340	0,42%	(3,31%)	1,92%	19.677	2.600	17.077	0,66%	(2,18%)	1,26%
Marilândia do Sul	13.912	8.102	5.810	9.242	4.513	4.729	(3,05%)	(4,03%)	(1,69%)	9.073	2.984	6.089	(0,20%)	(3,76%)	3,20%
Mauá da Serra				4.522	1.461	3.061	-	-	-	6.470	1.127	5.343	4,79%	(2,54%)	8,28%
Novo Itacolomi				3.444	2.577	867	-	-	-	2.866	1.608	1.258	(1,86%)	(4,18%)	5,01%
Sabáudia	4.935	3.121	1.814	5.293	2.313	2.980	0,66%	(2,35%)	5,84%	5.417	1.378	4.039	0,26%	(4,49%)	3,95%

Nota: taxas em tom de vermelho representam valores negativos

Fonte: IBGE/Endlich, 2006 – adaptado – Organização: Fernandes, P. H. C.

No segundo ciclo, entre 1970 e 1980, fica evidenciada a perda significativa de população na área rural, em todos os municípios, com exceção de Mauá da Serra e Novo Itacolomi, que não existiam. Nesse momento, as taxas nas áreas urbanas não são tão elevadas, com exceção de Marilândia do Sul, fazendo com que o crescimento total ficasse negativo em cinco das sete cidades (71%).

No terceiro ciclo, entre 1980 e 1991, os municípios continuam perdendo população rural, mas os índices já não são tão altos assim, com exceção de Cambira, que apresenta as maiores taxas de declínio e passa pelo momento que Jandaia do Sul, por exemplo, já havia passado no ciclo anterior, mas que agora está estagnada. As altas taxas no aumento da população na área urbana também já não existem mais e Marilândia do Sul, que havia tido um aumento exacerbado de 10,28%, é a única a apresentar índice negativo de população urbana – 1,69%. No balanço de população total, os municípios de Califórnia, Cambira e Marilândia do Sul perderam população.

Por fim, o quarto e último ciclo, entre 1991 e 2000, e já incluindo Mauá da Serra e Novo Itacolomi, enquanto os municípios mais antigos sofrem de certa estagnação, os mais recentes ainda perdem população, mostrando a continuidade do processo. Todos perderam população rural, com índices que variam de 1,7% a 4,5%, e ganham população urbana, com destaque para Mauá da Serra e Novo Itacolomi, que apresentam números altos: 8,28% e 5,01%, respectivamente. Apenas dois municípios apresentavam taxas negativas de população total: Marilândia do Sul e Novo Itacolomi, enquanto os demais aparecem com taxas positivas próximas de 1%, com exceção de Arapongas, impulsionada pelo setor madeireiro e de móveis, com quase 4%, e Mauá da Serra, com quase 5% de crescimento populacional.

A Tabela 10 mostra a situação nessa região após a divulgação dos dados referentes à Contagem da População em 2007 e às Estimativas Populacionais de 2008 e 2009. Segundo esses dados todos, os municípios vêm apresentando um aumento populacional, mesmo que pequeno, como é o caso de Marilândia do Sul, que aumentou sua população em quatro pessoas e Califórnia, que aumentou em duas. Apucarana e Arapongas apresentaram aumento significativo: Apucarana quase seis mil pessoas em dois anos, e Arapongas quase sete mil pessoas. Já Novo Itacolomi apareceu como a única a perder população, seguindo o que foi encontrado nos últimos censos: a redução foi de oito habitantes.

O Gráfico 9 mostra espacialmente esses dados. No canto esquerdo superior, percebem-se Apucarana e Arapongas numa curva crescente de aumento populacional. No canto direito inferior, um “zoom” mostra as menores cidades. Nele se percebe que Novo Itacolomi é o único que a curva não segue o “padrão”.

Tabela 10. Microrregião de Apucarana. Municípios e População, 2007-2009

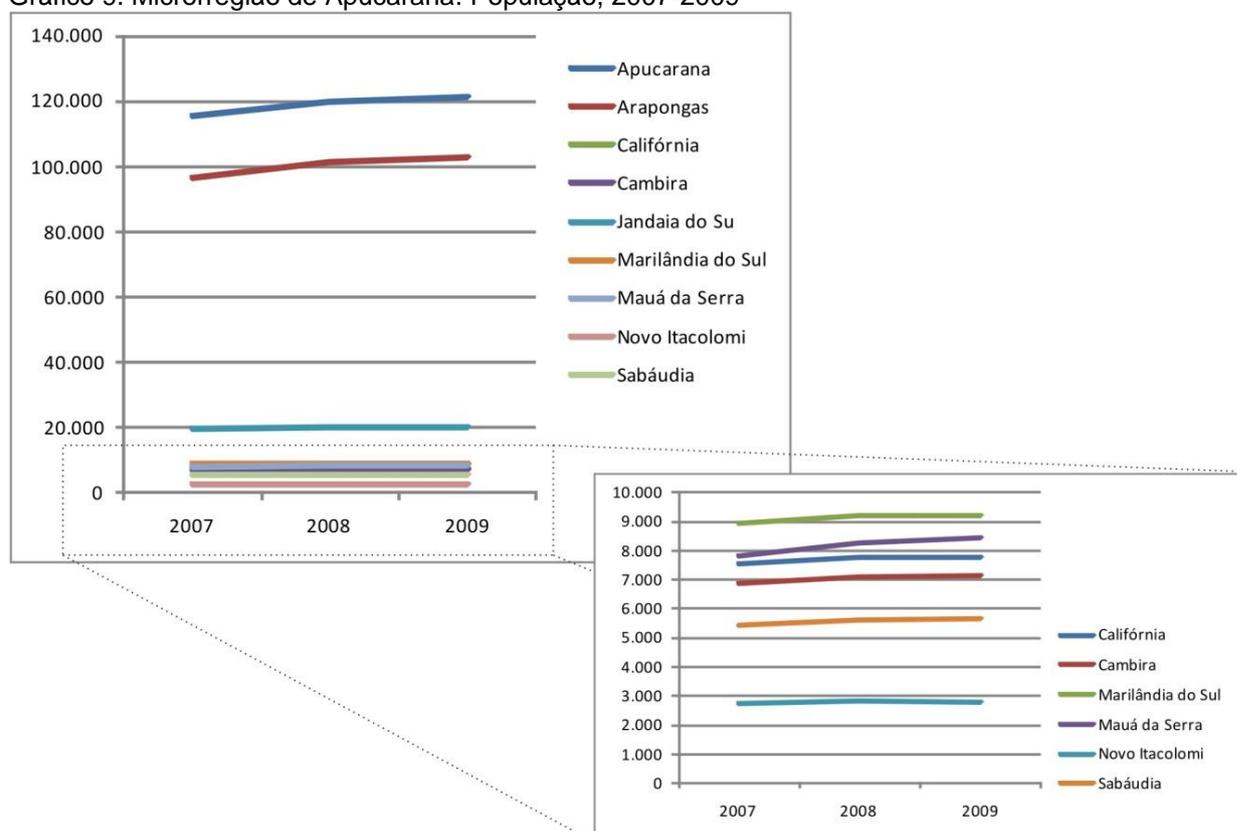
Município	População Contagem 2007	População Estimativa 2008	População Estimativa 2009
Apucarana	115.323	120.133	121.290
Arapongas	96.669	101.467	103.025
Califórnia	7.546	7.765	7.767
<i>Cambira</i>	6.863	7.106	7.142
Jandaia do Sul	19.534	20.131	20.159
Marilândia do Sul	8.932	9.193	9.197
Mauá da Serra	7.814	8.268	8.446
Novo Itacolomi	2.747	2.816	2.808
Sabaúdia	5.447	5.625	5.642

Nota: tom de vermelho simboliza redução de população comparada ao ano anterior

Fonte: Contagem Populacional, 2007 e Estimativas Populacionais de 2008 e 2009, IBGE

Organização: Fernandes, P. H. C.

Gráfico 9. Microrregião de Apucarana. População, 2007-2009



Fonte: Contagem da População e Estimativas Populacionais do IBGE

Organização: Fernandes, P. H. C.

## 2.2 Transformações no campo

O contexto do final da década de 1950 e ao longo da década de 1960 e 1970, de maneira mais intensa, ocorreu, no Brasil, uma série de alterações no campo, espaço que sedia a agricultura. Esta, por sua vez, também teve seus pilares modificados (ENDLICH, 1998, p. 64 e FRESCA, 2004, p. 174). Segundo Silva (1982, p. 40 apud ENDLICH, 1998, p. 65), o processo que modernizou a agricultura e privilegiou alguns cultivos, regiões e unidades produtivas de médio e grande porte, é denominado de “modernização conservadora e dolorosa”.

A região Norte do Paraná, como já se mencionou, passou por transformações socioespaciais significativas, numa velocidade assustadora. Os fatores dessa transformação, segundo Endlich (1998, p. 65), são de “conjuntura internacional (...) políticas internas brasileiras (...) os fatores regionais”. Todos estão ligados e devem ser analisados como um sistema.

Os fatores internacionais são: proposição de um pacote tecnológico denominado Revolução Verde e dependência econômica brasileira do mercado externo que define o produto de seu interesse. O primeiro se resume a inovações tecnológicas propostas por corporações internacionais, ou seja, do interesse do capitalismo, e passaram a orientar a agricultura no Brasil. O segundo está relacionado à superprodução de café brasileiro que, atrelado a outros fatores, fez com que os preços despencassem e o governo incentivasse a erradicação de cafeeiros; associado a isso, o Brasil tinha que pagar sua dívida externa, sendo necessária, por parte do governo, uma reformulação rápida (ENDLICH, 1998, p. 66-67).

Os fatores nacionais, segundo Moro (1991, p. 105-106 apud ENDLICH, 1998, p. 67-70), foram: aprovação e homologação do estatuto do trabalhador rural, políticas de crédito agrícola e políticas de erradicação do café e incentivo a culturas de oleaginosas. O primeiro diz respeito ao estatuto de 1963, que fez com que muitos pequenos produtores, com receio de não conseguir cumpri-lo, passaram a utilizar mão-de-obra temporária. O segundo está relacionado com o processo seletivo que diz respeito ao crédito rural, o que beneficiou os médios e grandes proprietários. Por fim, o terceiro passa pela fixação do preço do café e do estímulo à diversificação de culturas – principalmente a soja.

Ainda com relação à erradicação do café, segundo Cancian (1981, p. 132 apud FRESCA, 2004, p. 177), esse programa proposto pelo Instituto Brasileiro do Café<sup>35</sup> (IBC), em 1959, e executado em 1961 com a criação pelo governo federal do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura – GERCA – erradicou no Paraná, entre 1962 e 1967, “quase 134 mil pés, sendo 14% na porção leste do Norte do Paraná, 39% na porção central e 47% na porção oeste”. Essas terras, ainda segundo a mesma autora, foram liberadas para uso de pastagem (40%), algodão (16%), feijão (13,2%), 2,9% para mamona, 1,8% para mandioca e arroz e 10,9% para outras culturas.

Por fim, os fatores regionais e locais são característicos de cada área. Podem variar entre ataques de pragas a questões relacionadas com o clima, como a geada de 1975 e outras várias. Esses fatores ganham peso se pensados atrelados aos fatores internacionais e nacionais. Estes fatores resultaram na substituição da lavoura cafeeira pela agricultura mecanizada, na expulsão do homem para as áreas urbanas, na concentração fundiária, problemas de cunho social e aspectos negativos relacionado com a urbanização das cidades.

Para entender as transformações no espaço rural de Cambira, seguem as dinâmicas apontadas por Moro (1991) nas transformações do espaço rural regional (Norte do Paraná), com pequenas mudanças cabíveis à realidade municipal. Muitas dessas dinâmicas apontadas por tal autor já foram discutidas neste trabalho, como a mudança da distribuição da população, antes predominantemente rural e agora praticamente toda urbana. As demais são: substituição e diversificação de culturas agrícolas, a relação campo/vila<sup>36</sup>/cidade e a estrutura fundiária.

Em 2000, segundo o IPARDES/IBGE, 41% (905) dos domicílios de Cambira estavam na zona rural, sendo todos de cunho particular. Destes, pouco mais de 27% (250) não estão ocupados.

---

<sup>35</sup> O Instituto Brasileiro do Café (IBC) foi criado em 1952 por cafeicultores e definiu as diretrizes da política cafeeira até 1989. Após a extinção do IBC, foi criado, em 1996, pelo Governo Federal, o Conselho Deliberativo de Política do Café (CDPC), vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e que tem a finalidade de formular as políticas públicas concernentes à produção, comercialização, exportação e marketing, bem como de estabelecer um programa de pesquisa agrônômica e mercadológica para dar suporte técnico e comercial ao desenvolvimento da cadeia agroindustrial do café. Em 1999 a Embrapa criou o Serviço de Apoio ao Programa Café (SAPC), também denominado Embrapa Café. Nessa nova unidade se situam as atividades de coordenação do Programa Café e do Consórcio. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO).

<sup>36</sup> Usa-se esse termo para se referir ao município de Cambira antes de ser elevado a essa categoria, ou seja, antes de 1961, quando ele foi vila e distrito, contudo a dinâmica descrita por Moro caminha no sentido da relação campo/cidade.

A substituição e diversificação de culturas agrícolas no Norte do Paraná ocorreram como consequência dos fatores já descritos. O café, uma cultura permanente, foi substituído por lavouras temporárias, como soja, trigo e cana-de-açúcar (apesar de aparecer em menor intensidade no Norte e com maior no Noroeste, numa área de domínio do Arenito Caiuá, com solo arenoso, está se ampliando em Cambira). Aliado a essas novas culturas, passou-se a diversificar a produção, ou seja, a inserir produtos, como mandioca, algodão, verduras e legumes.

A situação em Cambira segue essa dinâmica regional. Grosso modo, a primeira conclusão parte de dados referentes ao café, que não foi todo substituído, ou seja, o seu cultivo ainda existe no município, evidentemente, numa escala muito menor do que no seu auge. Em 2006, era o quarto em área colhida, com 1.190 hectares colhidos; o quinto em produção, com quase 2 mil toneladas; o décimo segundo em rendimento, com quase 1.600 quilogramas por hectares; e o primeiro em valor, com pouco mais de 6 milhões de reais.

Entretanto, são as culturas temporárias que predominam, quanto à área rural, no município desde 1996, aumentando sua extensão cada vez mais. São elas: o milho, o trigo e a soja. A cana-de-açúcar também ganha espaço e produtividade. A Figura 12 mostra uma grande área de cultivo temporário.

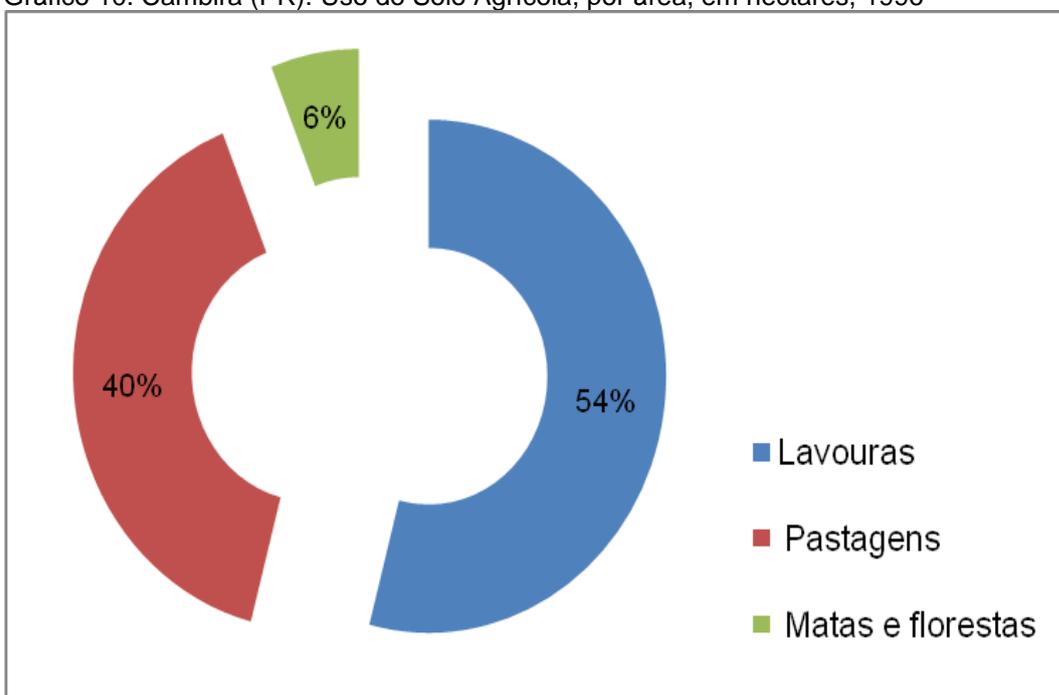


Figura 12: Área rural de Cambira (PR). Cultura temporária  
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 22/06/2009

A diversificação ocorre em Cambira, com o cultivo de horticultura e outros produtos agrícolas como arroz, aveia, feijão, entre outros, e com a inserção de pecuária e aves, principalmente bovina e galinácea, respectivamente.

O Gráfico 10 mostra a distribuição do uso de solo agrícola, por hectares de área, no município em 1996. As lavouras representavam 54% da área (8.137 ha) e as pastagens ocupavam 40% (6.017 ha). Ambas correspondiam a 94% do total, enquanto as matas e florestas, tão abundantes na região em meados do século XX, contavam com apenas 6% (906 ha).

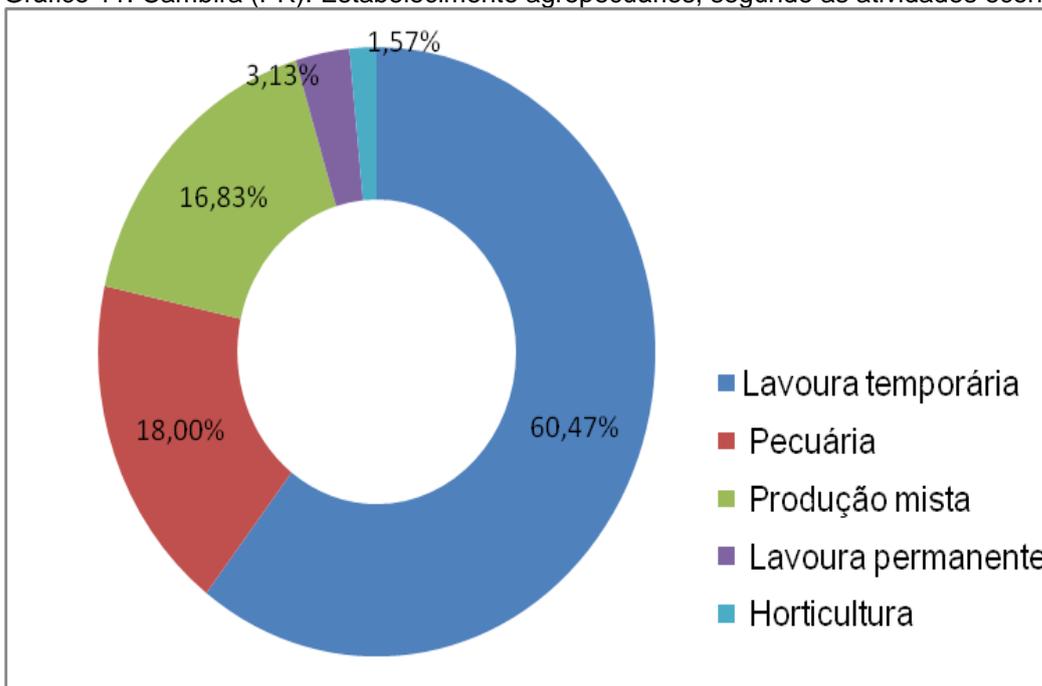
Gráfico 10. Cambira (PR). Uso do Solo Agrícola, por área, em hectares, 1996



Fonte: IBGE – IPARDES – RAIS, Base de Dados do Estado  
Organização: Fernandes, P. H. C.

Já o Gráfico 11, também referente a 1996, destaca os estabelecimentos agropecuários, segundo as atividades econômicas: mais de 60% dos estabelecimentos eram de lavouras temporárias (309), contra pouco mais de 3% (16 estabelecimentos) de lavouras permanentes. Naquele momento a pecuária já mostrava o seu avanço em Cambira, com 18% dos estabelecimentos agropecuários (92). Outros quase 17% (86) representam produção mista, ou seja, com variação e diversidade de produtos agrícolas. A horticultura representa 1,5% dos estabelecimentos.

Gráfico 11. Cambira (PR). Estabelecimento agropecuários, segundo as atividades econômicas, 1996



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário/IPARDES – Caderno Estatístico 2009  
Organização: Fernandes, P. H. C.

A Tabela 11 traz dados de 2006 sobre a área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola por produtos em Cambira. Naquele ano, a soja já ocupava a primeira posição em área colhida com mais de 4 mil hectares e, apesar de sua produção e rendimento médio não serem expressivos, o seu valor era o segundo maior com R\$ 4.096.000,00 – atrás apenas do café com R\$ 6.067.000,00, como mostra o Gráfico 12, que traz o valor da produção agrícola de Cambira, em 2006. O milho e o trigo seguem esse padrão, com pequenas diferenças: o milho é o segundo em produção com quase 16 mil toneladas e um rendimento melhor que o do trigo; já este apresenta números próximos do café, com exceção do valor que é quase 75% menor em relação ao café.

O Gráfico 13 apresenta a produção agrícola, em toneladas, em 2006. A cana-de-açúcar é a que disparadamente apresenta maior produção, com quase 54 mil toneladas, o que representa 62% da produção municipal. A concentração de área é tão expressiva que cana-de-açúcar, milho e soja ocupavam 93% da área agrícola, contra 7% dos outros dezoito produtos. Apesar de seu rendimento também ser o maior – quase 97 mil kg/ha –, o seu valor é pequeno ao ser comparado com o café, soja e milho, como mostram a tabela e os gráficos

Tabela 11. Cambira (PR). Área colhida, produção, rendimento e valor, 2006

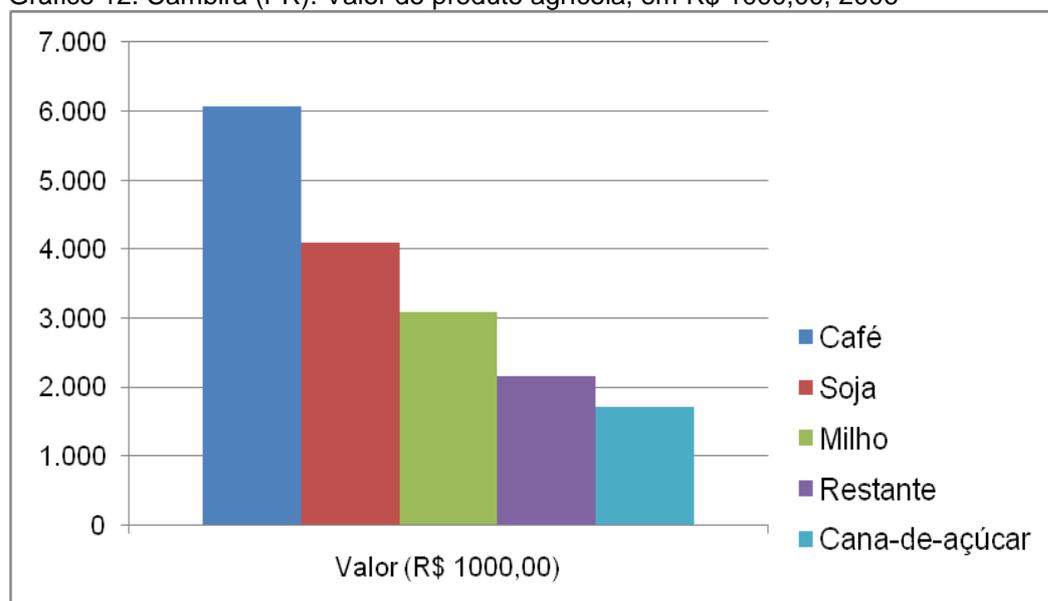
<b>Produtos</b>	<b>Área colhida (ha)</b>	<b>Produção (t)</b>	<b>Rendimento (kg/ha)</b>	<b>Valor (R\$ 1000,00)</b>
Amendoim	18	32	1.778	32
Arroz	203	293	1.443	127
Aveia	250	360	1.440	122
Banana	4	56	14.000	11
Café	1.190	1.896	1.593	6.067
Cana-de-açúcar	553	53.624	96.969	1.716
Feijão	450	540	1.200	476
Laranja	4	24	6.000	8
Mamona	15	27	1.800	9
Mandioca	18	270	15.000	78
Milho	2.500	15.780	6.312	3.077
Soja	4.100	10.780	2.800	4.096
Tangerina	6	60	10.000	19
Tomate	6	240	40.000	173
Trigo	1.200	2.040	1.700	877
Uva	9	183	20.333	185
Outros	8	64	42.000	31

Notas: ha: hectares; t: toneladas; kg: quilograma; o rendimento é considerado médio; e os valores dos dados são estimados. Outros: abacate, alho, caqui, limão e manga

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal e IPARDES – Caderno Estatístico 2009

Organização: Fernandes, P. H. C.

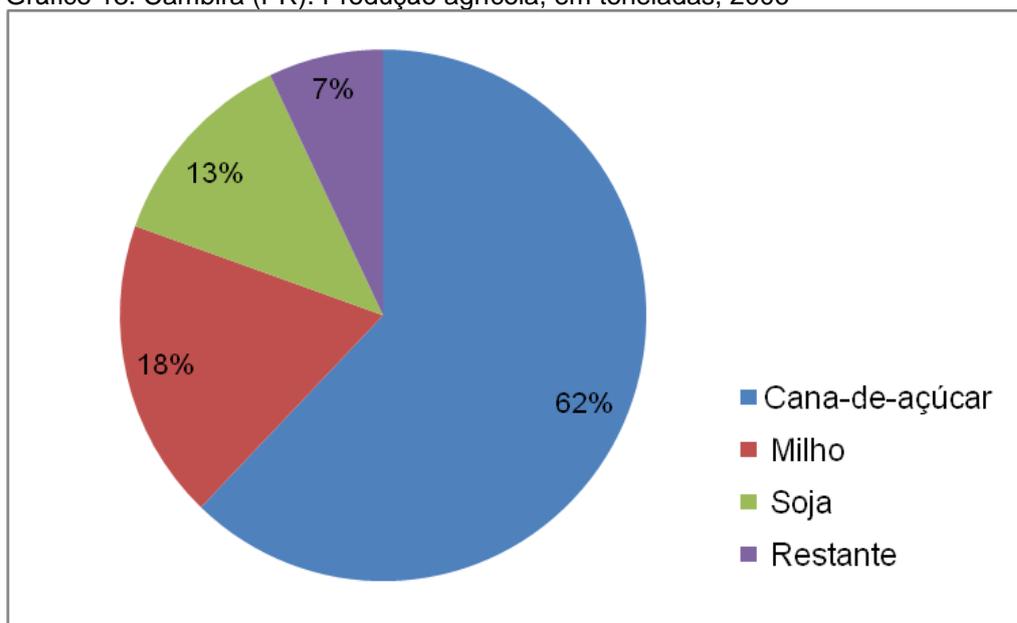
Gráfico 12. Cambira (PR). Valor do produto agrícola, em R\$ 1000,00, 2006



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal e IPARDES – Caderno Estatístico 2009

Organização: Fernandes, P. H. C.

Gráfico 13. Cambira (PR). Produção agrícola, em toneladas, 2006



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal e IPARDES – Caderno Estatístico 2009  
Organização: Fernandes, P. H. C.

Alguns produtos, sem muita expressividade na área colhida, produção e valor, apresentam um rendimento médio, em quilograma por hectare, considerado, como o tomate que, com 40 mil kg/ha, só fica atrás da cana-de-açúcar; a uva, mandioca, banana e tangerina também aparecem com números considerados de rendimento médio.

A Tabela 12 destaca a produção de origem animal em 2006. Fica evidente a produção de leite no município: quase dois milhões de litros com quase um milhão de valor. Os ovos de galinha também se destacam com 100 mil dúzias. O mel de abelha e o casulo do bicho da seda, apesar de produzirem bem, não têm um valor considerado, muito pela competitividade com países asiáticos que produzem mais e subsidiam seus produtos, vendendo-os mais baratos.

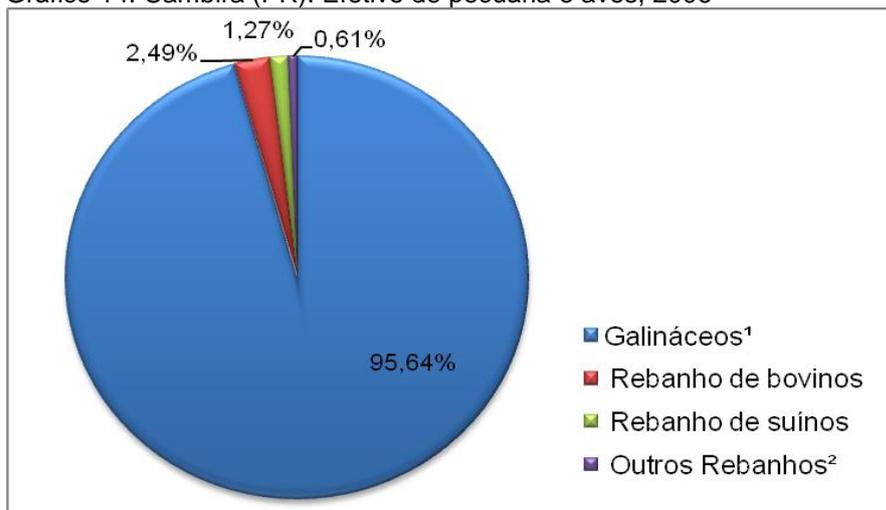
Tabela 12. Cambira (PR). Produção de origem animal, 2006

Produtos	Produção	Unidade	Valor
Casulos do bicho da seda	2.689	Kg	R\$ 16.000,00
Leite	1.816	mil litros	R\$ 926.000,00
Mel de abelha	1.200	Kg	R\$ 10.000,00
Ovos de galinha	100	mil dúzias	R\$ 135.000,00

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal e IPARDES – Caderno Estatístico 2009  
Organização: Fernandes, P. H. C.

O Gráfico 14 apresenta o efetivo de pecuária e aves em Cambira em 2006. Do total de quase 415 mil indivíduos, mais de 95% (396 mil) correspondiam a galináceos. O restante, pouco mais de 18 mil ou menos de 5%, são de rebanhos, dos quais, 2,49% são de bovinos, 1,27 de suínos e 0,61% da soma dos demais. As Figuras 13 e 14 mostram um aviário e um rebanho bovino.

Gráfico 14. Cambira (PR). Efetivo de pecuária e aves, 2006



Notas: 1: corresponde a soma de galinhas, galos, frangos, frangas e pintos, e 2: corresponde aos rebanhos: equino, ovino, asininos, bubalinos, caprinos, muares, ovinos tosquiados e vacas ordenhadas

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal e IPARDES – Caderno Estatístico 2009

Organização: Fernandes, P. H. C.



Figura 13: Área rural de Cambira (PR). Aviário

Fonte: Fernandes, P. H. C. – 22/06/2009



Figura 14: Área rural de Cambira (PR). Rebanho bovino  
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 22/06/2009

Esse número expressivo de galináceos permite fazer uma consideração preocupante: para real funcionamento dos aviários é necessária uma grande quantidade de água e lenha. Com relação à água, segundo Delgado (2007, p. 205), “um aviário com capacidade para abrigar 15.000 aves em fase final de alojamento, consome em média por dia de funcionamento 15.000 litros de água”. Esse consumo se deve à necessidade de higienizar o local e nebulizar o ambiente local quando a temperatura alcançar os 35° C, além do consumo diário dos animais.

Já com relação à lenha, Delgado (2007, p. 216) diz que, nas mesmas condições citadas, o consumo de lenha, útil para manter as aves na temperatura ideal para sua sobrevivência nos primeiros vinte dias de vida (cerca de 30°C) e a manutenção dos demais para gerar calor quando esfriar no período da noite, é de “15-18 metros cúbicos de lenha”.

É importante essa discussão, pois o consumo de água exacerbado por parte das aves compromete o consumo humano, e o consumo da lenha compromete o meio ambiente, inicialmente, e o ser humano a médio prazo. Em conclusão, mais uma vez se percebe que o interesse do sistema capitalista não é pelo ser humano e pela humanização das relações, e sim, pelo interesse comercial/exportador e obtenção de lucro.

A relação campo/vila e, posteriormente, campo/cidade sofreu algumas transformações. Antes da sua elevação como município, Cambira foi uma vila e depois um distrito, como já foi apresentado neste trabalho. No período inicial, ainda como Vila Formosa e depois, Vila de São José do Cambira, o destaque fica com as chamadas vilas rurais, sendo elas: Bela Vista, Palmeirinha, Bom Jesus, Cruzeiro, Santa Luzia, Santo Antônio, Benjoim e muitas outras que atualmente já não existem mais ou que passaram para a administração municipal de Novo Itacolomi.

Durante o auge da agricultura cafeeira, quando as pessoas residiam na área rural, essas vilas eram movimentadas e apresentavam uma dinâmica muito próxima do que ocorria na área rural, como foi destacado pelo relato dos pioneiros. Nelas existia o comércio rural, mesmo que pequeno ou de troca, limitado, mas que supria as necessidades simples das pessoas. Quando havia a necessidade de produtos mais especializados ou outros serviços, as pessoas os procuravam em Apucarana e Jandaia do Sul, municípios do entorno já consolidados. Existiam ainda as igrejas, escolas rurais, praças e locais de recreação.

Muitas dessas vilas que passaram por intenso esvaziamento, atualmente se encontram abandonadas, como a vila Bela Vista, ou já não existem mais. As que restaram apresentam materialmente edificações abandonadas e em ruínas, como áreas fantasmas que remetem a sensações bucólicas, de nostalgia, ou seja, um passado que não retorna mais e vai ficando no esquecimento de uma sociedade imediatista com projeções futurísticas. Algumas ainda resistem, com certa dinâmica de pessoas e atividades, como as vilas rurais do Cruzeiro e Palmeirinha.

A Figura 15 mostra a vila rural de Bela Vista, cortada pela rodovia. Praticamente abandonada, a vila abriga muitas pessoas, um comércio e igreja fechados e uma quadra para recreação, usada pelas pessoas que ainda resistem no local. A Figura 16 mostra a igreja, uma das marcas das vilas rurais, em outra comunidade que caminha para a extinção: Palmeirinha. Nela ainda residem mais pessoas, mas todo ano alguns vendem suas terras e se mudam para áreas urbanas. Por fim, a Figura 17 mostra uma vila melhor estruturada e com considerada quantidade de pessoas: Santo Antônio do Cambira. Percebe-se nela que a estrada de terra foi trocada por pedras e que existe um Posto de Saúde, fechado. Nessa vila existem uma igreja e várias casas.



Figura 15: Área rural de Cambira (PR). Vila Rural Bela Vista  
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 21/09/2009



Figura 16: Área rural de Cambira (PR). Igreja na Vila Rural de Palmeirinha  
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 21/09/2009



Figura 17: Área rural de Cambira (PR). Vila Santo Antônio do Cambira  
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 21/09/2009

A preservação da história desse período não pode ser deixada de lado, nem esquecida. Vale destacar, então, o papel de duas pessoas que buscam resgatar essa história por meio da criação de museus em suas residências com peças e boas histórias sobre Cambira. A primeira é do senhor Luiz Riello, agricultor, que reside na área rural de Cambira e guarda em um dos seus barracões um riquíssimo acervo de peças usadas na agricultura, como carroças, moinhos, peças usadas na cafeicultura, entre outras. As Figuras 18 a 21 representam, mediante algumas dessas peças, esse acervo desse senhor.

O segundo é o senhor Alexandre Ricci Netto, dentista, que no fundo de sua residência/clínica está montando um projeto intitulado “Museu Arraial dos Milagres”<sup>37</sup>. Nesse acervo podem ser encontradas diversas peças antigas como placas da ferrovia, móveis, porcelanas, rádios, entre muitas outras. As Figuras 22 e 23 mostram alguns dos espaços temáticos do museu, com peças de seu acervo pessoal.

---

<sup>37</sup> Esse projeto ainda é um sonho do proprietário que o vai modelando de acordo com suas possibilidades financeiras e a ajuda de pessoas que compartilham da idéia de preservação histórica. Para outras informações e interesse em conhecer o projeto pessoalmente, entrar em contato com o responsável através do e-mail: [arraialdosmilagres@hotmail.com](mailto:arraialdosmilagres@hotmail.com).



Figura 18: Área rural de Cambira (PR). Barracão com peças históricas  
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 22/06/2009



Figura 19: Área rural de Cambira (PR). Torrador de café  
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 22/06/2009



Figura 20: Área rural de Cambira (PR). Serras utilizadas na derrubada da cobertura vegetal  
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 22/06/2009



Figura 21: Área rural de Cambira (PR). Chuveiro utilizado nas fazendas  
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 22/06/2009



Figura 22: Cambira (PR). Museu Arraial dos Milagres – Armazém histórico  
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 22/06/2009



Figura 23: Cambira (PR). Museu Arraial dos Milagres – Cozinha histórica  
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 22/06/2009

As relações do campo com a cidade ampliaram-se com a mecanização e substituição da agricultura. Ora, atualmente, existe dependência do campo com a

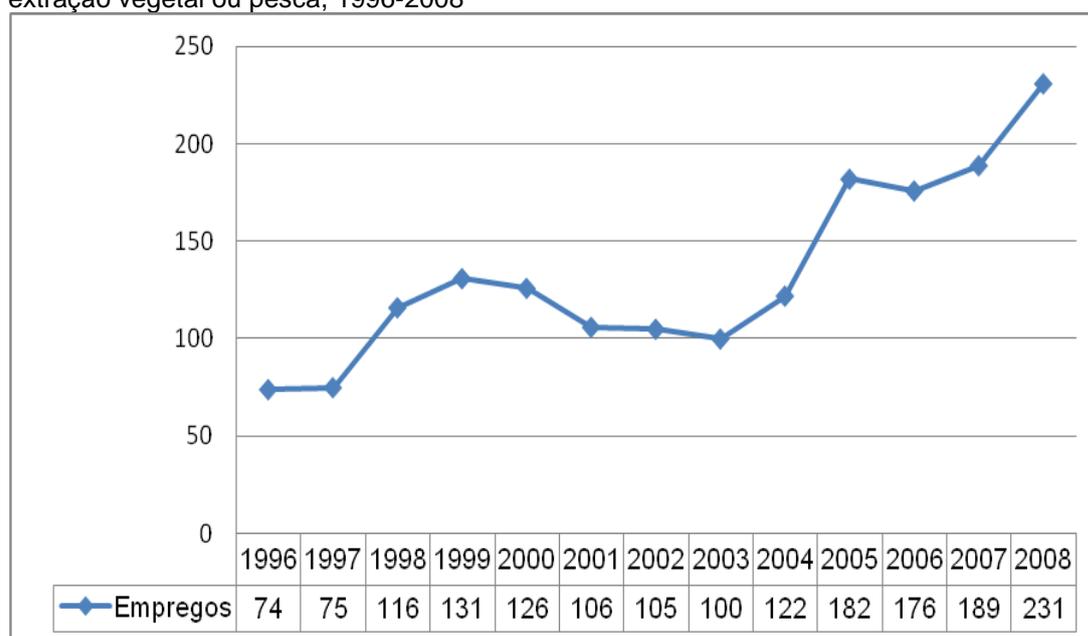
cidade, o que antes era quase nula ou em menor intensidade. Essa complexidade pode ser entendida em três pontos.

Primeiro porque os agricultores dependem exclusivamente do comércio urbano de Cambira, quando não do comércio urbano de Apucarana, quiçá até de Londrina e Maringá. Isso porque os comércios rurais já não existem mais e o acesso à área urbana está mais facilitado.

Em segundo lugar, está a relação social do trabalho, uma vez que os trabalhadores também passaram a morar, em sua maioria, na cidade, tendo que ir todo dia para o campo. Outra situação: nem todas as pessoas que para a área urbana foram encontraram emprego, o que gerou desemprego, marginalização, sujeição, entre outras preocupações. Segundo Corrêa (1997, p. 100 apud FRESCA, 2004, p. 34), “diante das novas condições, ocorre ainda o desenvolvimento de uma estratificação social mais complexa, criando níveis de demandas mais diferenciadas”.

De acordo com o IPARDES, em 2008, 231 pessoas trabalhavam na agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal ou pesca no município de Cambira. O Gráfico 15 reflete a estrutura de emprego no campo, em Cambira, de 1996 a 2008. Esse número oscila bastante de um ano para o outro e parece seguir um crescimento desde 2006.

Gráfico 15. Cambira (PR). Estrutura de emprego na agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal ou pesca, 1996-2008



Fonte: IPARDES- RAIS  
Organização: Fernandes, P. H. C.

Por fim, o terceiro ponto são as questões não materiais, como as decisões que influenciam no campo e os créditos rurais disponibilizados pelo Estado (público) e banco (privado), são tomados e ocorrem, fisicamente, nas áreas urbanas.

A estrutura fundiária é a última transformação destacada. Como foi apresentado na parte anterior, em Cambira, e no Norte do Paraná, não houve uma concentração de terra no primeiro momento. Isso ocorreu, entre outros motivos, pelo interesse da companhia de colonizar pequenos lotes. Entretanto, houve uma mudança na estrutura fundiária de Cambira e do Norte do Paraná. As políticas já descritas que levaram a substituição do café por culturas temporárias, associadas à mecanização do campo, prejudicaram o pequeno produtor e geraram um aumento na concentração fundiária. Segundo Fleischfresser (1984, p. 98 apud ENDLICH, 1998, p. 78), a adaptação dessa estrutura fundiária se efetivou de duas maneiras:

Uma delas, com os proprietários retomando as terras que tinham cedido em arrendamento ou parceria; e a outra, eliminando aqueles produtores cujo tamanho e/ou qualidade das terras não permitia uma escala de produção compatível com as exigências da nova tecnologia. (FLEISCHFRESSER, 1984, p. 98 apud ENDLICH, 1998, p. 78).

A Tabela 13 apresenta a estrutura fundiária dos municípios da microrregião de Apucarana entre 1970 e 1996.

Tabela 13. Microrregião de Apucarana. Estrutura fundiária, número de estabelecimentos, por classes de ha, 1970-1996

Município	1970			1980			1996		
	0 a 10	10 a 100	100 ou +	0 a 10	10 a 100	100 ou +	0 a 10	10 a 100	100 ou +
Apucarana	2.053	1.360	32	396	1.020	77	832	899	77
Arapongas	452	974	26	387	730	44	274	519	65
Califórnia	1.058	339	8	294	404	12	376	356	16
Cambira	1.698	819	17	226	760	32	146	338	29
Jandaia do Sul	1.003	480	5	319	468	20	339	421	23
Marilândia do Sul	1.858	653	53	471	562	76	623	258	56
Mauá da Serra	0	0	0	0	0	0	31	49	28
Novo Itacolomi	0	0	0	0	0	0	233	279	27
Sabáudia	265	582	13	136	422	35	174	342	41
TOTAL	8.387	5.207	154	2.229	4.366	296	3.028	3.461	362

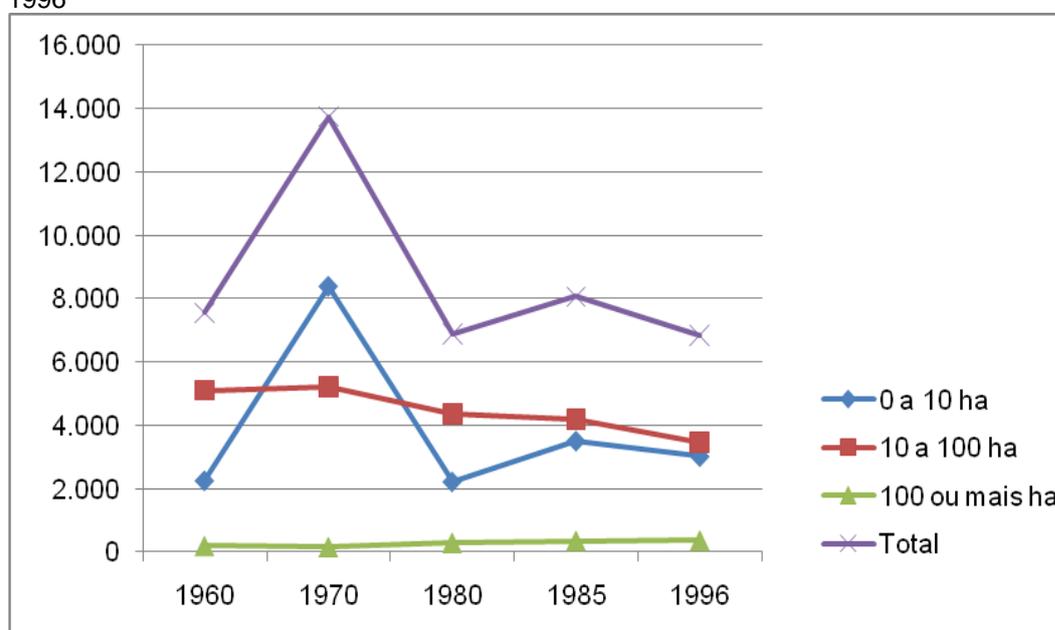
Nota: Valores em hectare = ha

Fonte: Endlich, 2006 – adaptado

Organização: Fernandes, P. H. C.

O interessante, no entanto, é o Gráfico 16, que mostra o número total de estabelecimentos por classes de hectares, de 1960 a 1996, nessa mesma região. O número total de estabelecimentos com até 10 hectares caiu drasticamente em 1980, de quase 8.400 para pouco menos de 2.300 e passou a oscilar pouco até 1996. Já os estabelecimentos que têm entre 10 e 100 hectares vêm sofrendo redução desde 1960 até 1996, quando passou de 5.100 para 3.400. Por fim, a classe de estabelecimentos com 100 ou mais hectares vêm aumentando, passando de 187 em 1960 para 362 em 1996. Isso reflete uma possível concentração fundiária na posse de terras nessa região, ao longo desse período.

Gráfico 16. Microrregião de Apucarana. Número de estabelecimentos por classes de hectares, 1960-1996



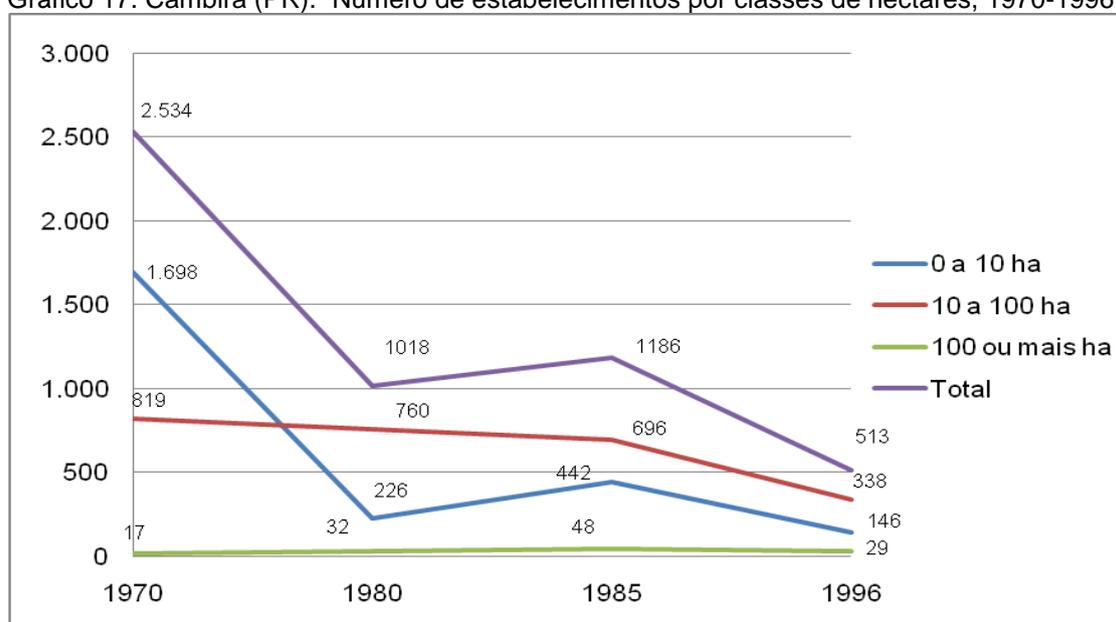
Fonte: Endlich, 2006 – adaptado  
Organização: Fernandes, P. H. C.

Em Cambira a situação ainda é pior, ou seja, o Gráfico 17 mostra o número de estabelecimentos, por classes de hectares, do município, de 1970 a 1996, enquanto os Gráficos 18 e 19 comparam esses dados com o da microrregião de Apucarana, mostrando assim que o município de Cambira apresenta uma maior concentração de terra do que a região.

Como mostra o Gráfico 17, em 1970, dos 2.534 estabelecimentos, 1.698 eram de até 10 hectares. Já nos anos seguintes, com novos dados, os números de estabelecimentos caíram pouco mais de 80% no período (de 2.534, em 1970, para 513, em 1996). A maior queda, no entanto, ocorreu na classe de 0 a 10 hectares,

chegando a queda de quase 91% no período, passando de 1.698 em 1970 para apenas 146 estabelecimentos em 1996. Nos estabelecimentos entre 10 e 100 hectares, a queda também ocorreu, seguindo a mesma margem da queda total. Já os estabelecimentos de 100 ou mais hectares aumentou em quase 3 vezes entre 1970 e 1985, enquanto 1985 e 1996 houve uma queda de 60% nos números. Portanto, os dados relativos a 1996 mostram uma concentração maior de terra ao comparar a estrutura fundiária de Cambira desse ano com os anteriores. Pela dinâmica da política atual, acredita-se que a tendência é uma maior concentração fundiária.

Gráfico 17. Cambira (PR). Número de estabelecimentos por classes de hectares, 1970-1996



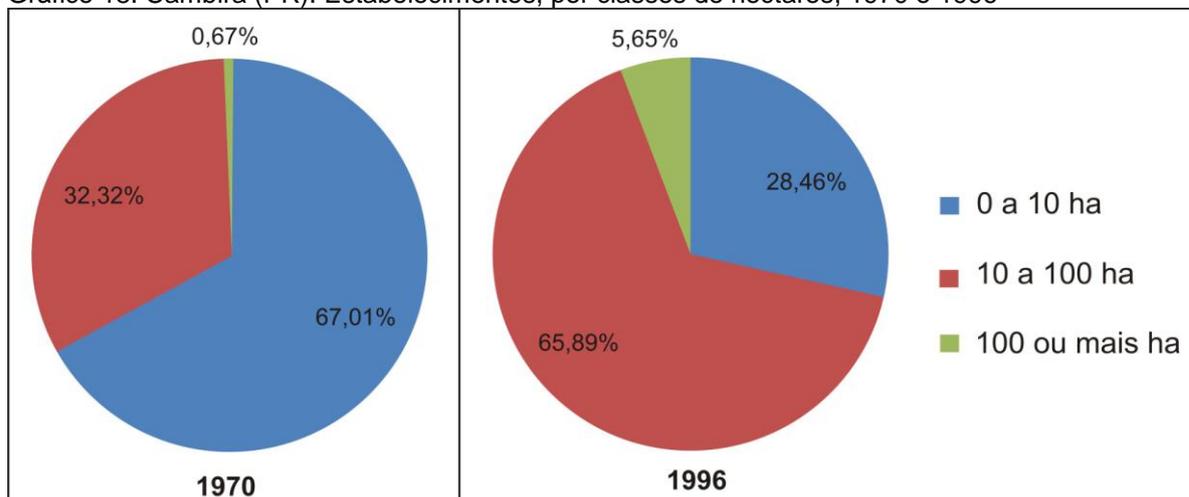
Fonte: Endlich, 2006 – adaptado;  
Organização: Fernandes, P. H. C.

Os gráficos 18 e 19 refletem a sistematização dos dados dos estabelecimentos agropecuários em Cambira e na região, respectivamente, para efeito de comparação. Fica evidente, analisando-os, que existe uma maior concentração fundiária em Cambira do que na região como um todo. Em 1970, apesar de Cambira apresentar maior quantidade de estabelecimentos entre 0 e 10 hectares, a concentração estava maior na região, pois a porcentagem de estabelecimentos com 100 ou mais hectares era quase o dobro.

Entretanto, em 1996, essa dinâmica mudou. Enquanto em Cambira o número de pequenas propriedades despencou e o número de propriedades entre 10 e 100 aumentou significativamente, na região as propriedades pequenas perderam menos e o

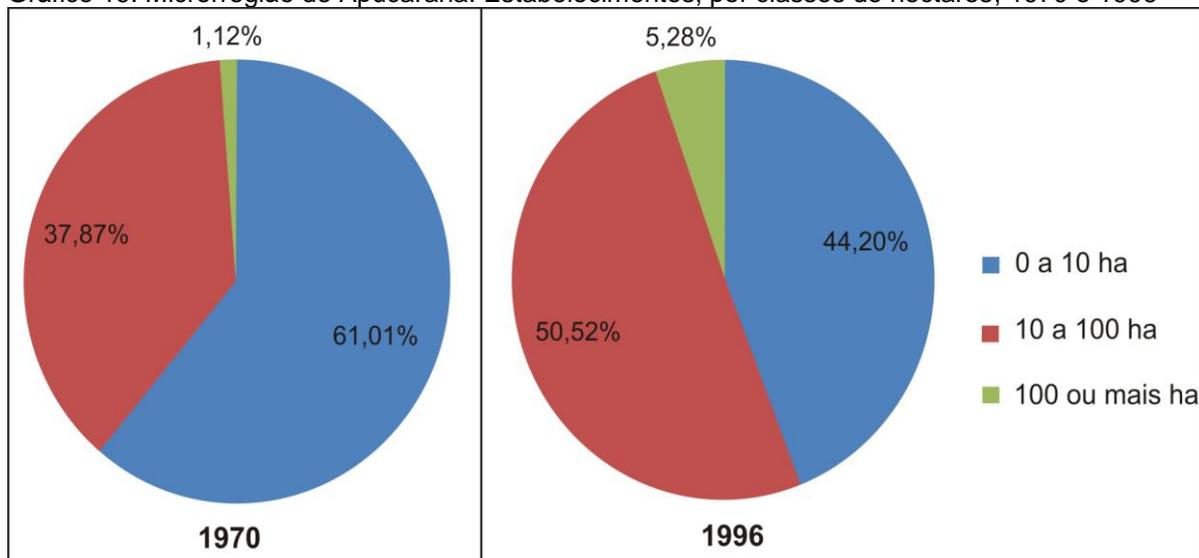
aumento nas médias propriedades aumentou na mesma proporção; em ambos os estabelecimentos com 100 ou mais hectares, segue a mesma margem de porcentagem.

Gráfico 18. Cambira (PR). Estabelecimentos, por classes de hectares, 1970 e 1996



Fonte: Endlich, 2006 – adaptado  
Organização: Fernandes, P. H. C.

Gráfico 19. Microrregião de Apucarana. Estabelecimentos, por classes de hectares, 1970 e 1996



Fonte: Endlich, 2006 – adaptado  
Organização: Fernandes, P. H. C.

Ora, o que deve ficar claro é que os dados mostram uma nova realidade acerca da apropriação do campo, com uma dinâmica muito diferente da vivida no momento da colonização e ocupação da área, e o sentido que segue essa transformação é para uma maior concentração da posse da terra, com culturas temporárias que atendem aos interesses de um jogo político-econômico.

## 2.3 Transformações urbanas

As transformações ocorridas no campo refletiram diretamente na área urbana, trazendo transformações a esta também. Essas mudanças representam o uso que o homem faz do espaço que conduziu a uma alteração na organização espacial. Segundo Endlich (2006, p. 93):

Essas transformações ocorrem em um mundo cada vez mais articulado. Se a economia cafeeira já havia vinculado a região ao circuito capitalista intencional, os processos subsequentes decorrem de interações mais profundas. (ENDLICH, 2006, p. 93).

As mudanças nas áreas urbanas ajudam a entender também o processo de redefinição da rede urbana (ENDLICH, 2006, p. 93), inclusive no Norte e Noroeste do Paraná, assim como nas funções e papéis urbanos de cada município; assuntos que serão aprofundados na parte seguinte do trabalho.

As relações no trabalho também sofreram mudanças significativas, assim como as relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Segundo Endlich (1998, p. 123):

Para atender a agricultura moderna, a cidade passou a sediar estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços especializados (...) delineiam uma maior integração entre os espaços de produção agrícola (o campo) e os espaços de regulação da mesma (as cidades). (ENDLICH, 1998, p. 123).

Partindo disso, são pertinentes as declarações de Endlich (2006, p. 94) sobre essas transformações no espaço regional:

Tudo o que parecia sólido na produção do espaço regional converteu-se em incerteza, afetando os que depositaram suas expectativas nos municípios da região e que pretendiam reconhecer nos mesmos seus lugares. (...) Esta instabilidade decorre, predominantemente, de fatores exteriores à região, já que as ações de maior peso na definição das transformações são exógenas, porém articuladas a ações da elite dominante em diversas escalas no interior do país e da região. (ENDLICH, 2006, p. 94).

As transformações nesses espaços não são particularidades das metrópoles, das médias ou pequenas cidades, mas sim da totalidade. Ou seja, atrelado à

mecanização da agricultura que gerou uma explosão de cidades está o avanço da industrialização e da urbanização no Brasil. As transformações econômicas que refletiram na área urbana mudaram as relações sociais, de emprego, de forma e volume de consumo. Segundo Fresca (2004, p. 200-201):

O processo de industrialização avançou no estado do Paraná após 1960, não como fora formulado enquanto projeto político, mas uma industrialização alcançada a partir de uma nova inserção na divisão territorial do trabalho em nível nacional (...) pela primeira vez o ritmo de crescimento do setor industrial muito mais elevado que da agricultura. (FRESCA, 2004, p. 200-201).

No Paraná esse processo está diretamente atrelado à questão das transformações que se operavam na agropecuária, inserida na mecanização, o que marcou o desempenho do Paraná associado à agropecuária e agroindústria até meados da década de 1990 (FRESCA, 2004, p. 201-214).

O urbano<sup>38</sup> até 1970, em Cambira, era esparso e desarticulado, ou seja, com a presença de pequenos lotes, poucas residências e comércio insignificante nas margens da rede ferroviária, assim como ocorreu em Apucarana e Jandaia do Sul. Segundo Rego e Meneguetti (2006, p. 97-98), Apucarana, última colonizada pela CTNP, e Jandaia do Sul, primeira pela CMNP, tiveram o seu traçado urbano iniciando-se as margens da ferrovia seguindo as curvas do traçado da via férrea.

O Mapa 7 apresenta o município de Cambira por setores, segundo classificação do IBGE. Os setores de 1 a 5, mais o setor 13 (Distrito de Sete de Maio) pertencem à área urbana de Cambira, enquanto que os demais à área rural. Em destaque aparece o perímetro urbano, sendo que efetivamente há ocupação humana nos setores 1, 2, 3, 4 e 13. Nos setores da área rural a mesma é esparsa.

O crescimento da malha urbana de Cambira não seguiu um planejamento. Os loteamentos se limitaram a crescer apenas ao sul da rodovia. O Mapa 8 apresenta a expansão urbana de Cambira, por período, desde sua consolidação até os dias atuais. Da consolidação da área urbana até 1970, apenas o que é hoje a área central de Cambira estava ocupada, não em sua totalidade, mas com vários loteamentos. Na década seguinte, a expansão residencial foi direcionada para o Leste, com alguns loteamentos e com o surgimento do cemitério municipal. Na

---

<sup>38</sup> Urbano entendido não apenas como o local físico, o espaço de moradia na cidade, mas também no modo de vida (WIRTH, 1979, p. 93-95 apud ENDLICH, 2006, p. 157).

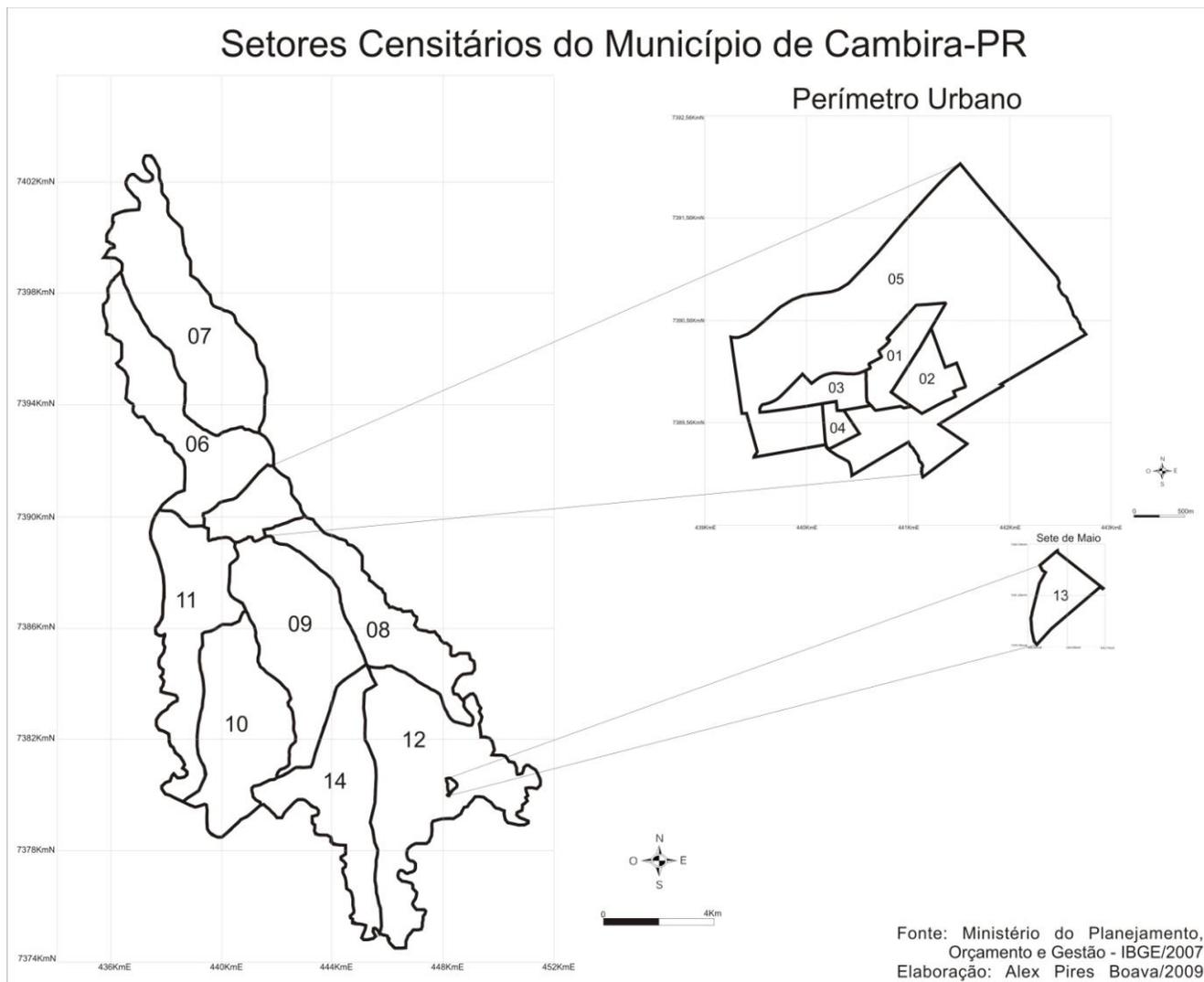
porção Oeste surgiu apenas um loteamento. O que de fato se consolidou nessa década, mas precisamente em 1985, foi a Zona Industrial (ZI), que é delimitada de Oeste até Avenida Paraná, próxima à linha férrea e rodovia e a sentido Leste, após o cemitério municipal, como pode ser visto nas Figuras 24 e 25. A zona industrial atualmente está se expandindo no sentido Leste após o cemitério e a Noroeste da rede rodoviária. A zona comercial está limitada à área central apenas.

A década de 1990 inverteu a dinâmica da década anterior: a expansão ocorreu na porção Oeste de Cambira, com exceção de um único loteamento na porção Leste. Contudo, foi a partir do ano de 2000 que a malha urbana de Cambira deu um considerado salto: surgiram vários loteamentos de médio e alto padrão na porção Leste e loteamentos de baixo padrão na porção Sudoeste.

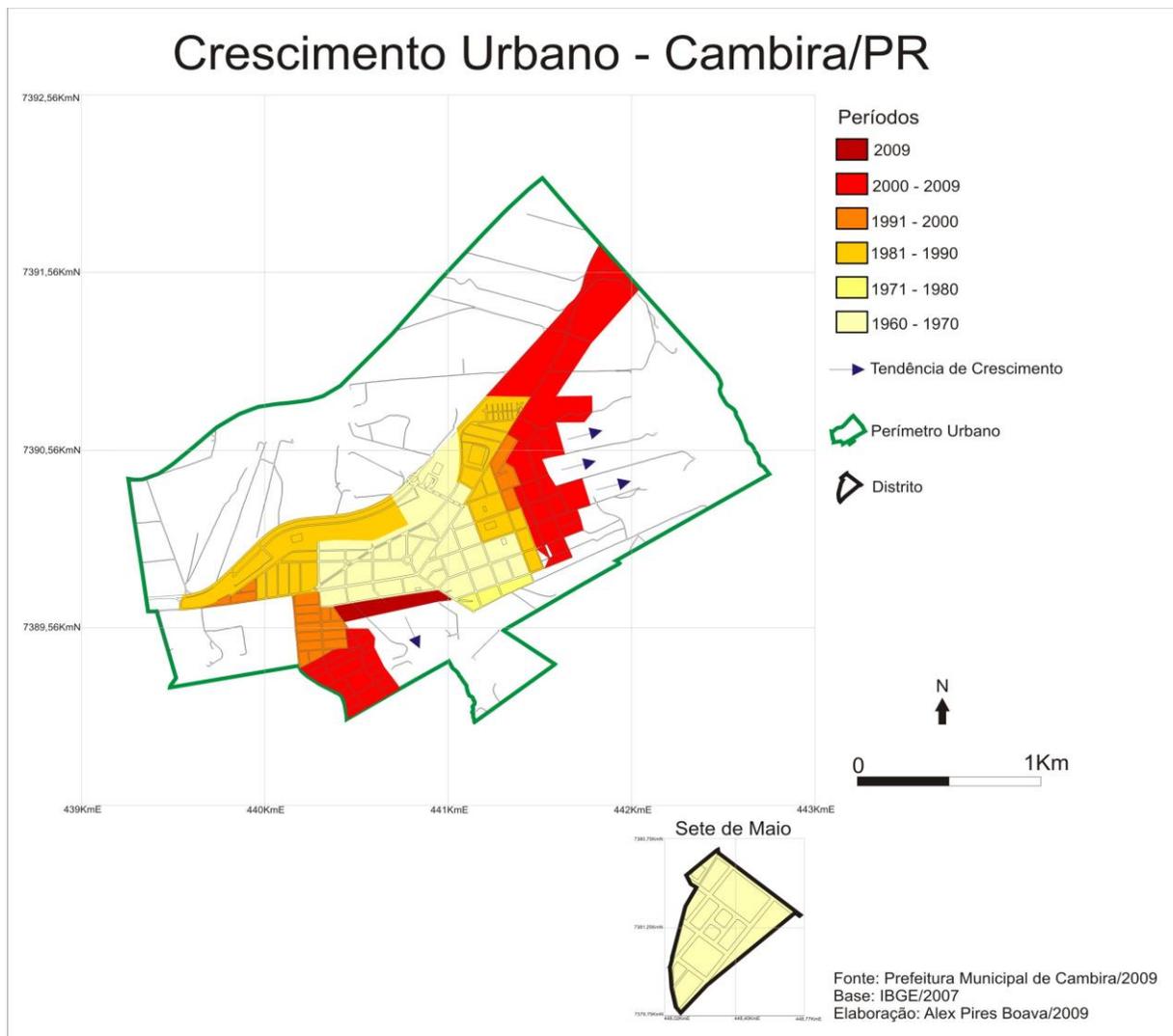
A expansão urbana residencial de Cambira segue, atualmente, para a porção Leste, com loteamentos de alto padrão – como mostra a Figura 26, e na porção Sul, com loteamentos de baixo padrão – como mostra a Figura 27. Nesta figura é interessante ainda perceber três paisagens diferentes: uma, no primeiro plano, o cultivo de café, ainda presente nas áreas do entorno do perímetro urbano. Na parte superior esquerda, o loteamento Jardim Catuaí, sem asfalto, e na parte superior direita um pedaço do Jardim Sanches, um dos novos loteamentos de Cambira.



Figura 24: Cambira (PR). Zona Industrial Leste, após o cemitério  
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 21/09/2009



Mapa 7: Cambira (PR). Setores censitários do município  
Organização: Boava, A. P.



Mapa 8: Cambira (PR). Crescimento Urbano  
Organização: Boava, A. P.



Figura 25: Cambira (PR). Zona Industrial de Oeste à entrada de Cambira, margeando a rede ferroviária e rodoviária

Fonte: Fernandes, P. H. C. – 21/09/2009



Figura 26: Cambira (PR). Zona de expansão residencial para classe mais favorecida – Jardim Beleze

Fonte: Fernandes, P. H. C. – 21/09/2009



Figura 27: Cambira (PR). Limite cidade/campo, áreas loteadas e de expansão  
 Fonte: Fernandes, P. H. C. – 21/09/2009

Fica evidenciado, também, que a confluência da cidade com o campo é mutável em Cambira, mudando de um ano para o outro conforme novos loteamentos vão sendo aprovados. Partindo disso, Endlich (2006, p. 161) diz: “a acelerada transitoriedade faz com que a condição de vida produzida no âmbito capitalista seja profundamente alterada no curso de uma geração”. Segundo a mesma autora, “não há um modelo completo de reprodução da vida e de valores que prossiga entre gerações subseqüentes”.

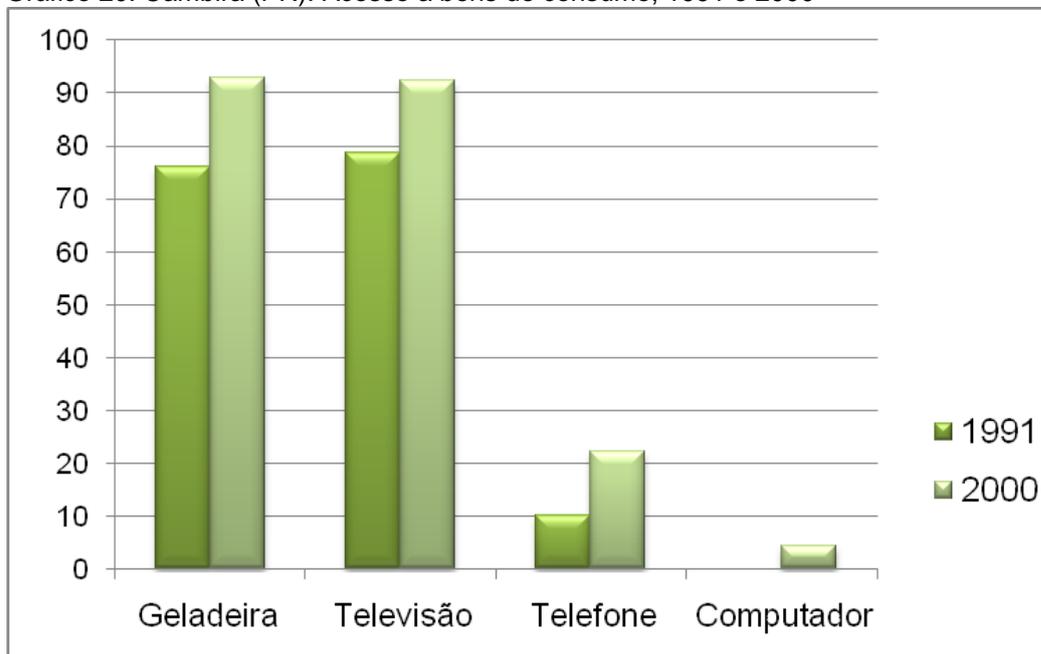
Relacionado a esse avanço do urbano e do sistema capitalista, surgem os ícones dessa mudança. Segundo Endlich (2006, p. 155):

Especialmente a televisão, mas também os telefones e, mais recentemente, os computadores, enfim equipamentos que teoricamente ampliariam as relações humanas, mas que efetivamente provocaram o isolamento, afetando a efervescência que existia nas cidades como pontos de encontros. (ENDLICH, 2006, p. 155).

O Gráfico 20 reflete a realidade atual do acesso de bens de consumo (geladeira, televisão, telefone e computador) em Cambira de 1991 e 2000, segundo os dados do IBGE. Com relação à geladeira e televisão, em 2000, quase todas as

peças tinham esses bens: (92,9% e 92,4%, respectivamente). Já telefone e computador ainda eram pouco adquiridos naquele momento.

Gráfico 20. Cambira (PR). Acesso a bens de consumo, 1991 e 2000



Nota: Dado não disponível para Computador em 1991

Fonte: IBGE – Censos Demográficos

Organização: Fernandes, P. H. C.

Portanto, alteraram-se e alteram-se recentemente, numa escala progressiva, as relações pessoais, em que não se tem ou é irrisório o contato com vizinhos da mesma rua ou moradores do mesmo edifício, por exemplo. Assim, é pertinente quando Hobsbawm (1995, p. 301 apud ENDLICH, 2006, p. 155) alega que:

A difusão da televisão tornou desnecessário ir a futebol (e também ao cinema, apresentações culturais, celebrações religiosas, encontros e debates políticos) e o telefone substituiu (ou diminuiu) as conversas e encontros nas praças e feiras. (HOBBSAWM, 1995, p. 301 apud ENDLICH, 2006, p. 155).

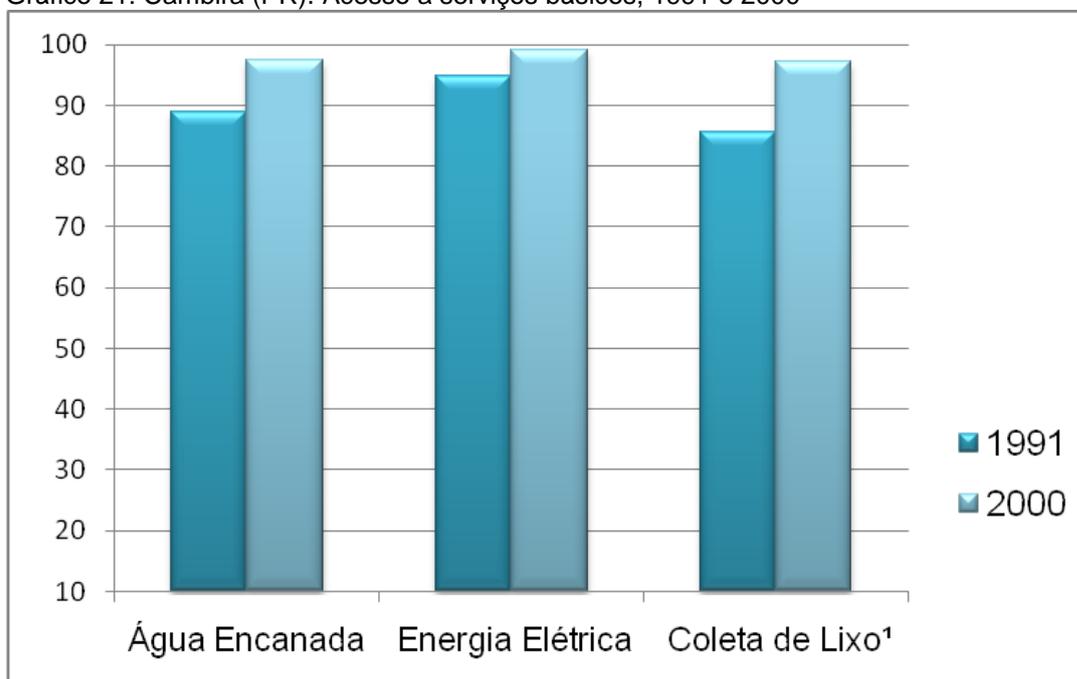
Logo, as grandes festas que havia na sede das fazendas foram se extinguindo e não se reproduzem efetivamente da mesma forma no urbano. Neste, as festas que mais se aproximam daquelas são as religiosas, como as quermesses, estando o lazer, no mundo contemporâneo, vinculado ao consumo em bares e danceterias e/ou shopping center. Em Cambira, como na maioria das cidades pequenas, são raras as formas de lazer, eventos e áreas públicas com essa

finalidade, restando, assim, as comemorações em residências ou chácaras particulares ou festas comemorativas, de cunho religioso ou, em época eleitoral, em âmbito político.

Quando os jovens querem ir a locais de diversão como bares, shoppings, danceterias, entre outros, se deslocam até Apucarana, Maringá e Londrina, de acordo com o interesse. Aqueles que não dispõem de condições de se deslocarem acabam por ficar na rua ou no calçadão municipal. Já as pessoas mais velhas também se queixam muito da falta de áreas de lazer, principalmente de recreação.

Outros ícones mudaram ou surgiram: a difusão da eletricidade, rede de água, gás, automóveis, combustíveis, mobiliário, utensílios domésticos, enfim, serviços e valores que se propagaram não de maneira justa e equilibrada nas cidades com o sistema capitalista. O Gráfico 21 mostra a situação de Cambira com relação ao acesso à água encanada, energia elétrica e coleta de lixo. Entretanto, em Cambira não há tratamento de esgoto, ou seja, ainda existem as fossas sépticas, o que deve ter um manejo adequado para não poluir o solo ou os recursos hídricos de superfície ou subsuperfície.

Gráfico 21: Cambira (PR). Acesso a serviços básicos, 1991 e 2000



Nota: 1: Somente domicílios da área urbana

Fonte: IBGE – Censos Demográficos

Organização: Fernandes, P. H. C.

Surgem assim, nas áreas urbanas, as indústrias com uma variada quantidade de produtos industriais, direcionados ao consumo produtivo e ao consumo não-produtivo. Esse setor, que produziu a mecanização do campo, atraiu a população para a cidade com a expectativa dos empregos. Logo, as pessoas viam na cidade uma possibilidade para sobreviver. Entretanto, nem todas as cidades receberam indústrias e geraram empregos suficientes. Ou seja, em curto prazo, a ausência de empregos para essas pessoas gerou uma nova migração para as novas frentes de agricultura em outras regiões do Paraná e até em outros Estados, bem como desemprego e aumento da pobreza para muitos que ficaram no município.

A circulação de produtos e capital, pessoas e informações reduziram muito a distância e o tempo que eram longos e lentos. Formas de acesso e de telecomunicações, agora instantâneas, ampliaram o espaço de fluxos entre as cidades, o que, grosso modo, trouxe prejuízos às pequenas cidades, pois, apesar de estarem inseridas nesse processo, tornaram-se menos atrativas, passíveis de serem deixadas à margem por aqueles que têm certo poder aquisitivo.

A reestruturação do comércio atacadista e varejista foi outra importante transformação nas áreas urbanas. Cadeias de supermercados e lojas de varejo com abastecimento direto da fábrica, via filiais de venda ou representantes comerciais, tornaram menos importantes as tradicionais estruturas comerciais preexistentes, eliminando muitos de seus participantes e quebrando famílias inteiras que dependiam do comércio local para sobrevivência.

O município de Cambira está inserido nesse processo que trouxe indústrias para o Paraná, primeiro com a mecanização do campo e depois com indústrias na área urbana. Evidentemente que a metrópole Curitiba e as cidades médias receberam uma quantidade maior de investimento nesse setor. Ainda assim, Cambira deixou de depender econômica e exclusivamente do setor agrícola e passou a receber algumas indústrias e serviços.

A Tabela 14 mostra os dados do número de estabelecimento total no município de 1996 até 2008. Nesse período, o número de estabelecimentos cresceu 65%. No entanto, o crescimento maior ocorreu no período de 1996 a 2005 (chegando a mais de 100%). A partir daquele ano (2005) o número de estabelecimento em Cambira começou a cair – de 149 para 116 –, redução de 22% nas vagas.

Tabela 14. Cambira (PR). Número de estabelecimentos total, 1996-2008

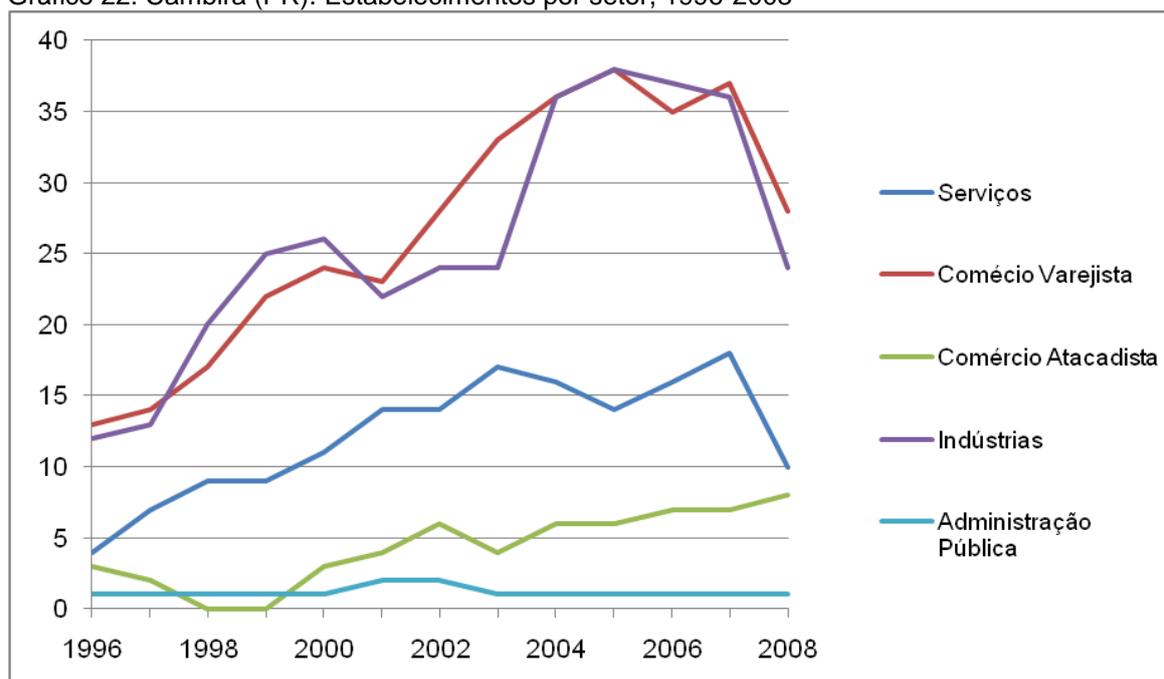
Ano	Estabelecimentos
1996	70
1997	73
1998	91
1999	101
2000	108
2001	112
2002	118
2003	125
2004	145
2005	149
2006	147
2007	146
2008	116

Fonte: IPARDES/TEM – RAIS

Organização: Fernandes, P. H. C.

O Gráfico 22 reflete os estabelecimentos por setor, de 1996 a 2008, enquanto a Tabela 15 apresenta todos os estabelecimentos, no mesmo período, descritos por atividades econômicas específicas. Fica evidente a oscilação dos setores, variando na intensidade. O comércio varejista e as indústrias foram os que mais cresceram e mais oscilaram. O que chama a atenção é a queda, a partir de 2007, nos estabelecimentos nos setores de serviços, comércio varejista e nas indústrias.

Gráfico 22: Cambira (PR). Estabelecimentos por setor, 1996-2008



Fonte: RAIS/IPARDES

Organização: Fernandes, P. H. C.

Tabela 15. Cambira (PR). Número de Estabelecimentos, por atividade econômica, 1996-2008

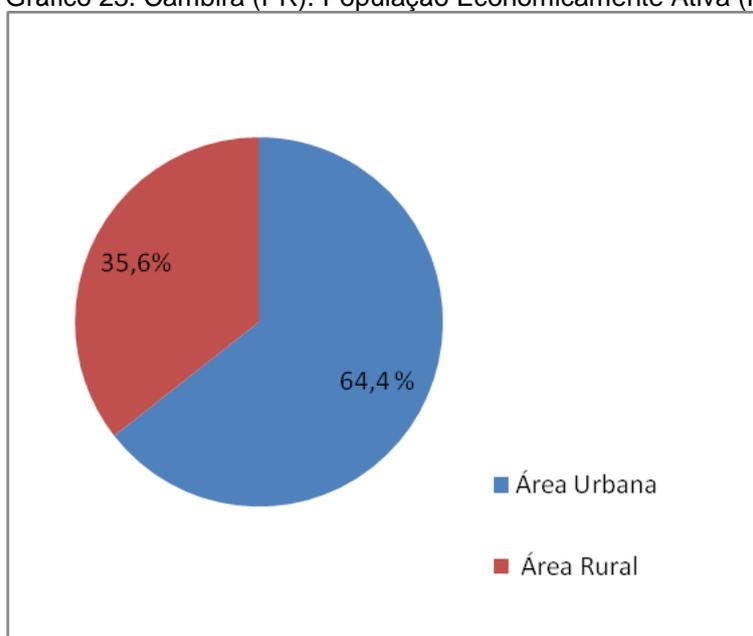
<b>Estabelecimento – Atividade Econômica</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	-	1	1	2	2	2	2	2	2	2	1	2	-
Indústria Metalúrgica	-	-	1	1	1	1	2	3	3	4	5	4	5
Indústria Mecânica	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	-
Indústria de Materiais Elétricos e de Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1
Indústria de Materiais de Transporte	-	-	1	1	-	1	2	2	2	2	2	2	1
Indústria de Madeira e do Mobiliário	2	2	2	3	3	3	2	3	4	4	4	5	3
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-
Indústria da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Produtos Similares e Indústria Diversa	1	1	3	2	1	-	-	1	1	-	-	-	-
Indústria Química, Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, Sabões, Velas e Matérias Plásticas	1	2	2	2	2	3	6	4	3	6	4	4	2
Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos	1	1	1	2	1	1	-	-	2	2	4	6	2
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebida e Alcool Etilico	6	6	7	7	9	7	8	7	10	8	10	9	7
Construção Civil	1	-	2	5	6	3	1	-	7	8	5	2	3
Comércio Varejista	13	14	17	22	24	23	28	33	36	38	35	37	28
Comércio Atacadista	3	2	-	-	3	4	6	4	6	6	7	7	8
Instituição de Crédito, Seguro e de Capitalização	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1
Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos Profissionais e Auxiliar Atividades Econômicas	-	-	-	-	2	2	1	1	3	2	1	2	-
Transporte e Comunicação	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1
Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Televisão	1	4	6	5	5	5	8	11	10	8	9	9	7
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	1	1	1	1	1	2	2	2	-	-	-	1	-
Ensino	1	1	-	1	1	2	1	1	1	2	2	2	1
Administração Pública Direta e Indireta	1	1	1	1	1	2	2	1	1	1	1	1	1
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca	36	36	44	44	43	48	44	46	50	52	51	47	45
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>73</b>	<b>91</b>	<b>101</b>	<b>108</b>	<b>112</b>	<b>118</b>	<b>125</b>	<b>145</b>	<b>149</b>	<b>147</b>	<b>146</b>	<b>116</b>

Fonte: RAIS/IPARDES

Organização: Fernandes, P. H. C.

Ao fluir para as cidades, as pessoas passaram a necessitar de emprego, moradia e condições básicas de sobrevivência, como alimentação e higiene pessoal. Isso leva a uma mudança na relação de consumo de comércio e serviços. Atrelado a estes, estão as indústrias e, por conseguinte, aos três, o emprego. Conseqüentemente, “acentua fortemente a divisão social do trabalho e a financeirização ou economização das relações sociais” (ENDLICH, 2006, p. 162). O Gráfico 23 mostra a População Economicamente Ativa (PEA), em Cambira, em 2000, quando mais de 64% da PEA (2.270) estavam na área urbana, contra 1.255 (35,6%) na rural.

Gráfico 23. Cambira (PR). População Economicamente Ativa (PEA), 2000



Nota: PEA de 10 anos e mais

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Organização: Fernandes, P. H. C.

A Tabela 16 mostra a distribuição do número de empregos no município, de 1996 até 2008. Nesse período, o número de empregos aumentou em quase três vezes. No entanto, esse aumento é irrisório perto do total de mais de 3 mil pessoas aptas para trabalhar. Assim como ocorreu com o número de estabelecimentos, o número de empregos caiu consideravelmente a partir de 2005 – de 1.286 para 962 – redução de 324 vagas.

O Gráfico 24 apresenta esses empregos por setor, enquanto a Tabela 17 os apresenta por todas as atividades econômicas específicas. No que diz respeito ao emprego, o gráfico mostra uma intensa variação nessas vagas, as quais

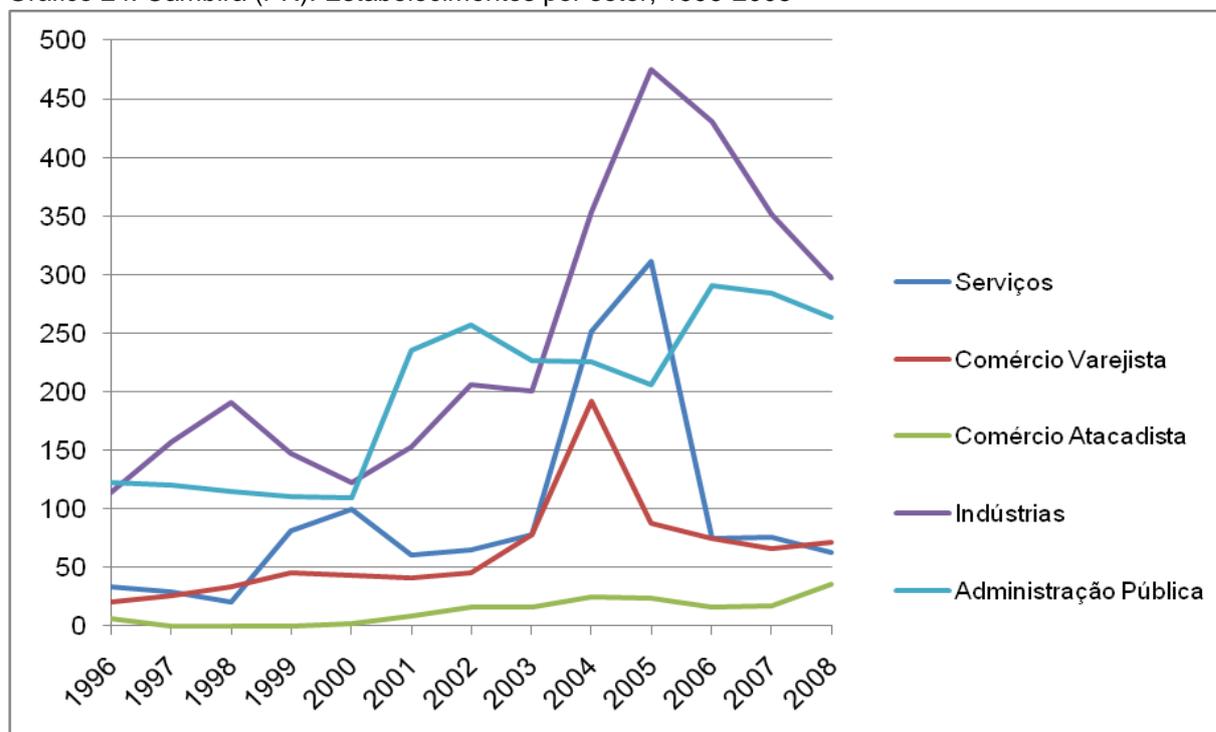
despencaram na indústria e serviços. Já o comércio, tanto varejista como atacadista, depois de uma queda, mostra lenta recuperação. Um dado surpreende: o número de empregos no setor da administração pública aumentou muito a partir de 2000 – de 109 daquele ano para 264 em 2008, um crescimento de 142% de vagas.

Tabela 16: Cambira (PR). Empregos, 1996-2008

Ano	Empregos
1996	371
1997	407
1998	476
1999	515
2000	502
2001	605
2002	694
2003	700
2004	1.169
2005	1.286
2006	1.063
2007	983
2008	962

Fonte: IPARDES/TEM – RAIS  
Organização: Fernandes, P. H. C.

Gráfico 24: Cambira (PR). Estabelecimentos por setor, 1996-2008



Fonte: RAIS/IPARDES  
Organização: Fernandes, P. H. C.

Tabela 17. Cambira (PR). Número de Empregos, por atividade, 1996-2008

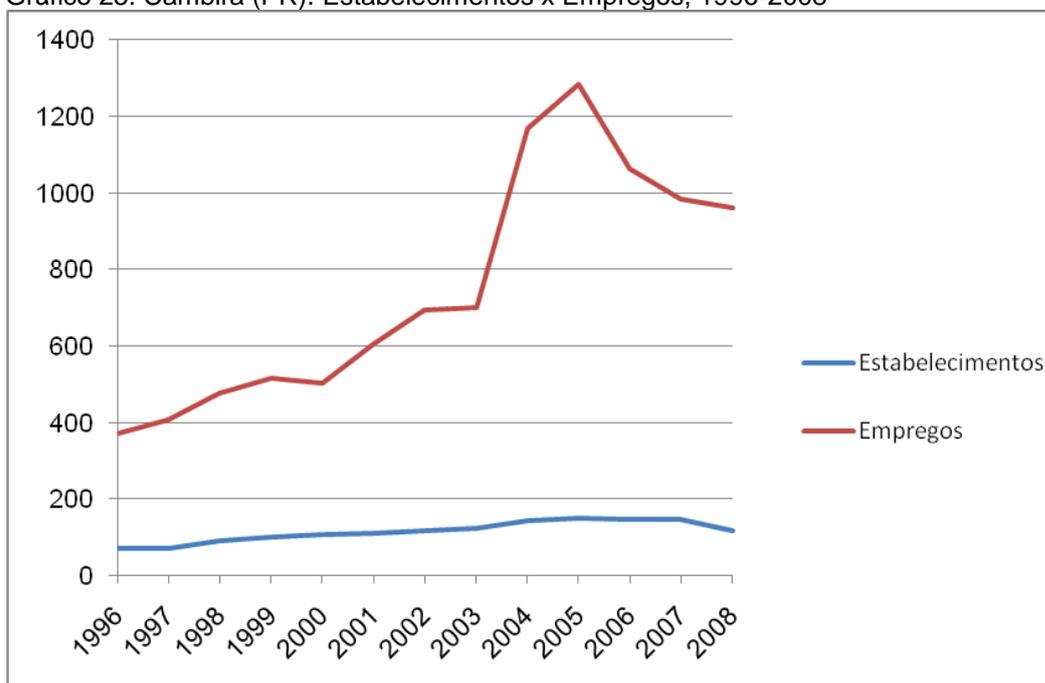
<b>Emprego – Atividade Econômica</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	-	1	2	8	6	11	11	10	11	10	9	13	-
Indústria Metalúrgica	-	-	4	5	7	9	18	11	16	29	41	32	41
Indústria de Materiais Elétricos e de Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	2	2
Indústria de Materiais de Transporte	-	-	4	4	-	3	9	8	11	11	12	8	8
Indústria de Madeira e do Mobiliário	5	19	28	22	31	18	28	18	18	21	10	17	21
Indústria da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Produtos Similares e Indústria Diversa	36	42	14	1	-	-	-	4	1	-	-	-	-
Indústria Química, Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, Sabões, Velas e Matérias Plásticas	8	18	21	24	17	70	82	66	79	188	137	88	64
Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos	-	4	1	2	1	-	-	-	42	41	36	40	21
Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebida e Alcool Etílico	64	73	39	64	47	35	50	82	163	170	178	146	136
Construção Civil	1	-	78	17	8	3	1	-	10	3	4	5	4
Comércio Varejista	21	26	33	45	43	41	45	78	192	88	75	66	71
Comércio Atacadista	6	-	-	-	2	9	16	16	25	24	16	17	36
Instituição de Crédito, Seguro e de Capitalização	-	-	9	8	8	5	4	-	2	2	7	2	2
Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos Profissionais e Auxiliar Atividades Econômicas	-	-	-	-	5	5	2	2	178	181	2	2	-
Transporte e Comunicação	1	1	1	1	1	1	2	2	2	3	5	6	3
Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Televisão	6	5	9	47	60	22	51	63	63	87	34	37	27
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	2	-	2	1	1	1	2	3	-	-	-	1	-
Ensino	24	23	-	24	25	27	4	8	6	38	27	28	31
Administração Pública Direta e Indireta	122	120	115	111	109	235	257	227	225	206	291	284	264
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca	74	75	116	131	126	106	105	100	122	182	176	189	231
<b>Total</b>	<b>371</b>	<b>407</b>	<b>476</b>	<b>515</b>	<b>502</b>	<b>605</b>	<b>694</b>	<b>700</b>	<b>1169</b>	<b>1286</b>	<b>1063</b>	<b>983</b>	<b>962</b>

Fonte: RAIS/IPARDES

Organização: Fernandes, P. H. C.

Esses dois itens abordados (estabelecimentos e empregos), apesar de serem apresentados separadamente, para efeito de explicação, devem ser analisados concomitantemente, uma vez que influenciam diretamente um no outro. O Gráfico 25 apresenta os dados do número de estabelecimentos relacionado ao número de empregos no período de 1996 a 2008. Fica evidente que o número de empregos sofre maior variação na curva em relação ao de estabelecimentos, mostrando que a instabilidade e fragilidade econômica, característica do período atual, recai sempre de forma mais intensa aos segmentos sociais que tem menos condição de enfrentá-la: aqueles que precisam vender sua força de trabalho para produzir sua subsistência.

Gráfico 25: Cambira (PR). Estabelecimentos x Empregos, 1996-2008



Fonte: RAIS/IPARDES

Organização: Fernandes, P. H. C.

Por fim, a Tabela 18 mostra a realidade de Cambira, com os dados de 2008. Ela apresenta a relação de estabelecimentos, excluindo aqueles da área rural, por setor, com o número de empregos. Os serviços e a indústria apresentam proximidade nos dados: enquanto o primeiro corresponde a 14% dos estabelecimentos e 8,6% dos empregos, o segundo representa quase 34% dos estabelecimentos e 40,7% das vagas. Outros apresentam variações significativas: o comércio, líder em quantidade de estabelecimentos, emprega apenas 14,6% dos empregos. Já a administração pública, que representa pouco mais de 1% dos

estabelecimentos, é responsável por 36,1% dos empregos em Cambira, perdendo apenas para a indústria.

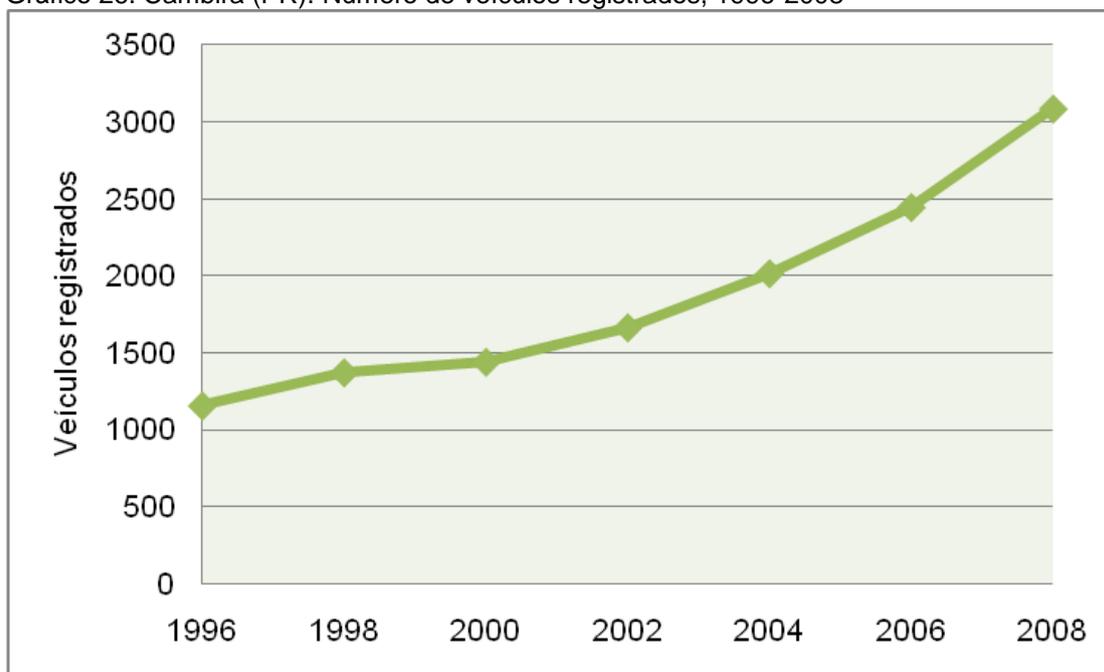
Tabela 18. Cambira (PR). Estabelecimentos e empregos por setor, 2008

Setor	Estabelecimento	%	Emprego	%
Serviços	10	14,0	63	8,6
Comércio	36	50,7	107	14,6
Indústria	24	33,9	297	40,7
Administração Pública	01	1,4	264	36,1
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>100</b>	<b>731</b>	<b>100</b>

Fonte: RAIS/IPARDES  
Organização: Fernandes, P. H. C.

Outra transformação deve ser levada em consideração: a difusão e aquisição de veículos, o que influencia diretamente na acessibilidade e na locomoção. Em Cambira, de 1996 para 2008, o número de veículos registrados saltou de 1.156 para 3.085 – crescimento de quase 300%. O Gráfico 26 reflete a linha desse crescimento.

Gráfico 26. Cambira (PR). Número de veículos registrados, 1996-2008



Fonte: IPARDES  
Organização: Fernandes, P. H. C.

O número de veículos do tipo automóvel e motocicleta chega a 75,5% desse valor. Esses dados são ampliados se pensar na relação de veículos por habitantes: 0,43 veículo/habitante (v/h), valor maior ou muito próximo do encontrado em capitais, como: Curitiba (0,62 v/h), São Paulo (0,53 v/h), Palmas (0,48 v/h), Belo

Horizonte (0,47 v/h), Brasília (0,42 v/h) e Salvador (0,19 v/h). E nas cidades próximas e maiores na região, aparecem: Maringá (0,60 v/h), Londrina (0,51 v/h), Arapongas (0,50 v/h), Jandaia do Sul (0,43 v/h), Apucarana e Califórnia (0,41 v/h), Marilândia do Sul (0,35 v/h) e Mauá da Serra (0,29 v/h).

Evidentemente, a distribuição não é equilibrada, ou seja, está concentrada nas pessoas que têm poder aquisitivo, enquanto as pessoas de classes menos favorecidas encontram dificuldades no acesso. Em Cambira, a situação é pior, pois não existe transporte público coletivo intra-urbano, apenas interurbano. Logo, as pessoas que moram em áreas afastadas ou na zona rural, quando precisam ir ao centro, vão a pé ou de bicicleta.

A Figura 28 mostra a principal avenida da cidade: Avenida Brasil, local onde se encontram as zonas comercial e de serviços, e onde estão os dois bancos existentes: Sicredi e Itaú, além de um posto de atendimento do Banco do Brasil e da agência dos Correios de Cambira. A Figura 29 apresenta o principal cruzamento da cidade: Avenida Brasil com a Avenida Belo Horizonte.

A Figura 30 apresenta a Praça do Calçadão de Cambira, na zona central da cidade, uma das pouquíssimas áreas de recreação e lazer para as pessoas. Anexo a ela está o calçadão municipal, como mostra a Figura 31.



Figura 28: Cambira (PR). Avenida Brasil, Zona Central. Comércio e serviços  
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 22/06/2009



Figura 29: Cambira (PR). Cruzamento das avenidas Brasil e Belo Horizonte  
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 22/06/2009



Figura 30: Cambira (PR). Praça do Calçadão – área de recreação  
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 22/06/2009



Figura 31: Cambira (PR). Calçada Municipal – área de lazer  
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 22/06/2009

Por fim, a Figura 32 mostra a rede ferroviária com vista parcial do município ao fundo.



Figura 32: Cambira (PR). Rede ferroviária  
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 22/06/2009

A Figura 33 mostra a condição atual da Estação Ferroviária de Cambira, tão importante para a consolidação/história do município: abandonada e depredada. Atualmente funciona como local de moradia de pessoas que não têm condições básicas de sobrevivência.



Figura 33: Cambira (PR). Estação Ferroviária de Cambira  
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 22/06/2009

Para finalizar, vale destacar o único distrito de Cambira: Sete de Maio (Figura 34). Este também passou por muitas transformações que, infelizmente, foram maléficas para a maioria das pessoas que ficaram. O Distrito Sete de Maio está localizado a aproximadamente 14 quilômetros a Sudeste do centro urbano de Cambira, como mostra a Figura 35, trabalhada sobre a imagem de satélite, no sentido Novo Itacolomi.

O acesso, saindo de Cambira, se dá pela Estrada Municipal de Cambira até o trevo da Rodovia PR-170. É à margem dessa rodovia estadual que se encontra o distrito. Hoje, tanto o distrito quanto a comunidade local estão abandonados pelo poder público municipal, no que diz respeito a serviços básicos de sobrevivência. Já a Figura 36 mostra, através de uma imagem de satélite, a morfologia do distrito.



Figura 34: Distrito Sete de Maio  
Fonte: Sant'Ana, T. C. F. – 21/09/2009

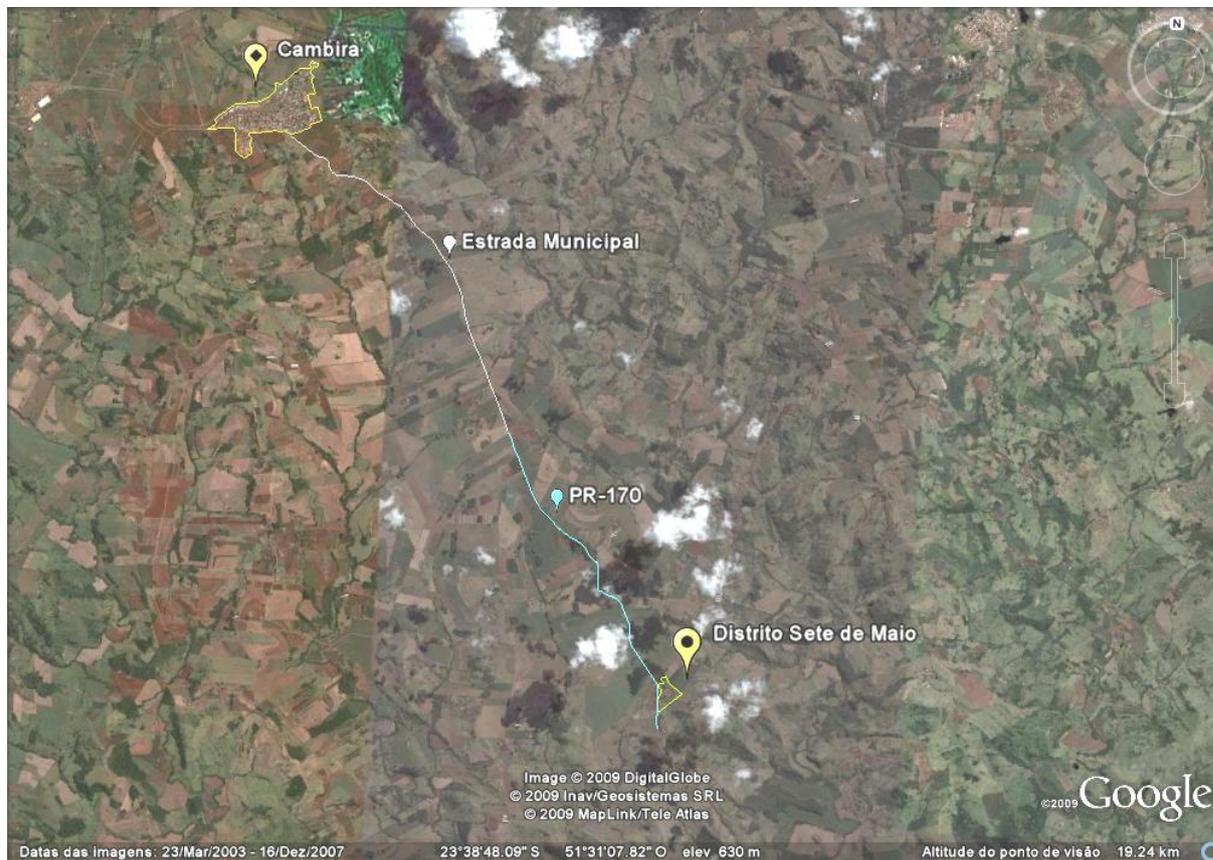


Figura 35: Localização do Distrito Sete de Maio  
Fonte: Google Earth: imagem de satélite

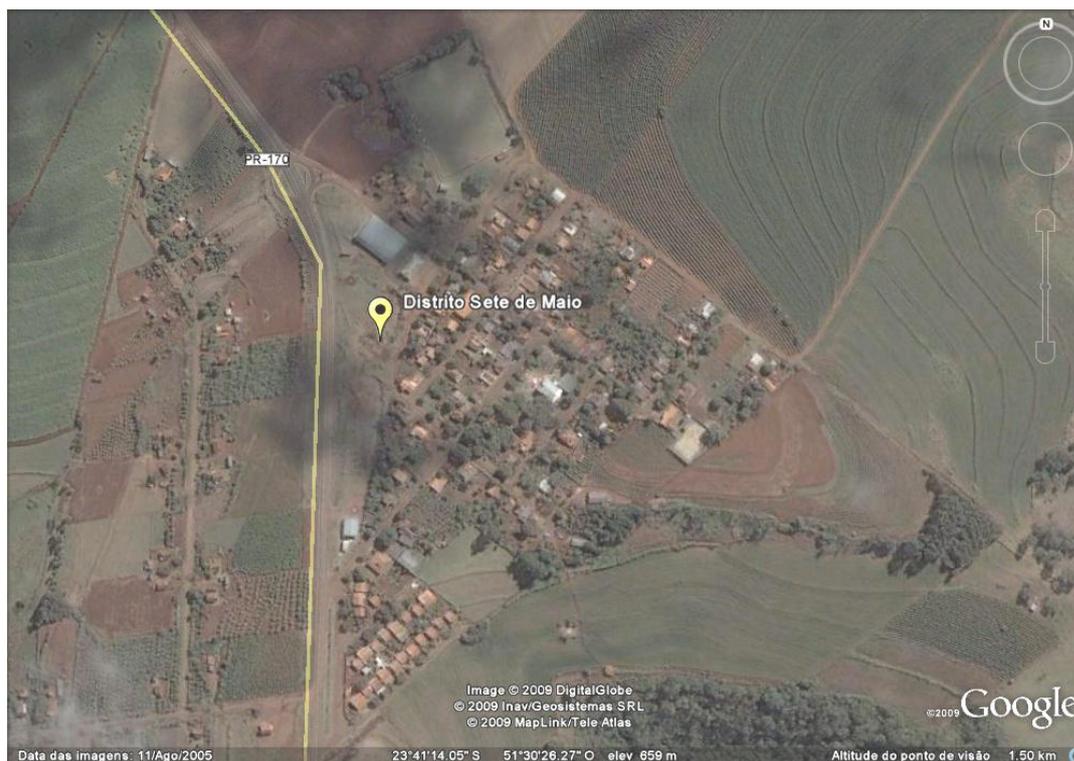


Figura 36: Cambira (PR). Morfologia do Distrito Sete de Maio  
 Fonte: Google Earth: imagem de satélite

Na época da ocupação de Cambira e do auge da atividade cafeeira, o distrito Sete de Maio era, assim como a sede, movimentado, com intensa dinâmica populacional e econômica. Havia um comércio local forte, provavelmente mais intenso que o da própria sede (Cambira). Havia muitos estabelecimentos como açougue, mercado, padaria, farmácia, entre outros, que possibilitavam uma boa condição de vida no distrito. As transformações no campo resultaram num declínio econômico e social no distrito e transformaram sua paisagem. Muitas pessoas saíram para São Paulo, Apucarana, Arapongas e Curitiba, e com isso encerraram ali seus empreendimentos, tendo caído drasticamente o número de moradores no distrito.

Atualmente, existem um posto de saúde e uma escola, ambos gerenciados pela prefeitura municipal, e uma agência comunitária dos Correios. O comércio que existia já não é mais encontrado, apenas um bar e uma vendinha com produtos simples. Os moradores que precisam comprar produtos básicos, como de alimentação e higiene pessoal, acabam indo para Cambira ou Apucarana.

No início do atual século, o número de moradores voltou a aumentar no distrito devido aos seguintes fatores: proximidade com Apucarana e Arapongas e baixo valor dos imóveis (compra ou aluguel) comparado a Cambira (sede) e

Apucarana. Ou seja, algumas pessoas que trabalham em Apucarana preferem morar no distrito pelo custo de vida e isenção da tarifa de água, apesar do alto custo relacionado ao transporte coletivo.

Existem duas empresas que passam no Distrito Sete de Maio: Expresso Nordeste, com a linha Cambira – Ivaiporã/Novo Itacolomi. Do distrito à sede, o trajeto é feito em pouco mais de trinta minutos, e o valor da passagem é R\$ 3,25.

## **2.4 Redefinições na rede urbana no Norte do Paraná e o núcleo urbano de Cambira**

A definição de rede se enquadra em duas grandes matrizes que ocorrem concomitantemente, segundo Santos (1996, p. 208): “a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e outra, onde é também levado em conta o dado social”. A primeira está relacionada a:

Toda infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação. (CURIEN, 1988, p. 212 apud SANTOS, 1996, p. 209).

A segunda é relacionada ao social, política, pelas pessoas, mensagens e valores que a freqüentam (SANTOS, 1996, p. 209). Em suma, deve-se pensar em redes como nós articulados que apresentam ligações materializadas ou não materializadas entre eles. No caso das redes urbanas, em cidades que apresentam pontos de articulação entre si, tanto no trabalho, moradia, comércio e relações econômicas, quanto nas relações sociais, de informação, entre outras. A rede urbana do Norte paranaense é um exemplo de rede urbana.

Para entender o processo de rede urbana atual, como totalidade, é necessário fazer um resgate histórico da evolução dos lugares, tal como sua gênese, transformações e redefinições. Segundo Santos (1996, p. 209):

As redes são formadas por troços, instalados em diversos momentos, diferentemente datados, muitos dos quais já não estão presentes na configuração atual e cuja substituição no território também se deu em momentos diversos. (SANTOS, 1996, p. 209).

Na compreensão da rede atual, é fundamental que se entenda esse processo de formação mais os estudos atuais, não como processos diferentes ou como duas formas distintas, mas como um movimento único. Mesmo porque, com os avanços tecnológicos e das ciências, cada vez mais se vive num mundo com comunicação instantânea e rápidas mudanças econômicas e sociais.

Esses avanços vão redefinindo as redes urbanas que passam a ultrapassar “as fronteiras nacionais” (OMINAMI, 1986, p. 176 apud SANTOS, 1996, p. 212) e acabam por ser os mais “eficazes transmissores do processo de globalização” (SANTOS, 1996, p. 212) a que se assiste.

As pequenas cidades estão inseridas nessas redes urbanas. Entretanto, segundo Santos (1996, p. 213), “o tempo rápido não cobre a totalidade do território nem abrange a sociedade inteira”. Além disso, deve-se pensar a rede como uma forma heterogênea, com características variando de uma para outra. Aliás, “nem tudo é rede (...) numerosas e vastas áreas escapam a esse desenho reticular (...) essas áreas são magmas, ou são zonas de baixa intensidade” (SANTOS, 1996, p. 213).

Por fim, as redes apresentam relação direta com a divisão territorial do trabalho, ou seja, estão relacionadas à questão do poder. Isso porque cada vez se vê uma especialização econômica em municípios, novas divisões espaciais do trabalho e acesso rápido e fácil a outras localidades. O núcleo urbano de Cambira está inserido nessa relação de poder e da divisão territorial do trabalho.

A compreensão da rede urbana do Norte do Paraná baseia-se na forma espacial do tipo christalleriano, proposta por Christaller (1966):

Referem-se à análise de núcleos urbanos diversos, entendidos como localidades centrais nos quais se realizam funções centrais de distribuição de bens e serviços a população residente em sua região de influência. (FRESCA, 2004, p. 27).

Essas funções e serviços dizem respeito ao deslocamento de pessoas para buscar produtos, empregos, lazeres, entre outras coisas, que vão gerar uma hierarquização de certos lugares a outros. Essa hierarquização está dividida da seguinte forma: Metrópole Regional, que apresenta uma completa função central, ofertando todo um leque de serviços à sociedade; Capital Regional, Centros Sub-Regionais, Centro de Zona e Centros Locais, existindo, para cada um deles, uma

oferta padrão de funções e serviços, obviamente de uma maior quantidade para menor, conseqüentemente (FRESCA, 2004, p. 28). No caso do Norte do Paraná, não existe uma Metrópole Regional.

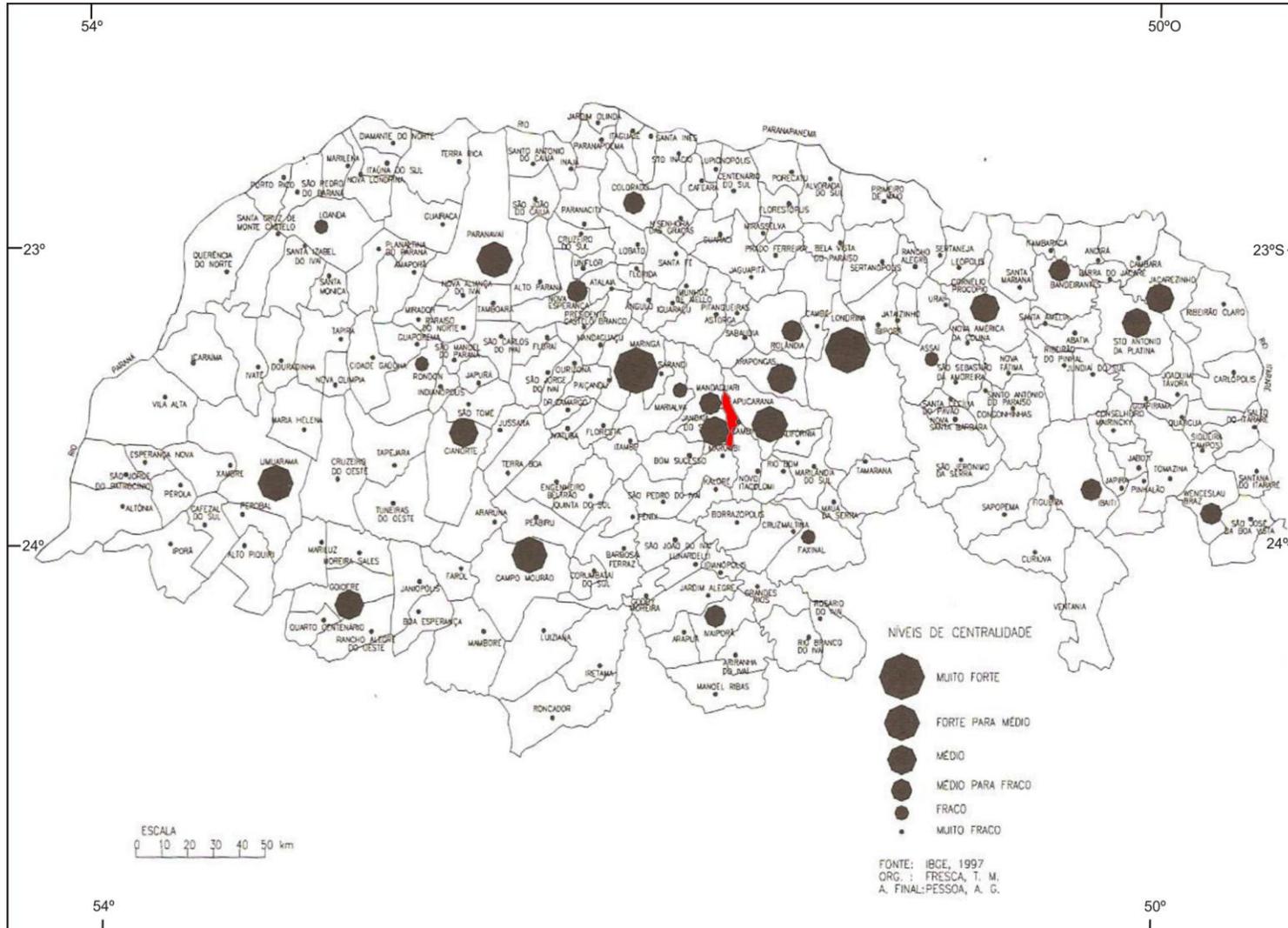
O Mapa 9 apresenta a rede urbana no Norte do Paraná em 1960, por hierarquia urbana. Em 1960, a rede urbana contava com a presença de 98 municípios e correspondentes às suas sedes municipais (cidades). Entretanto, como já foi apresentado neste trabalho, no início daquela década (e posteriores, com menor intensidade), houve muitos desmembramentos municipais. Ou seja, no interior desses municípios havia a presença de vários núcleos urbanos que eram distritos ou vilas urbanas e que ainda não haviam conseguido sua emancipação política.

Nitidamente, percebe-se uma rede que vai de Jacarezinho/Cambará, passando por “centros sub-regionais”, como Cornélio Procópio, Arapongas e Apucarana, chegando até três eixos distintos: Campo Mourão, Umuarama e Paranavaí. A maioria dos municípios, dentro dessa hierarquia urbana, representava um “centro local”. Naquele momento, Londrina e Maringá já desempenhavam o papel de “capitais regionais”. O núcleo urbano de Cambira ainda não era emancipado de Apucarana, que era considerado um Centro sub-regional.

Já o Mapa 10 apresenta a mesma área em 1997, mas com outra metodologia usada: níveis de centralidade. Esses são classificados numa escala que vai de “muito forte” até “muito fraco”. Nitidamente se percebem muitas transformações na rede urbana, principalmente na espacialização dos municípios.

Em 1997, quando a rede urbana do Norte do Paraná estava efetivamente consolidada, a situação quanto à centralidade pouco mudou, alterando visualmente a espacialização dos municípios. Naquele momento, o Norte do Paraná contava com 203 municípios, com uma sede urbana (cidade) cada um. Londrina e Maringá se consolidaram como as que apresentam maior grau de centralidade (Muito forte), polarizando as atividades das regiões Norte e Noroeste do Paraná.





Mapa 10: Cambira (PR) e a Rede urbana do Norte do Paraná, por níveis de centralidade, 1993  
Fonte: Fresca (2004, p. 243) – adaptado

Entretanto, algumas cidades que antes não configuravam na rede urbana surgem como centros urbanos importantes e, conseqüentemente, com centralidades consideradas, como o caso de Goiorê, principal exemplo: passou de um centro local para um nível de centralidade médio, assim como Cianorte, Jandaia do Sul e Cornélio Procópio. Outras cidades surgem nessa rede com certa centralidade, como Colorado, Ivaiporã, Ibaiti e Loanda. Outras aumentaram seu grau de centralidade, como Umuarama, Campo Mourão, Paranavaí, Jacarezinho, entre outras. Negativamente, houve cidades que perderam em grau de centralidade, como Bela Vista do Paraíso e Paranacity.

Apucarana elevou seu grau de Centro sub-regional para um nível forte para médio de centralidade e se consolidou como uma polarizadora de microrregião. Dentro de sua microrregião, Arapongas e Jandaia do Sul aparecem com nível médio de centralidade; as demais seis cidades aparecem com o grau mínimo de centralidade: muito fraco, mostrando com isso sua real dependência de centros próximos, como Apucarana, Jandaia do Sul, Arapongas, Londrina e Maringá.

Cambira faz parte desse contexto, no qual seu grau de centralidade é considerado muito fraco, de cunho local, o que vai redefinir seus novos papéis urbanos na entrada do século XXI, como será visto com maiores detalhes na parte seguinte.

### Parte 3 – Cambira e sua inserção na rede urbana atual

Como foi apresentado na parte anterior, Cambira está inserida atualmente na rede urbana do Norte do Paraná com um nível muito fraco de centralidade, desempenhando um nível apenas local com certas peculiaridades. Para entender a inserção atual de Cambira nesta rede urbana, parte-se dos conceitos dos processos de industrialização, dos subsistemas urbanos e dos dois circuitos na rede propostos por Milton Santos (1979).

Segundo Santos (1979, p. 257), existem dois processos de industrialização dominantes em países em desenvolvimento, como o Brasil: a industrialização A e a industrialização B. Na primeira, a atividade industrial moderna é voltada para o interior, e na segunda, para o mercado externo. No entanto, algumas empresas e cidades podem abrigar esses dois tipos de industrialização (processo). Enquanto a instalação da industrialização A ocorre de maneira decrescente das metrópoles completas, que apresentam maior grau de complexidade urbana, para os centros de menor hierarquia, as do tipo B se apresentam sem um padrão de localização, ocorrendo em todos os espaços.

Partindo disso, a rede urbana, segundo Santos (1979, p. 259), é “constituída por duas redes superpostas. Uma está ligada principalmente às atividades industriais voltadas para o país; a outra, às atividades voltadas para a exportação”. Estes dois subsistemas definem-se em termos de funcionamento e suas conseqüências de ordem geográfica são diferentes. O subsistema 1 reúne os tipos A e B de industrialização e é direcionado para uma estimulação interna; já o subsistema 2 é direcionado para o mercado externo. Segundo Santos (1979, p. 260):

A existência desses dois subsistemas urbanos e a organização do espaço que lhes corresponde são uma conseqüência direta da nova divisão internacional do trabalho. Em todo o caso, não há somente superposição dos dois tipos de atividades industrial, há também superposição das atividades dos dois circuitos da economia urbana. (SANTOS, 1979, p. 260).

No ponto de vista do subsistema 1, em redes urbanas de países como o Brasil, as cidades locais:

Nascem ou se desenvolvem como uma resposta a novas necessidades, principalmente no domínio do consumo; elas constituem o nível mais baixo, o limiar que permite a uma aglomeração satisfazer as demandas gerais mínimas de uma população. (SANTOS, 1979, p. 261).

Já a metrópole é o lugar que reúne as formas modernas da vida econômica, social e política. Sendo ela, ao mesmo tempo uma metrópole, cidade intermediária e cidade local. As cidades locais têm função somente de cidade local.

A localização das atividades modernas segue fatores como: tamanho da cidade, seu nível de cosmopolitismo, a presença de economias externas e de externalidade e a existência de infra-estruturas nacionais e regionais que servem esta cidade. Partindo disso, as cidades locais têm possibilidades limitadas de criar atividades modernas; isso ocorre devido ao tamanho reduzido de seu mercado e também por causa do caráter monopolístico de certas atividades regionais de comércio cujo efeito sobre o preço reduz ainda mais o número de consumidores (SANTOS, 1979, p. 261). Muitas vezes os comerciantes destas cidades locais vão buscar em cidades vizinhas, de dimensões superiores na escala de hierarquia, produtos para abastecer seu estabelecimento. Isto mostra as relações de redes entre esses centros.

Evidentemente esta hierarquia de serviços influencia diretamente na mobilidade das pessoas. Ou seja, alguns produtos são de fato consumidos na cidade, independente da condição de vida ou nível de renda, como os produtos para alimentação. Já outros, que são encontrados fora do centro local, para consumo, dependem diretamente da posição do indivíduo na escala de renda. Portanto, segundo Santos (1979, p. 264), existe “a imobilidade de certos indivíduos, incapazes por diversas razões, de se deslocar para onde esses bens e serviços podem ser adquiridos”.

A Figura 37 apresenta, segundo Santos (1979, p. 265), a mobilidade do consumidor e as relações de preço nos chamados mercados potenciais. A tendência é que, quanto mais complexa e integrada a economia urbana, mais os preços tendem a serem inferiores aos verificados em cidades do mesmo sistema, ao considerar o mesmo produto e a mesma qualidade. Esse fator tem peso determinante para as pessoas que podem se locomover para buscar produtos em outras cidades, todavia, não influencia para as pessoas sem mobilidade que ficam presos ao comércio das cidades de economia menos evoluída.

Portanto, Santos (1979, p. 265) tem razão ao mencionar que a rede urbana não tem o mesmo significado para as diferentes camadas socioeconômicas; ou seja, é vista particularmente diferenciada pelas diversas classes sociais.

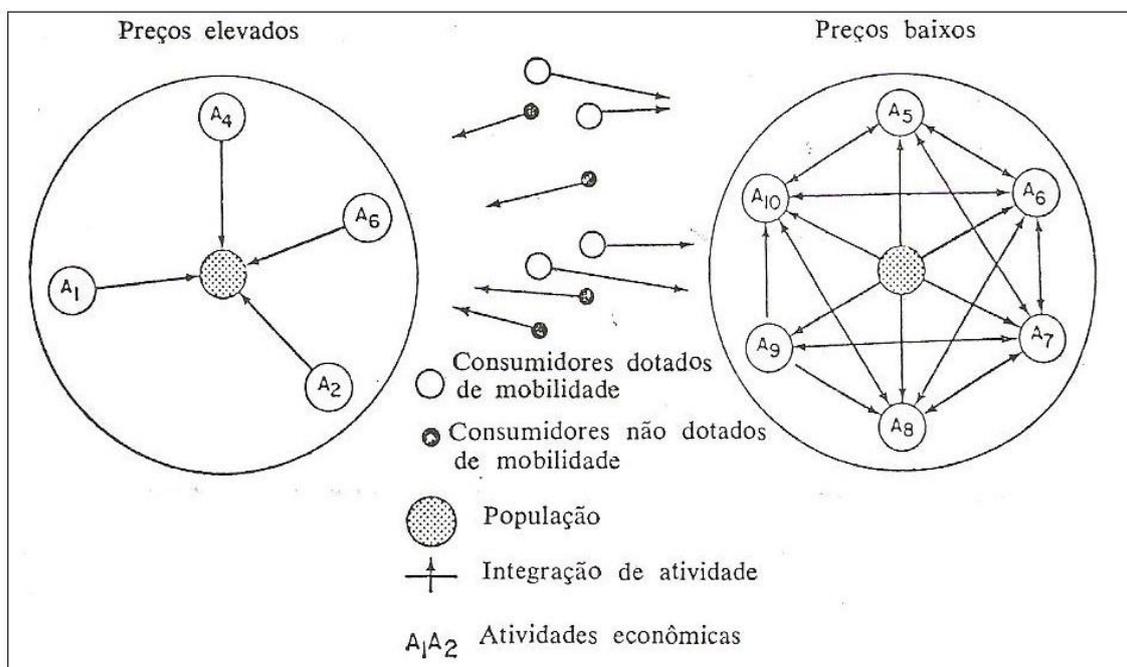


Figura 37: Mobilidade do consumidor e mercados potenciais

Fonte: Santos (1979, p. 265)

No subsistema 2 as atividades vão se instalar em todos os espaços urbanos, não importando a hierarquia da cidade. O que possibilita sua instalação são as vantagens atrativas que os locais oferecem como infra-estrutura, externalidades a baixo custo e mão-de-obra barata. Por isso, o Brasil vem vivendo desde a virada do século XXI um momento de descentralização do parque industrial brasileiro.

Em países em desenvolvimento ocorre como resultado e necessidades manifestadas na região motriz, no país ou no exterior, um processo de especialização das atividades industriais. Segundo Santos (1979, p. 267):

Essa especialização é sinônimo de produção amplamente superior ao consumo local e de atividades “dominantes” em relação às outras atividades da aglomeração. A vida da cidade com função dominante é inteiramente comandada pela produção principal cuja estrutura projeta-se sobre a cidade que ela criou ou que mantém; as outras atividades têm que se adaptar. (SANTOS, 1979, p. 267).

Neste caso, estas indústrias não dependem do mercado consumidor local, ou seja, são voltadas para o mercado consumidor internacional. Segundo Santos (1979,

p. 269), “elas criam apenas um número reduzido de empregos, enquanto, por outro lado, absorvem uma parte importante dos recursos naturais”. E devido à instabilidade do sistema econômico, podem fechar suas portas a qualquer momento e se deslocarem para localidades mais atrativas.

Partindo disso, e atrelados a este processo, as atividades econômicas e o comércio moderno estão inseridos na rede em dois circuitos, segundo regras particulares: o circuito superior e o circuito inferior (SANTOS, 1979, p. 270-275).

Com relação ao circuito superior, a Figura 38 mostra o comércio na rede urbana. Como se percebe nitidamente nele, as possibilidades aumentam com o tamanho e o nível funcional da cidade, ou seja, maior na metrópole completa e menor na cidade local. Assim, o número de empresários, profissionais liberais, funcionários e assalariados e de consumidores seguem essa lógica. A Figura 39 reflete a curva na visão do comércio de exportação comparada com a curva de importação. Na primeira não há muita variação como na curva da Figura 38 entre a metrópole e a cidade local, por fatores já mencionados anteriormente. Já a curva de importação é mais acentuada no que diz respeito às metrópoles completas, onde a quantidade é muito superior do que nas cidades intermediárias e locais.

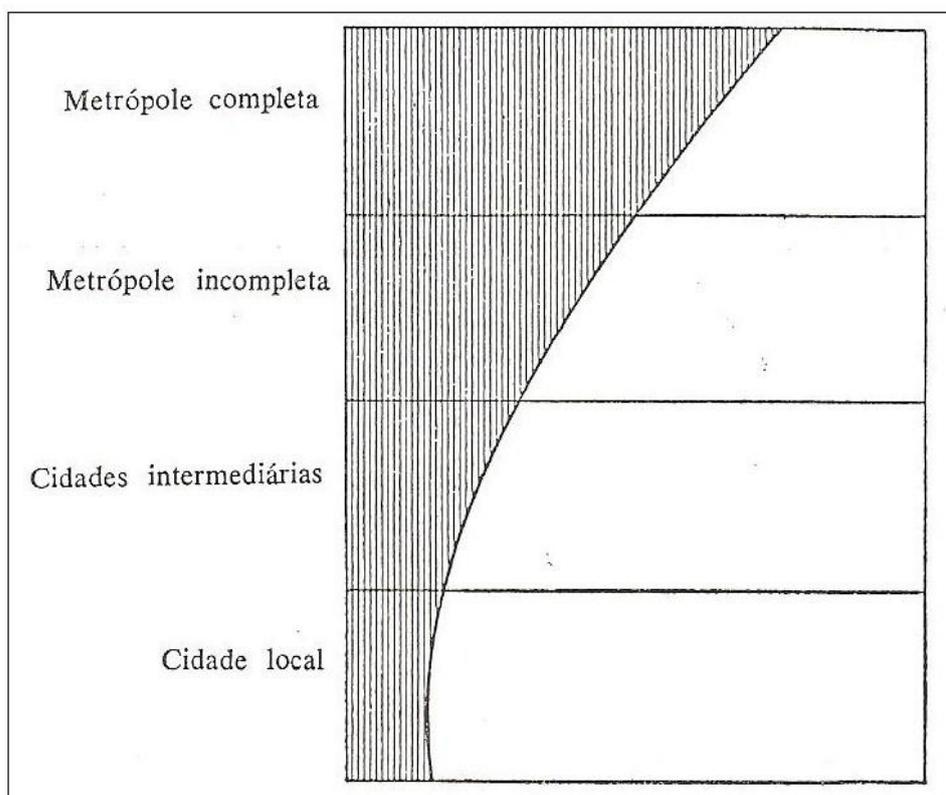


Figura 38: O comércio moderno na rede urbana, por nível urbano  
Fonte: Santos (1979, p. 271)

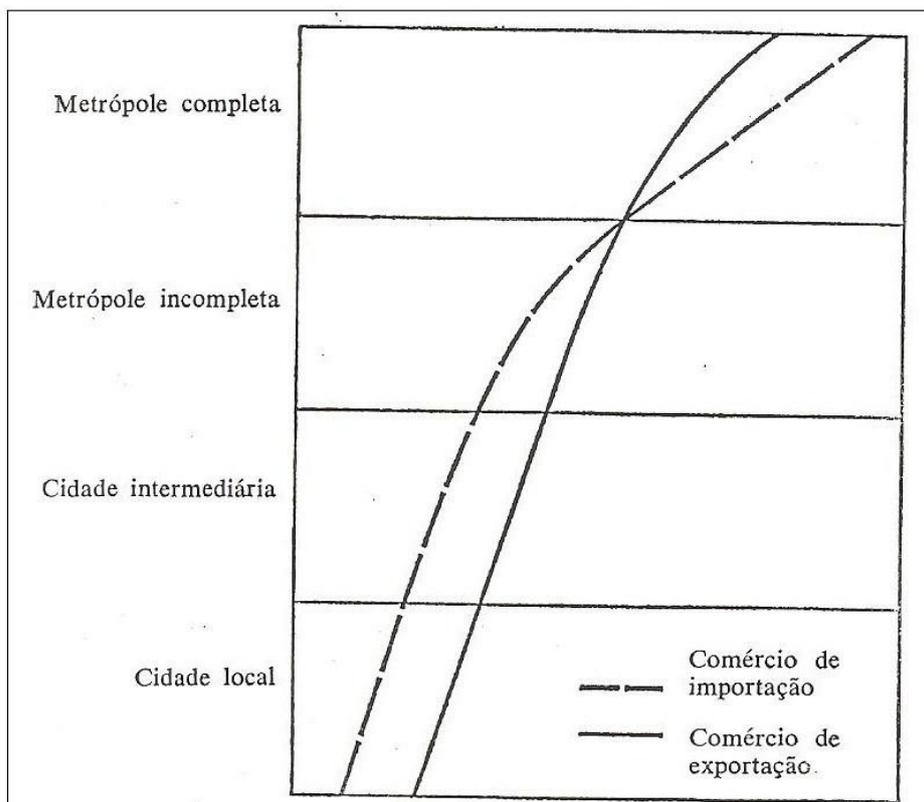


Figura 39: Comércio de exportação-importação na rede urbana, por nível urbano  
 Fonte: Santos (1979, p. 272)

Já no circuito inferior, a possibilidade de comércio aumenta em razão inversa ao nível funcional das cidades e em função da distância (tempo e preço) em relação à cidade mais industrializada. Nas cidades intermediárias e locais, a dificuldade para a produção e comercialização de produtos modernos ocorre principalmente porque as classes mais burguesas se dirigem a cidades de dimensão maior para consumir os produtos mais baratos. Os que não podem se locomover a esses mercados ficam prisioneiros ao circuito inferior.

Santos (1979, p. 274), diz que, enquanto nas cidades pequenas as atividades do circuito inferior “substituem os serviços modernos às vezes existentes, na grande cidade eles existem, apesar do grande número de serviços modernos, para responder à demanda de uma numerosa população pobre”. Por fim, o circuito inferior pode ser dividido quanto a sua localização na cidade: circuito inferior central e circuito inferior residencial, em que altera apenas o seu funcionamento específico.

Para finalizar, é importante perceber as zonas de influência dos dois circuitos nos aglomerados urbanos. A Figura 40 apresenta a influência dos dois circuitos por níveis de aglomerados urbanos. Nitidamente, percebe-se que os circuitos são inversamente proporcionais. Enquanto no circuito superior o alcance de influência

aumenta à proporção que aumenta o escalão urbano, ou seja, é maior nas metrópoles e menor nas cidades locais, no circuito inferior essa influência aumenta do centro para a periferia, haja vista que nas grandes cidades tende a confundir-se com os limites do aglomerado e nas cidades pequenas ultrapassam o limite do aglomerado.

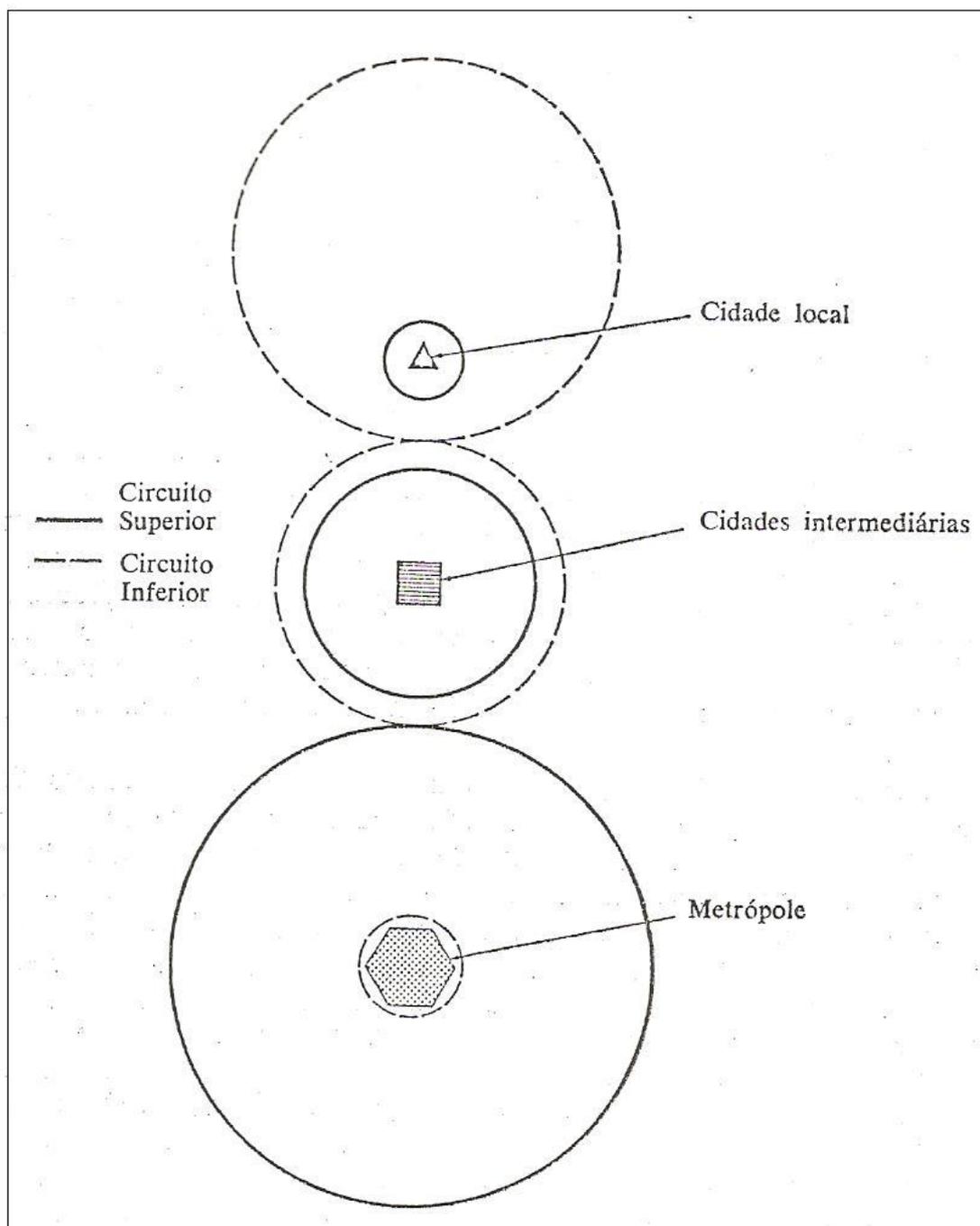
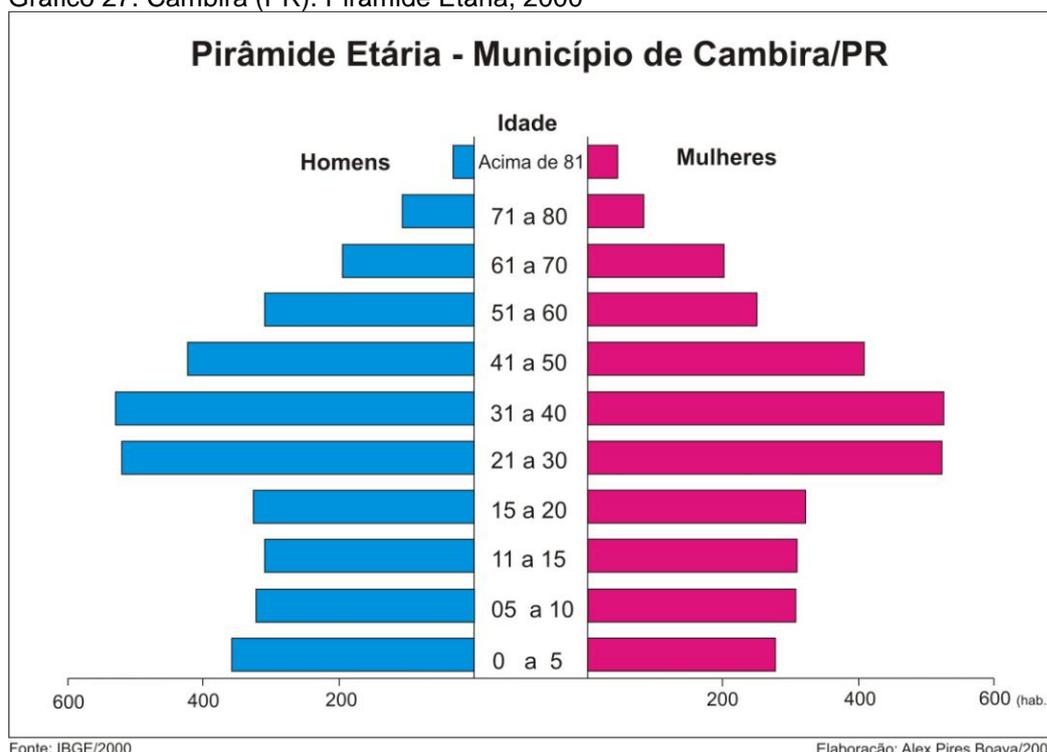


Figura 40: Influência dos dois circuitos da rede urbana, por nível urbano  
Fonte: Santos (1979, p. 280)

### 3.1 Dinâmica socioeconômica do município e atuais papéis urbanos

No município de Cambira a maior parcela da população está na faixa que vai dos 21 a 40 anos de idade. O Gráfico 27 apresenta a pirâmide etária do município que deve ser levada em consideração pelo poder público local em suas políticas públicas no planejamento do território.

Gráfico 27. Cambira (PR). Pirâmide Etária, 2000



Organização: Boava, A. P.

O circuito inferior da economia urbana, segundo Santos (1979, p. 287) “é considerado como uma etapa para uma situação em que as desigualdades seriam apagadas e o produto nacional mais equitativamente distribuído”. Entretanto, o mesmo autor conclui alegando que essa análise na situação brasileira, e, por conseguinte, em países em desenvolvimento, não permite tamanho otimismo. Ainda sobre o circuito inferior:

É, cada vez mais, a estrutura que acolhe as pessoas expulsas do campo; ele aparece, portanto, com um papel social e econômico inegável. (...) seu papel, muito antes de ser o de provedor de ocupações e de fornecedor dos meios de sobrevivência, é o de perpetuador da pobreza, servindo de coletor da poupança popular, canalizada em seguida para o circuito superior por intermédio de um consumo conspícuo. (SANTOS, 1979, p. 287).

Em Cambira essa dinâmica é percebida claramente. Funciona como um centro local, com comércios e serviços simples destinados ao consumo básico e à população que não tem condições de se locomover até centros maiores onde existem comércios e serviços modernos. As pessoas providas de mobilidade (classes com maior poder aquisitivo) recorrem a Apucarana para o consumo de seus produtos, exceto aqueles de consumo imediato.

Além da dependência de produtos e serviços, Cambira ainda apresenta outra dependência, ainda maior e mais grave, de centros próximos, com maior hierarquia: emprego e atendimento médico (que fazem parte dos maiores desafios de Cambira em perspectivas futuras e que serão tratados adiante). Ou seja, muitas pessoas vão trabalhar e buscar atendimento médico em cidades como Apucarana e Jandaia.

Portanto, os papéis urbanos de Cambira sofreram transformações da sua ocupação à situação atual: antes a dinâmica estava relacionada ao papel de localidade central, como apoio ao campo e ao segmento agrícola. Após as transformações ocorridas este passou a configurar-se em segundo plano na atividade econômica do município, ficando atrás dos serviços e indústrias que se configuram como a atual fonte econômica do município, detendo quase “80% do valor adicionado bruto” (IPARDES, 2005).

Entretanto, outro processo que parece emergir acentuadamente em Cambira neste século XXI é uma condição de subordinação a centros urbanos próximos mais dinâmicos, ou seja, além da dependência de serviços, pressupõe-se, dentro do contexto de emprego/renda, que Cambira está se constituindo numa cidade-dormitório submetida a cidades da região, principalmente Apucarana.

Cidade-dormitório, segundo Rocha (1992, p. 1), é entendido como: “grande contingente de trabalhadores da população economicamente ativa – PEA – que trabalha fora do município, produzindo riquezas em outros territórios”. Ou seja, a localidade funcionando apenas como local de moradia dos trabalhadores. Sua condição de existência se submete a “subordinação econômico-social” (ROCHA, 1992, p. 70) e de certa hierarquização na rede urbana. Esse mesmo processo que ocorre no núcleo urbano de Cambira é encontrado no distrito de Sete de Maio.

Os motivos ocorrem principalmente por duas razões: a primeira, voltada a uma classe com melhor poder aquisitivo, parte de Cambira ter um custo de vida mais barato, principalmente relacionado à moradia, que as cidades maiores próximas, e de sua localização ser privilegiada na rede urbana, o que a torna atrativa para se

morar, enquanto o consumo, trabalho, educação, entre outros serviços, são buscados fora. A segunda, voltada às pessoas de classes menos favorecidas, está relacionada ao fato de o município não ter de opções de emprego, fazendo com que as pessoas procurem, obrigatoriamente, outro lugar para trabalhar, enquanto os produtos são consumidos na localidade e muitos vivem em péssimas condições. Portanto, no momento em que essa subordinação ocorre na lógica de produção do sistema capitalista, ocorre uma divisão territorial do trabalho (ROCHA, 1992, p. 2).

Esse movimento de ida e volta, de vaivém, é chamado de movimentos pendulares ou o que Beaujeu-Garnier (1980, p. 280) chama de migrações oscilatórias; correspondem a um “movimento de vaivém semelhante à oscilação de um pêndulo”. Essas oscilações de períodos curtos, cotidianas, ocorrem por diversos fatores, mas em todos eles relacionados à procura por que falta no local, seja emprego, lazer, saúde, entre outras necessidades. O aumento de tal processo vem ocorrendo devido ao progresso técnico que influencia diretamente no cotidiano humano (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 292).

O movimento pendular entre o local de residência e o local de trabalho pode ser chamado, no termo americano, de “commuting”. Tal processo pelo qual considerado número de pessoas realiza esse movimento pelo menos duas vezes durante o dia (ida e volta), apresenta três características marcantes: apreciável extensão, uso de alguns meios de transportes mecânicos e certo grau de convergência (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 293).

Os meios de transportes estão diretamente relacionados a este movimento. Existem diversas maneiras de as pessoas se locomoverem até outros núcleos urbanos. Tais maneiras ocorrem de três formas<sup>39</sup> em Cambira: i) por meio de transporte coletivo interurbano; ii) por meio de transportes próprio de empresas e indústrias; e iii) por meio de veículos particulares. Neste trabalho vale destacar o primeiro por ser o que abrange maior contingente populacional. Em Cambira, o transporte interurbano<sup>40</sup> é feito por duas empresas: Viação Garcia e Expresso Nordeste. A Tabela 19 mostra os horários dos ônibus no trajeto Cambira –

<sup>39</sup> Para este trabalho não são considerados, e, portanto, se excluem as seguintes formas de acesso dessas pessoas a outros núcleos urbanos: pedestre, tração animal e bicicletas.

<sup>40</sup> A empresa Expresso Nordeste tem autorização para efetuar apenas a linha Cambira – Apucarana. As demais linhas interurbanas são promovidas pela Viação Garcia. Existem linhas para Curitiba, Londrina, Maringá e outras cidades médias do Paraná e do Estado de São Paulo. A linha Mandaguari – Apucarana engloba, além do trajeto Cambira – Apucarana, os trajetos: Cambira – Jandaia do Sul e Cambira – Mandaguari. Para Arapongas e as demais cidades menores da microrregião de Apucarana é necessário pegar outro ônibus em Apucarana.

Apucarana, pela empresa Viação Garcia, e a Tabela 20 apresenta os horários pela empresa Expresso Nordeste. Em ambas as empresas o tempo médio no transporte metropolitano é de 25 minutos e o valor é de R\$ 2,35. Já no tipo convencional, operado apenas pela empresa Expresso Nordeste, o tempo cai pela metade (duração de 12 minutos) e o valor sobe para R\$ 2,74.

Tabela 19. Horários do transporte pela Viação Garcia

<b>LINHA CAMBIRA – APUCARANA</b>	
<b>Saindo de Cambira</b>	<b>Saindo de Apucarana</b>
*6h25min – *7h00min – *7h40min	4h35min – 5h15min – 5h50min
8h25min – 8h40min – 9h15min	*6h25min – 7h00min – *7h35min
10h00min – 11h05min – 12h15min	8h15min – 9h15min – 10h20min
13h15min – 14h30min – 15h20min	11h30min – 12h45min – 13h35min
16h35min – 17h40min – *18h25min	14h45min – 15h50min – 16h35min
19h10min – 20h05min – 20h40min	*17h20min – 17h50min – *18h15min
21h20min – 22h45min	*19h35min – 20h35min

Notas: Transporte tipo metropolitano; \* horários que o ônibus percorre o perímetro urbano de Cambira; e horários em vermelhos representam o maior fluxo de pessoas

Fonte: Viação Garcia

Organização: Fernandes, P. H. C.

Tabela 20. Horários do transporte pela Expresso Nordeste

<b>LINHA CAMBIRA – APUCARANA</b>	
<b>Saindo de Cambira</b>	<b>Saindo de Apucarana</b>
6h25min – 7h05min – 7h40min	4h35min – 5h20min – 5h50min
8h25min – 8h45min – 9h15min	6h20min – 6h25min – 7h00min
*9h48min – 10h00min – 11h05min	7h30min – 8h15min – 9h15min
12h10min – 13h15min – 14h20min	10h25min – 11h30min – 12h35min
15h25min – 16h35min – 17h45min	13h40min – 14h45min – 15h15min
18h25min – 19h05min – *19h27min	15h55min – 16h35min – 17h20min
20h05min – 20h40min – 21h15min	17h50min – 18h15min – 19h30min
22h45min	20h35min

Notas: \* Horário de transporte tipo convencional e transporte tipo metropolitano

Fonte: Expresso Nordeste

Organização: Fernandes, P. H. C.

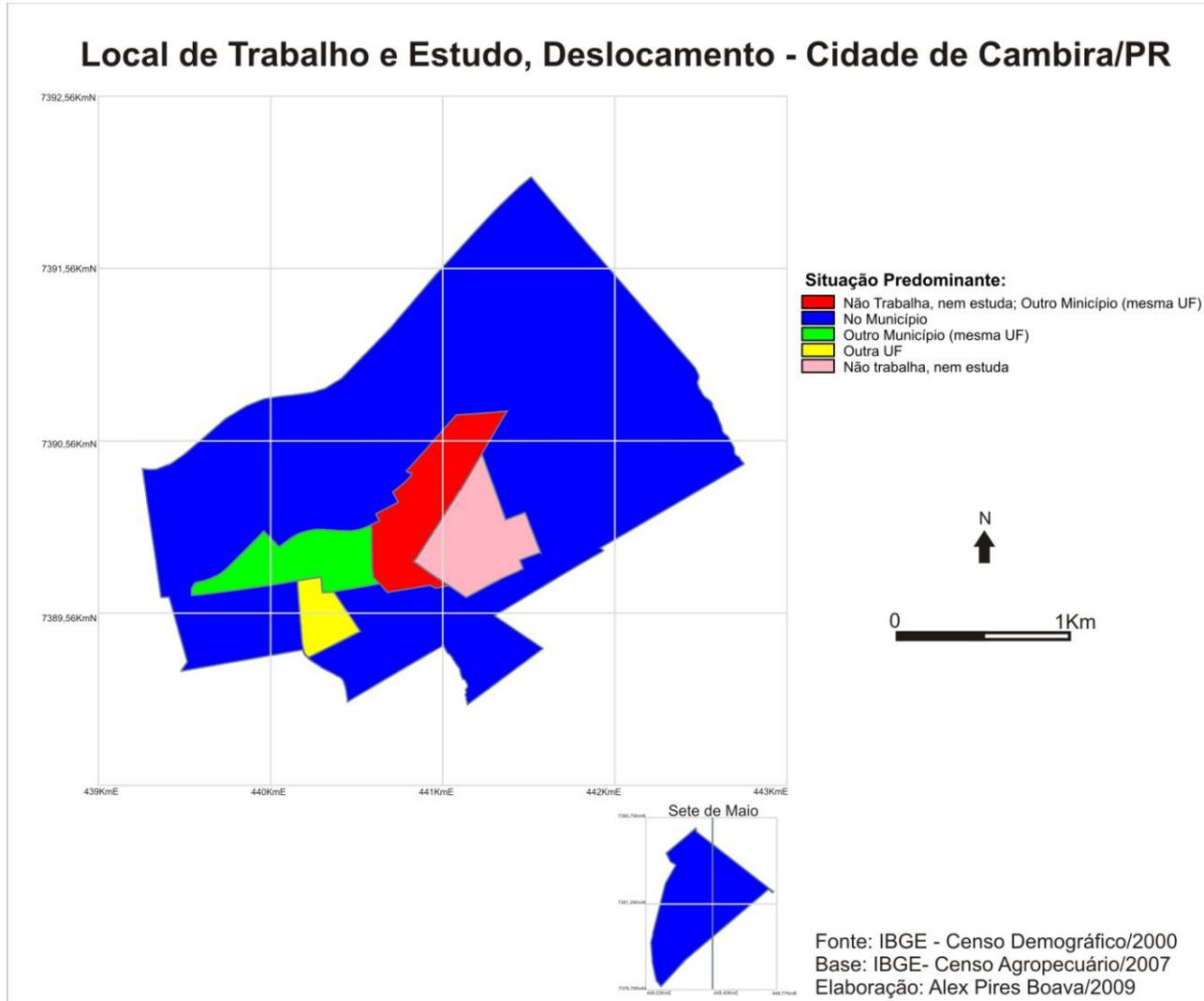
Evidentemente a quantidade de horários é grande e praticamente de hora em hora. Essa quantidade e o fato de a Viação Garcia inserir Cambira em todos os horários da linha Mandaguari – Apucarana e permitir uma concessão exclusiva, aumentando horários de ônibus, da linha Cambira – Apucarana para a Expresso Nordeste, mostram a importância do trajeto. Efetivamente essa dinâmica está

relacionada com o sistema capitalista. Como a este remete à obtenção do capital e do lucro, evidentemente esses dados permitem avançar no sentido de que a linha é rentável para ambas as empresas, uma vez que, se assim não fosse, não estariam operando dessa maneira, principalmente com estratégias bem definidas quanto aos horários, carros e rotas.

Algumas considerações: segundo a empresa Viação Garcia, durante os três primeiros horários da manhã o fluxo de pessoas que usam a linha é intenso, ou seja, o ônibus segue lotado. Nos dois penúltimos horários, a mesma situação ocorre. Estima-se que mais de 80% dos passageiros do trajeto saem nesse horário. Ainda segundo a empresa, aproximadamente 150 pessoas passam pelos ônibus da empresa por dia saindo da rodoviária de Cambira. Pensando no movimento de ida e volta, pode-se dizer que certamente mais de 300 passagens são vendidas. O controle dos dados foge, pois em determinados horários os ônibus passam pelo perímetro urbano de Cambira, pegando pessoas em pontos dispersos. Por fim, estima-se que mais de 70% dessas pessoas são trabalhadores.

Partindo disso, o Mapa 11 vem a sistematizar essa mobilidade a partir de Cambira. Ele apresenta o deslocamento para o local de trabalho ou estudo por predomínio de situação nos setores do perímetro urbano de Cambira. Em todos os setores foram encontrados dados de pessoas que trabalham e estudam no município, no entanto, esses dados só predominaram no setor 5 (não urbanizado e praticamente todo agrícola) e no 13 (Distrito Sete de Maio).

Nos demais houve um predomínio diferente para cada um: no setor 1, predomínio de quem não trabalha e estuda ou o fazem em outro município do Paraná. No 2, o predomínio de quem não trabalha nem estuda. Com essas informações, pode-se dizer que nesses dois setores é onde mora a maior parte da população idosa de Cambira. No setor 3, o predomínio é das atividades fora de Cambira, mas no Paraná; já o 4, configurou-se como a grande surpresa: predomínio ficou por emprego/estudo em município de outro Estado; nesse caso os dados mereciam estudos detalhados, mas parecem sinalizar para pessoas como os caminhoneiros e viajantes. Nos setores da área rural o predomínio foi de pessoas que trabalham/estudam no município.



Mapa 11: Cambira (PR). Deslocamento para trabalho ou estudo, por setores  
 Organização: Boava, A. P.

A Figura 41 mostra o Terminal Rodoviário de Cambira na entrada da cidade e a Figura 42 mostra com detalhes a sua estrutura física.



Figura 41: Cambira (PR). Terminal Rodoviário na entrada da cidade  
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 21/09/2009



Figura 42: Cambira (PR). Terminal Rodoviário  
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 21/09/2009

### 3.2 Desafios da realidade social do município de Cambira

E o futuro? É fundamental que dentro da gestão do território e do planejamento urbano haja estudos relacionados às necessidades do município e os desafios futuros para a administração pública. Sendo assim, as ações e políticas públicas devem buscar soluções que tragam benefícios para o coletivo, não só contemplando o presente, em curto prazo, mas também contribuindo com campanhas e ações que repercutam a médio e longo prazo.

Algumas necessidades fundamentais partem de um pressuposto imediato, como a questão da geração de emprego e serviços de saúde. Outros pressupostos estão relacionados à segunda ordem de necessidade, ocorrendo concomitantemente com a primeira, como a moradia, educação (diminuição dos índices de analfabetismo) e diminuição dos índices de pobreza. Essas necessidades apontadas são consideradas necessárias para que efetivamente ocorra a melhoria na qualidade de vida e, portanto, serão trabalhadas nesse tópico. Evidentemente existem outros itens, não menos importantes, que poderiam ser destacados, como incentivo à cultura, lazer, recreação, entre outros.

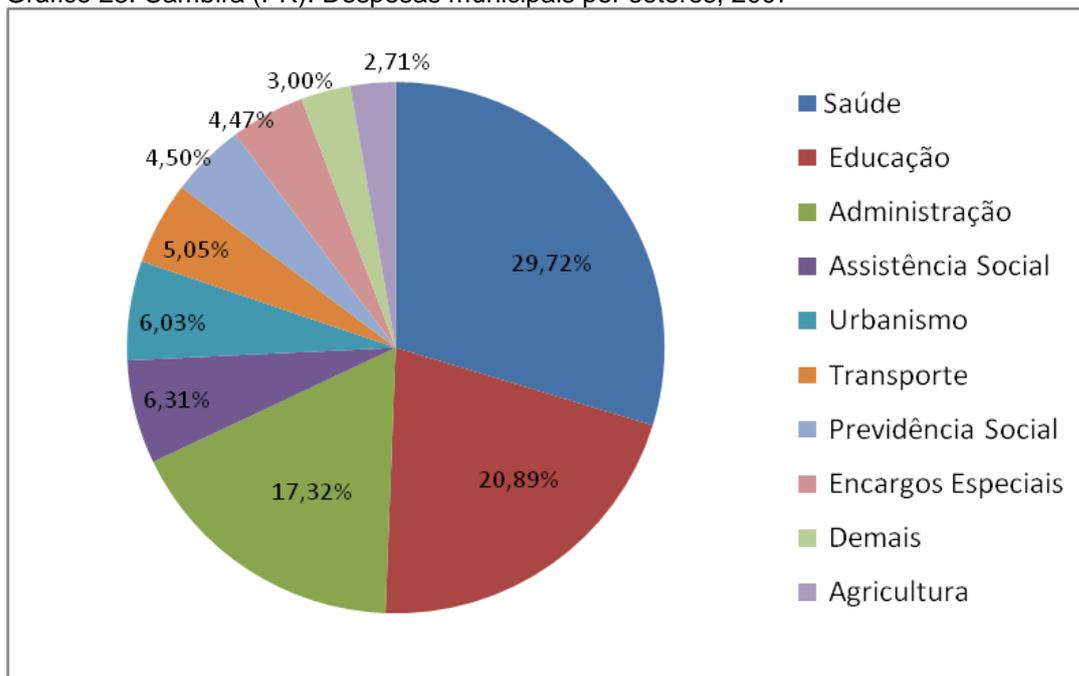
Atrelados a eles estão os gastos da administração municipal, ou seja, quais os setores mais necessitados e quanto do orçamento será direcionado para cada um deles. Partindo disso, são fundamentais estudos, que além de direcionar melhor os gastos públicos, visem trazer certo equilíbrio nesses gastos para que, direcionados de maneira mais justa, os governantes administrem as políticas públicas, em curto, médio e longo prazo, em benefício ao coletivo. O Gráfico 28 apresenta os gastos públicos da prefeitura de Cambira em 2007.

Segundo o IPARDES (2009, p. 17), em nota as “despesas municipais por Função correspondem ao nível máximo de agregação das ações desenvolvidas na esfera municipal, para a consecução dos objetivos de governo”.

O setor de saúde foi o que recebeu maior quantidade do total dos recursos (R\$ 8.039.125,00), com quase 30%. A Educação aparece em segundo lugar com pouco mais de 20% e a Administração com pouco mais de 17% dos recursos. Esses três primeiros representaram quase 5,5 milhões de reais, um total de aproximadamente 68% dos recursos públicos de 2007. Já a agricultura, ainda importante para o município, recebeu apenas 2,7% de recursos, enquanto que os Encargos especiais contaram com quase o dobro (quase 360 mil reais).

Alguns dados aparecem do ponto negativo: apenas 0,97% (pouco mais de 77 mil reais) foram investidos no Trabalho; 0,15% (quase 12 mil reais) no Saneamento; 0,14% (quase 12 mil reais) na Cultura; e irrisórios 0,07% na Indústria. Já um dado é muito curioso: pouco mais de 16 mil reais foram gastos com Defesa nacional, em Cambira, no ano de 2007.

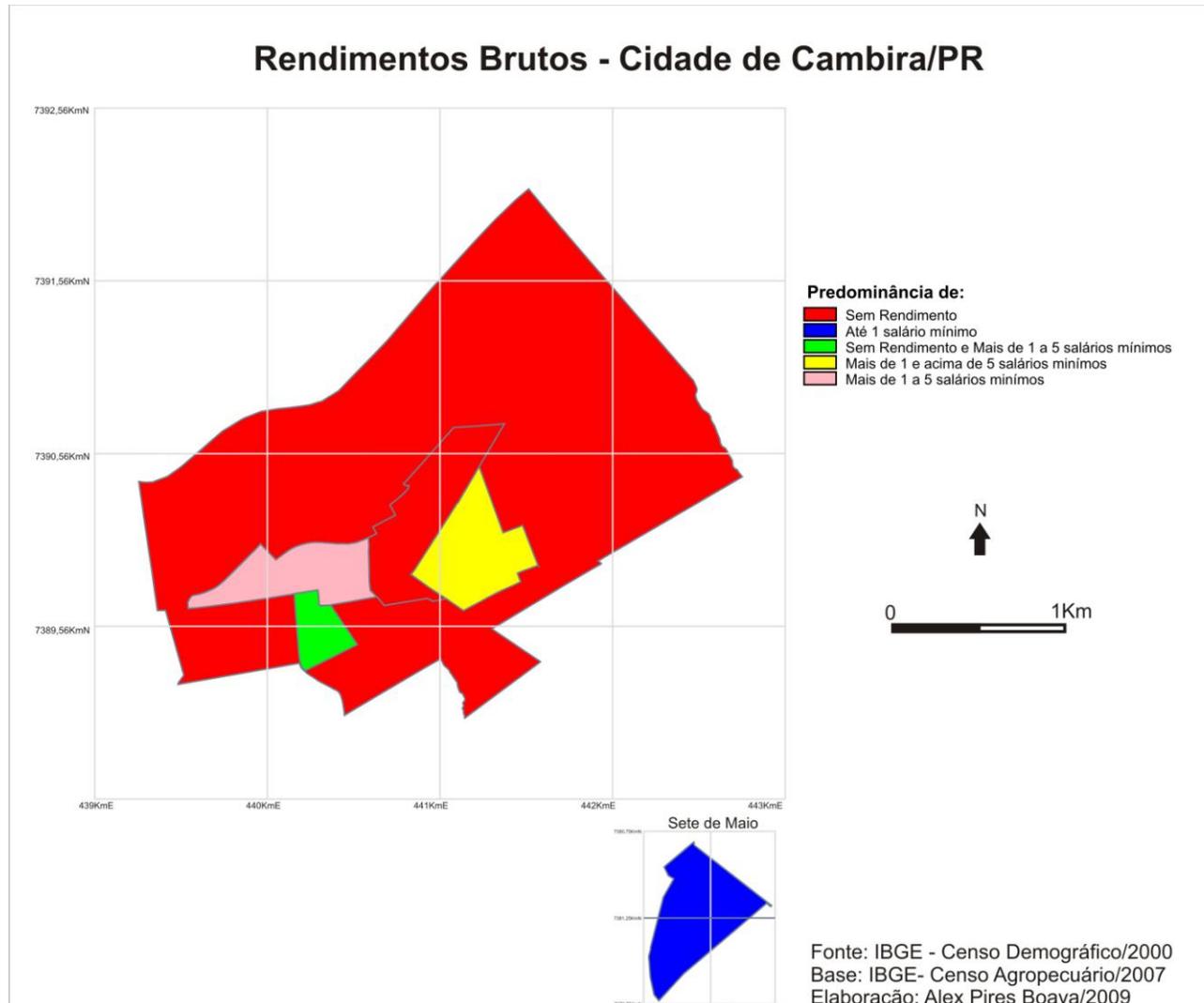
Gráfico 28. Cambira (PR). Despesas municipais por setores, 2007



Nota: Demais representam: Desporto e lazer (1,29%), Trabalho (0,97%), Defesa nacional (0,20%), Saneamento (0,15%), Cultura (0,14%), Gestão ambiental (0,11%), Indústria (0,07%) e Comunicação (0,06%)

Fonte: IPARDES – Prefeitura Municipal de Cambira  
Organização: Fernandes, P. H. C.

A renda da população é um problema gravíssimo. O Mapa 12 apresenta o rendimento bruto por predominância de classes nos setores do perímetro urbano de Cambira. Os resultados desse mapa-síntese foram: nos setores 1 e 5 o predomínio é de pessoas sem rendimento. O distrito Sete de Maio ficou com a predominância de até 1 salário mínimo, assim como a maior parte da área rural de Cambira. Nos setores 2 e 3 os rendimentos foram maiores. Por fim, o setor 4 apareceu como o maior desigualdade de renda, com predomínio de pessoas que ganham nada (sem rendimento) e de pessoas que apresentam um poder aquisitivo considerado (entre 1 e 5 salários mínimos). Vale notar que esse mapa apresenta uma predominância apenas e não significa que todos apresentam tal rendimento dentro de cada setor censitário.



Mapa 12: Cambira (PR). Rendimentos brutos, por setores  
 Organização: Boava, A. P.

Com relação aos serviços básicos de saúde: a Tabela 21 apresenta a situação dos serviços de saúde no município. São 5 estabelecimentos de saúde no município de Cambira, sendo 4 de cunho público (administração municipal) e 1 privado, mas que atende pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Desses, apenas dois atendem internação e profissionais apenas para as especialidades básicas. Do total, 75% apresentam atendimento ambulatorial e 50% deles atendem com especialidades básicas, incluindo atendimento odontológico.

Tabela 21. Cambira (PR). Situação dos serviços de saúde, 2005

<b>SERVIÇOS DE SAÚDE 2005</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Estabelecimento de saúde público municipal <sup>1</sup>	4
Estabelecimento de saúde privado <sup>2</sup>	1
Estabelecimento de saúde total	5

Nota: 1: dos quais apenas 1 atende com internação

2: estabelecimento considerado sem fins lucrativos, atende pelo SUS e com internação total

Fonte: IBGE Cidades – Nota da Fonte: Assistência Médica Sanitária 2005

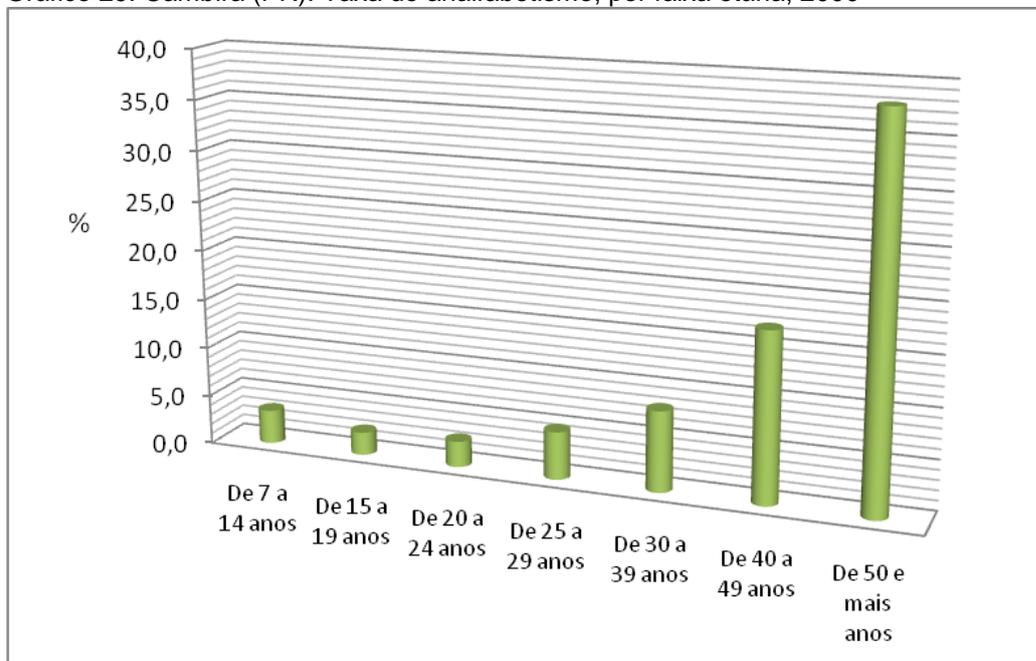
Organização: Fernandes, P. H. C.

No entanto, esses números refletem o déficit na área da saúde em Cambira. Além de o número de estabelecimentos não suportar o contingente populacional que deles necessita, não apresentam médicos especializados. Ou seja, quem tem certo poder aquisitivo busca em Apucarana o atendimento médico, seja público ou privado, seja por meio de planos de saúde privados. No entanto, as pessoas de classes menos favorecidas acabam por ficar à mercê desse setor ineficiente. Um dado representa essa realidade: segundo o IPARDES (2009, p. 22) com base nos dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA), a mortalidade infantil em Cambira, no ano de 2006, atingiu uma marca alta: 19,8% de cada mil nascidos vivos.

Com relação à educação: o Gráfico 29 apresenta a taxa de analfabetismo por faixas etárias, em 2000, no município de Cambira. Já o Gráfico 30 sistematiza esses dados e os apresenta por anos de estudo. Com relação ao primeiro: até os 24 anos de idade os valores de analfabetismo aparecem aceitáveis, principalmente se analisados numa perspectiva histórica, em que tais valores diminuiram do censo de 1991 para o de 2000. Todavia, a partir dos 25 anos de idade os valores saltam consideravelmente, chegando a valores expressivos nas faixas etárias de 40 a 49

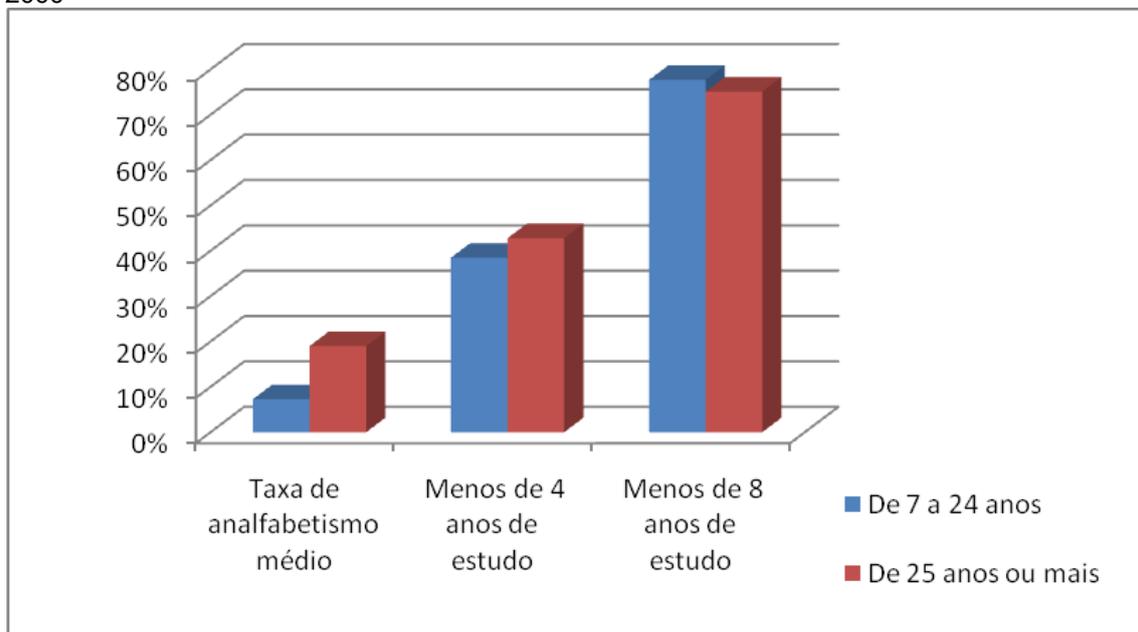
anos e de 50 a 59 anos. Na primeira o valor chega a 17% e, na segunda, mais que duplica: chega a 38%.

Gráfico 29. Cambira (PR). Taxa de analfabetismo, por faixa etária, 2000



Fonte: IPARDES/IBGE  
Organização: Fernandes, P. H. C.

Gráfico 30. Cambira (PR). Taxa média de analfabetismo e taxa de anos de estudo, por faixas etárias, 2000



Fonte: IPARDES/IBGE  
Organização: Fernandes, P. H. C.

Já com relação ao Gráfico 30: a taxa de analfabetismo médio em Cambira em pessoas de 7 a 24 anos é de 7% e, na de mais de 25 anos, de 19%. Já relacionados ao número de anos de estudo, os dados são mais preocupantes para aqueles que têm mais de 25 anos de idade: 75% das pessoas têm menos de 8 anos de estudo (o valor é alto na faixa de 7 a 14 anos, pois a maioria ainda não completou esses anos de estudo).

Partindo desses dados, fica evidente a necessidade de que as políticas públicas não se limitem apenas aos jovens, mas também às pessoas mais experientes que, por motivo qualquer, não tiveram oportunidade de estudar ou concluir os seus estudos. É um desafio para Cambira.

Por fim, os índices de pobreza<sup>41</sup> são de se lamentar e chamam a atenção. A Tabela 22 apresenta os dados relativos à situação de pobreza e renda apropriada por extratos de população em Cambira nos anos de 1991 e 2000. Essa tabela deve ser analisada em dois momentos: na situação de pobreza e na renda apropriada. Em 2000, mais de 28% da população de Cambira estavam em situação de pobreza, correspondendo a 473 famílias.

Já com relação à renda apropriada, enquanto os 40% mais pobres correspondem a 11,4% da renda, os 20% mais ricos correspondem a 58,5% da mesma, o que mostra o precipício que existe entre as diferentes classes sociais. Esses dados analisados mostram uma concentração de renda e um aumento na desigualdade social.

Tabela 22. Cambira (PR). Situação de Pobreza e Renda apropriada por extratos de população, 1991 e 2000

<b>SITUAÇÃO DE POBREZA</b>	<b>2000 (nº)</b>	<b>2000 (%)</b>
Pessoas em situação de pobreza	1.908	28,5
Famílias em situações de pobreza	473	-----
<b>RENDA APROPRIADA POR EXTRATOS</b>	<b>1991 (%)</b>	<b>2000 (%)</b>
20% mais pobres	3,7	3,5
40% mais pobres	11,8	11,4
60% mais pobres	23,9	23,2
80% mais pobres	43,8	41,5
20% mais ricos	56,2	58,5

Fonte: IBGE/IPARDES

Organização: Fernandes, P. H. C.

<sup>41</sup> A metodologia utilizada pelo IPARDES para o índice de pobreza é: o quociente entre o número de famílias pobres (famílias com renda familiar per capita de no máximo 1/2 salário mínimo) e o total de famílias residentes no município de Cambira.

### 3.3 Perspectiva do desenvolvimento local e o município de Cambira

A retomada de população, a partir da divulgação das estimativas de 2007 do IBGE, vinculada ao aumento da população urbana, mostra o desenvolvimento local em Cambira na perspectiva do seu novo papel urbano como um local não central, um local de moradia, sua proximidade com centros maiores e que ofertam empregos e o custo de vida mais barato que as cidades da região. Ou seja, sua inserção na rede urbana e seus papéis desempenhados criam na cidade fatores favoráveis ao aumento populacional.

Ao pensar na elaboração de políticas públicas, é necessário buscá-las numa perspectiva de desenvolvimento local. Este, por sua vez, vem sendo trabalhado e discutido cada vez mais no meio acadêmico e em discursos políticos na criação de políticas públicas. Esse discurso caminha no sentido de ser um novo método para “salvar” a situação em que vive muitos municípios.

Entretanto, esse discurso utilizado, sem conhecimento de sua essência, serve apenas de interesse político para abocanhar votos e se consolidar no poder no centro urbano local, em vez de aproveitar a existência de programas governamentais (federais e estaduais) que valorizam o espaço dessas pequenas cidades. Segundo Oliveira, F. (2001, p. 13), “desenvolvimento local é uma noção polissêmica” e pode ser discutido por várias vertentes em diversas áreas do conhecimento.

Para conceituar “desenvolvimento local” se parte da necessidade de antes conceituar “desenvolvimento” e, posteriormente, “local”. Podem-se buscar diversas raízes etimológicas para o conceito de desenvolvimento, segundo suas várias ramificações e sentidos. Contudo, busca-se contemplar um desenvolvimento não limitado apenas ao crescimento econômico, mas sim a este e outro que parece trazer uma contribuição maior: o âmbito social e humano. Nessa perspectiva o desenvolvimento, segundo Ávila (2000, p. 20 apud HEYN, 2003, p. 29), é:

Um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. (...) Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Na verdade, não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorizado, a não ser para fins de exposição didática. (ÁVILA, 2000, p. 20 apud HEYN, 2003, p. 19).

O Brasil, nas últimas sessenta décadas, cresceu materialmente numa velocidade avassaladora, contudo não se desenvolveu humana, cultural e socialmente. Portanto, pode-se falar em crescimento, mas não de desenvolvimento na perspectiva mencionada. Parte disso é culpa dos governantes que mostram um grande desinteresse com seu povo, buscando beneficiar apenas o sistema capitalista e não atendendo às necessidades coletivas de seu município (ÁVILLA, 1999, p. 24). Em suma, os políticos não conhecem sua comunidade<sup>42</sup>. Em âmbito municipal, pode-se dizer que a maioria dos políticos locais não conhece de fato o seu município e sua população.

O próprio crescimento da economia brasileira se deu de maneira desigual, tanto espacialmente, com o privilégio de determinadas áreas/regiões, quanto nas relações sociais, como benefício de determinados grupos sociais. Segundo Oliveira, S. (2003, p. 49-50) o “desenvolvimento” “não ocorreu de maneira homogênea, pois privilegia algumas áreas de implantação de projeto em detrimento de outras”.

Atualmente, se vive, gostando ou não, em um mundo global, com informações instantâneas e a internet ganhando mercado numa velocidade crescente. A globalização e outros similares são temas discutidos na sociedade, entretanto, é de extrema importância que se entenda o global/mundial dentro da localidade, sem anular suas peculiaridades<sup>43</sup>. Portanto, segundo Capra (1982, p. 389 apud MOMESSO, 2006, p. 17), “é o momento de pensar global e agir local”.

O conceito de local pode ser entendido por diversos pontos de vista, uns mais dinâmicos e humanos e outros mais estáveis e físicos, mas ambos atrelados às características próprias do local, ou seja, as suas potencialidades e seus recursos. Heyn (2003, p. 21-22) apresenta o conceito oriundo de Lopes (1991, p. 42) que diz que ao se falar em local:

---

<sup>42</sup> Comunidade: as primeiras definições, a partir de uma pré-concepção acrítica desse conceito, remetem à idéia de uma “coisa boa”, de um paraíso ligado à inocência, de pertencimento a um grupo sem interesses individualistas; na visão de Rosenberg como “circulo aconchegante” e na de Redfield a um agrupamento “distinto, pequeno e auto-suficiente”. Com a Revolução Industrial e na formação do Estado-nação emerge o processo de desconstrução da idéia de comunidade, principalmente quando se observa a ampliação da divisão da sociedade em classes econômicas e a disjuntiva entre liberdade e segurança (estar ou não em comunidade). Passou, então, o conceito para noção de “identidade”, mas sem uma visão de superioridade ou inferioridade e com concepção de diversidade, responsabilidade e direitos. A implementação prática deste conceito na realidade ainda é a principal dificuldade. (BAUMAN, 2003 apud SOCZEK, 2004).

<sup>43</sup> Peculiaridade: é a capacidade de atuar, de transformar a realidade de acordo com finalidades propostas pelo homem, à qual está associada sua capacidade de refletir, que o faz ser da práxis. Se a ação e a reflexão, como constituintes inseparáveis da práxis, são a maneira humana de existir, isto não significa, contudo, que não estão condicionadas, como se fossem obsoletas, pela realidade em que está o homem. (FREIRE, 1985, p. 17).

Estamos nos referindo a um espaço, a uma superfície territorial de dimensões razoáveis para o desenvolvimento da vida, com uma identidade que o distingue de outros espaços e de outros territórios e no qual as pessoas conduzem sua vida cotidiana: habitam, se relacionam, trabalham, compartilham normas, valores, costumes e representações simbólicas. (LOPES, 1991, p. 42 apud HEYN, 2003, p. 19).

Partindo disso, o desenvolvimento local pode então ser entendido, segundo Ávila (2000, p. 71 apud HEYN, 2003, p. 20) e Junqueira (2000, p. 118 apud SANDES, 2006, p. 22), como:

Constitui esperançosa novidade exatamente porque talvez represente, no momento, a única proposta de progresso integral, em nível concretamente local, capaz de despertar e impulsionar a própria comunidade localizada a se desenvolver social, cultural, econômica e ecossistemicamente, na condição de sujeito e não de mero objeto de seu próprio progresso. (ÁVILA, 2000, p. 71 apud HEYN, 2003, p. 20).

Um espaço dinâmico de ações locais, tendo como pressuposto a descentralização<sup>44</sup>, a participação comunitária e um novo modo de promover o desenvolvimento que o possibilita o surgimento de comunidades capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrindo ou despertando para suas vocações locais e desenvolvendo suas potencialidades específicas. (JUNQUEIRA, 2000, p. 118 apud SANDES, 2006, p. 22).

Em outras palavras, quer dizer que a essência do processo é ativar a capacidade das pessoas da comunidade a gerarem atividades que possam gerar de renda até cultura. A escala dessas atividades que muda, ou seja, o tamanho da atividade (como uma associação de uma confeitaria, um a microempresa<sup>45</sup>, um projeto em parceria com universidades, entre outros) e o número de pessoas que serão beneficiadas.

O desenvolvimento local “deve ser concebido como uma alternativa, caso contrário ficará fadado a reproduzir a forma estrutural”. (OLIVEIRA, F. 2001, p. 12). Essa busca não se limita, por exemplo, ao município, pode ser conseguida dentro de

---

<sup>44</sup> Pelo que o autor expressa, fica evidenciado que o termo “descentralização” está relacionado à perda de poder político para que não comprometa o direcionamento do Desenvolvimento Local. Este talvez seja o grande motivo que faz com que os políticos não vejam com bons a organização da comunidade, com receio de perder força política e conseqüentemente o seu domínio sobre determinada localidade.

<sup>45</sup> Microempresa (ME): para efeito do Simples, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais). (BRASIL – MINISTERIO DA FAZENDA).

uma esfera regional, desde que se preservem as características próprias da comunidade municipal. Ou seja, pensando em redes.

O surgimento desse processo está vinculado à necessidade das comunidades locais de sobreviverem na localidade, combater o desemprego, ausência de políticas sociais e a perda da qualidade de vida. (HENRY, 2003, p. 21). Todavia, não é apenas isso. O desenvolvimento local não deve ser visto apenas como um meio de aumentar a produção, o emprego e a renda, como exemplos, para as pessoas, mas também para elas buscarem o desenvolvimento humano, da pessoa, cultural e socialmente, mais do que buscar o bem-estar coletivo e dar direito à cidadania<sup>46</sup> a todas as pessoas sem exclusão ou diferenciação.

Para tal, é fundamental que os atores que movem o processo estejam em sintonia, para que o desenvolvimento não seja fragmentado, nem designado a uma pequena parcela da população. Logo, é indispensável considerar, dentro da sociedade local, características próprias e potencialidades específicas. Assim, a identidade local deve ser considerada, como destaca Heyn (2003, p. 21):

Investir no sentido de ajudar um povo para que se descubra, conserve ou recupere sua identidade, sua cultura, que é, sem dúvida, a contribuição mais valiosa, na medida em que este povo se torne capaz de cultivar sua auto-estima e sedimentar, ainda mais, a sua história local. (HEYN, 2003, p. 21).

O processo de desenvolvimento local pode ser resumido em três momentos que ocorrem concomitantemente: num primeiro momento, que a sociedade entenda a sua importância dentro do processo de desenvolvimento local, saber que ela é peça chave nesse processo; no segundo momento deve-se contar com a iniciativa de pessoas (agentes locais); e, por fim contar, com a criação de incentivos e políticas públicas que visam aproveitar as peculiaridades e potencialidades do local.

As conseqüências do processo serão positivas tanto para a sociedade como para a localidade. Ou seja, para efetivamente haver o desenvolvimento local é necessário que o processo gere na sociedade-localidade competências, capacidades e habilidades baseadas em suas características próprias e crescimento cultural e educacional, elevação da auto-estima e preservação das relações

---

<sup>46</sup> Segundo Oliveira, F. (2001, p. 12) “a noção de cidadania que deve nortear a tentativa de mensurar os processos e estoques de bem-estar e qualidade de vida refere-se ao indivíduo autônomo, crítico e reflexivo, longe, portanto, do indivíduo-massa”.

humanas. O cenário atual é reflexo de um mundo dinâmico, com mudanças rápidas e incertezas dia após dia; logo, é fundamental que se pense coletivamente no local para fortalecer o ambiente de vida dessa comunidade.

Esse desenvolvimento local pode ser entendido como um processo de endogenização que:

Busca qualificar um processo de desenvolvimento germinado no interior da região, que contemple as necessidades e aspirações da coletividade regional (não apenas à lógica do lucro e da acumulação) e resulte de uma sólida e ativa consciência de territorialidade, o que exige a participação consciente e ativa dos atores locais na construção de um projeto sócio-econômico-político e cultural próprio. (DALLABRIDA, 1999, p. 26).

O que aqui é proposto, certamente, diverge do que propõe o padrão de desenvolvimento do neoliberalismo e da globalização da economia, pois muitas pessoas têm como objetivo de vida a acumulação de bens materiais, em que “o ópio do povo, ao contrário do que declarava Marx, não é mais a religião, mas o materialismo” (GOLDSMITH, 1995 apud DALLABRIDA, 1999, p. 29). E esse pensamento deve ser combatido ao pensar-se no desenvolvimento local.

Uma perspectiva crítica do desenvolvimento local pode levar ao rompimento com os ideais capitalistas, pois enfoca a interação comunitária e o sentimento pelo coletivo. Nesse sentido, Sandes (2006, p. 22) diz que “se trata do abandono do egoísmo individual, e da quebra do paradigma, pois, trata-se de desrespeitar um dos maiores e mais antigos tratados do capitalismo”.

Portanto, por mais difícil que possa parecer, não parece utópico buscar um desenvolvimento local em sua essência no município de Cambira. Evidentemente que não é uma das tarefas mais fáceis, uma vez que o desenvolvimento local não deve virar as costas para a complexidade e diversidade da sociedade dita moderna. Não de um dia para o outro, mas com pequenos atos, quaisquer que busquem ajudar o coletivo, e que destes se multipliquem e ajudem a população menos favorecida.

## Considerações finais

Chega-se ao final deste trabalho não apenas com a sensação de que as indagações norteadoras foram respondidas, não em sua totalidade ou como única verdade, mas também de novas inquietações que surgiram com o aprofundamento da temática e com o levantamento e sistematização das informações, o que instiga o interesse pela continuação do tema em futuros estudos em âmbito acadêmico.

A idéia de trazer as considerações finais não caminha para repetir tudo aquilo expresso ao longo de todo o texto, mas sim, para trazer contribuições e reflexões sistematizadas de todo o trabalho acerca da realidade de uma localidade, destacando o seu contexto regional e sua inserção nessa rede, uma vez que no município destacado ocorrem transformações e fatos similares a toda uma região. O que a difere são características peculiares, próprias do contexto de vida local e das políticas na gestão do seu território. Portanto, o olhar que deve ser dado a essa parte é o da sistematização simplificada dos resultados.

O avanço da atividade cafeeira em direção ao Norte do Estado do Paraná ocorre num momento em que as políticas governamentais incentivavam o processo de industrialização no Estado de São Paulo. Esse não surgiu como o único fator, mas elevou efetivamente o contingente de paulistas, não satisfeitos com essas políticas, vindos para o Paraná.

O Paraná por sua vez apresentava fatores convincentes, como o solo e a forma de colonização, que instigaram a vinda não só dos paulistas, mas também dos mineiros. Os nordestinos vieram como trabalhadores para as construções e cultivos, sem esquecer os imigrantes de diversos países da Europa. Ambos os fatos, atrelados, fizeram do Paraná um dos maiores receptores de migrantes até metade do século XX. No início da década de 1960, por exemplo, o Paraná passou a produzir, pela primeira vez, mais café que o Estado de São Paulo. Sua produção exuberante seguiu até início da década de 1970 quando as políticas públicas, a partir daquele momento, prejudicaram esse cultivo. Nesse contexto o Norte do Paraná é ocupado e por conseqüência, num processo dinâmico, o município de Cambira.

Ora, o surgimento de Cambira e seu desenvolvimento ocorrem, grosso modo, devido à inserção da atividade cafeeira no município. Essa atividade e as formas de

colonização da CMNP trouxeram ao município imenso contingente populacional. Entretanto, a maior parte dessas pessoas acabaram por sair de Cambira quando um leque de fatores resultaram, praticamente, na erradicação da atividade cafeeira no Norte do Paraná.

Entender esse processo é contribuir para a compreensão das relações humanas e da condição socioeconômica do ser humano que vivenciou tal processo. Este, por sua vez, trouxe muitas transformações para o município e principalmente para a sede (cidade) e para toda a região, deixando legados, tristezas e momentos preservados materialmente na paisagem ou não materialmente nas histórias contadas pelas pessoas.

Essas transformações, oriundas de mudanças no ciclo econômico que ocorrem por interesse do sistema em que se vive e, por conseqüência, de poucos, em vez do coletivo, mais do que gerar um legado de história e acontecimentos na paisagem, interferem na condição de vida humana. Ou seja, mais do que contribuir para o aumento da divisão internacional do trabalho, intervieram nas relações sociais dos seres humanos, cada vez mais isolados e distantes de uma emancipação humana.

Essas relações passam, assim, a ocorrer nas áreas urbanas, de maneira mais complexa, mais intensa e cada vez mais efêmera. Os espaços de vida agora sinalizam efetivamente para uma não-participação direta da sociedade, mesmo tendo o poder do voto, de questionar e reclamar. Isso porque, no sistema regente, o controle dos espaços e territórios parte pelas relações econômicas de interesses convergentes.

Associadas às áreas urbanas, surgiram as indústrias e a especialização dos serviços. Em Cambira esses setores substituíram a agricultura e passaram a configurar-se como principal fonte de renda e emprego no município. Todavia, não são suficientes para as pessoas que residem na área urbana, fazendo com que muitos procurem empregos fora do limite municipal, o que prejudica, inclusive, o comércio local.

Para entender essa relação, fortemente encontrada em Cambira, parte-se do entendimento da sua inserção na rede urbana do Norte do Paraná, tal como do seu grau de centralidade/hierarquização e sua proximidade com centros maiores, como Apucarana, Maringá e Londrina. Por não dispor de empregos suficientes, opções de lazer, de atendimento médico especializado, entre outros fatores, Cambira

desempenha na rede urbana um papel de nível muito fraco de centralidade, ou seja, com poder local apenas. As pessoas que não encontram esses serviços, ou emprego, lazer e educação, acabam por recorrer a centros maiores. Entretanto, nem todas têm essa condição e acabam por sofrer conseqüências negativas dessa ausência de serviços em Cambira.

Portanto, os desafios futuros de Cambira, visam, mais do que tentar evitar esse panorama de vaivém, proporcionar a sua comunidade condições básicas de sobrevivência, como moradia, saúde, educação e emprego, direitos esses previstos na Constituição Federal de 1988.

A participação coletiva também é importante e fundamental. E esta, infelizmente, foi pouco vista em Cambira. A ausência de grupos coletivos organizados deixa que a comunidade local seja conduzida de forma unilateral pelo poder público, por vezes em detrimento das soluções em favor do coletivo. A reversão desse processo político, por uma forma mais participativa, deve ser incentivado na comunidade, esboçando uma das perspectivas futuras para Cambira.

A necessidade de se planejar permite compreender a realidade local – do município ou de bairros e comunidades. Os espaços de convivência e da realidade humana devem trazer ao social a dignidade humana e contribuir para a formação de futuras gerações. É dando voz às pessoas que vivem na localidade que serão alcançados os melhores resultados na gestão do território numa escala coletiva e não isolada em pequenos grupos.

O presente trabalho não é conclusivo. Abre portas para novas pesquisas e novas discussões acerca da realidade socioespacial de Cambira, de suas perspectivas de futuro e das pequenas cidades, importantes espaços de vida no contexto brasileiro. Não se pretende parar por aqui. Novas inquietações surgiram acerca da realidade das pequenas cidades, principalmente no que diz respeito àquelas que contemplam outra realidade e que não seguem essa dinâmica encontrada em Cambira e em muitas cidades do interior do Paraná, ou seja, estão fora do contexto expresso ao longo deste trabalho, o que permitirá uma nova fase de aprendizagem.

## Referências

ÁVILLA, Vicente Fideles de. *No município sempre a educação básica do Brasil*. 2 ed. Campo Grande: Editora da UCDB, 1999, v. 1. 146 p.;

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *Geografia de população*. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980. 441 p.;

BRASIL – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Embrapa – Café: Histórico*. Disponível em: <<http://www22.sede.embrapa.br/cafe/unidade/historico.htm>> acesso em: 22 de outubro de 2009;

BRASIL – MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Simples: Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP)*. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/DIPJ/2004/PergResp2004/pr110a202.htm>> acesso em: 03 de agosto de 2009;

BUENO, Francisco da Silveira. *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: FTD: LISA, 1996;

CAMBIRA, Prefeitura Municipal. *Histórico de Cambira*. Disponível em: <<http://www.prefcambira.com.br/index.php?exibir=secoes&ID=54>> acesso em: 18 de agosto de 2009;

CARVALHO, Márcia Siqueira de. Os mitos da reforma agrária e da geada no Norte do Paraná. In: *Dimensões do espaço paranaense*. Tânia M. Fresca, Rosana F. Salvi, Rosely S. Archela (organizadoras) – Londrina: Ed. UEL (Universidade Estadual de Londrina), p. 59-103, 2002;

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. In: *Território*, Rio de Janeiro, Ano IV, nº 06 – jan./jun., 1999. p. 43-53;

\_\_\_\_\_. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. In: *Território*, Rio de Janeiro, v.5, n.8, p. 121-129, Junho 2000;

\_\_\_\_\_. Uma nota sobre o Urbano e a escala. In: *Revista Território*, Rio de Janeiro, Ano VII, nº 11, 12 e 13 – set./out., 2003. p. 133-136;

DALLABRIDA, Valdir Roque. Novos Paradigmas para o Desenvolvimento Regional. In: *Geonotas*, v. 3, Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá. Maringá: 1999. p. 25-46;

DEGASPARI, Silvia D., VANALLI, Tereza Raquel & MOREIRA, Márcia Regina. *Apostila de normalização documentária*. Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005, 31 p.;

DELGADO, Edelaine Nabarrete Franco. *Desenvolvimento local e meio ambiente: as transformações históricas na paisagem do município de Novo Itacolomi – PR (1975-2007)*. 2007. 261 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Maringá, 2007.

ENDLICH, Angela Maria. *Maringá e o tecer da rede urbana regional*. 1998. 221 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1998;

\_\_\_\_\_. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2006. 505 p. il.;

ENDLICH, Angela Maria & ROCHA, Márcio Mendes (Organizadores). *Pequenas cidades e desenvolvimento local*. Maringá: PGE, 2009. 147 p.;

EXPRESSO NORDESTE. *Horário de ônibus linha Cambira – Apucarana*. Disponível em: <<http://www.expnordeste.com.br/forms/index.php>> acesso em: 28 de outubro de 2009;

FRESCA, Tânia Maria. *A dinâmica funcional da rede urbana do Oeste Paulista: estudo de casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista*. 1990. 282 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990;

\_\_\_\_\_. *A rede urbana do norte do Paraná*. Londrina: Eduel, 2004. 403 p.: II;

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985;  
FURINI, Luciano Antonio & GÓES, Eda Maria. Ideologia e Espaço Geográfico. In: *Caderno Prudentino de Geografia – Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Vol. 1, nº 28, 2006. Presidente Prudente, SP: AGB. p. 33-44;

GONÇALVES, Francisco Ednardo. *Cidades pequenas, grandes problemas: perfil urbano do Agreste Potiguar*. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande Do Norte (RN). Programa De Pós-Graduação em Geografia, Natal, 2005;

GOOGLE EARTH, imagens de satélite. *Cambira*. 2009;

HEYN, Carlos Alberto. *Desenvolvimento Local Endógeno: análise de experiência em Porto Murinho – MS*. 2003. 134 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande;

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Caderno Estatístico: Município de Cambira*. 2009. 23 p. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5>> acesso em: 29 de maio de 2009;

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Características da população*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/demograficas.html>> acesso em: 25 de agosto de 2009;

\_\_\_\_\_. *Cidades: Cambira*. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?nomemun=Cambira&codmun=410380](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?nomemun=Cambira&codmun=410380)> acesso em: 01 de novembro de 2009;

\_\_\_\_\_. *Contagem da população, 2007*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>> acesso em: 28 de agosto de 2009;

\_\_\_\_\_. *Divisão Regional, 2008*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default\\_div\\_int.shtm?c=1](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1)> acesso em: 17 de setembro de 2009;

\_\_\_\_\_. *Estatísticas do Século XX*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/seculox/arquivos\\_xls/palavra\\_chave/populacao/rural.shtm](http://www.ibge.gov.br/seculox/arquivos_xls/palavra_chave/populacao/rural.shtm)> acesso em: 25 de agosto de 2009;

\_\_\_\_\_. *Estimativas populacionais, 2008*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/default.shtm>> acesso em: 30 de agosto de 2009;

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estimativas populacionais, 2009*. Disponível em:  
<[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009\\_DOU.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009_DOU.pdf)>  
acesso em: 10 de setembro de 2009;

\_\_\_\_\_. *Perfil dos municípios brasileiros (MUNIC), 2006*. Disponível em:  
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2006/default.shtm>>  
acesso em: 30 de agosto de 2009;

ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geociência do Paraná. Disponível em:  
<<http://www.itcg.pr.gov.br/>> acesso em: 22 de setembro de 2009;

MATOS, Ralfo. Aglomerações Urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Unicamp, 2000. Disponível em:  
<[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt4\\_3.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt4_3.pdf)> acesso em: 06 de agosto de 2009;

MOMESSO, Cristiane Maria Vendramini. *O mercado consumidor de produtos orgânicos em Campo Grande-MS: uma alternativa para o desenvolvimento local*. 2006. 88 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande;

MORO, Dalton Áureo. *Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no norte do Paraná*. Tese (doutorado) – Instituto de Geociência e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro: 1991. 353 p.;

MOURA, Rosa. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? In: *Pequenas cidades e desenvolvimento local*. Maringá: PGE, 2009. p. 15-40;

OLIVEIRA, Bianca Simoneli de & SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidades locais do triângulo mineiro e Alto Parnaíba/MG: algumas considerações. In: *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 3, n. 5, p.52-72, fev. 2002;

OLIVEIRA, Francisco de. *Aproximação ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo, Pólis: Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40 p.;

OLIVEIRA, Sérgio Ostetto. Desenvolvimento local e organização sócio-espacial. *Revista Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, vol. 4, nº 6, p. 47-53, mar. 2003;

RACY, José Caio. *Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*. 2005, Disponível em: <<http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/rem/article/viewFile/781/468>> acesso em: 06 de agosto de 2009;

REGO, Renato Leão & MENEGUETTI, Karin Schwabe. A forma urbana das cidades de médio porte e dos patrimônios fundados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. In: *Acta Scientiarum Technology*, v. 28, p. 93-103, 2006;

ROCHA, Márcio Mendes. *As tendências de Brodowski-SP como cidade-dormitório: uma abordagem regional*. Tese (Magister Scientiae) – Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, 1992. 91p.;

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, 87 p.;

SALVI, Rosana F., ARCHELA, Edison, ARCHELA & Rosely S. Breve descrição da formação do território paranaense. In: *Dimensões do espaço paranaense*. Tânia M. Fresca, Rosana F. Salvi & Rosely S. Archela (organizadoras) – Londrina: Ed. UEL (Universidade Estadual de Londrina), p. 193-210, 2002;

SANDES, Edson José Pessoa. *Comunidade Urbana e desenvolvimento local em área de invasão: bairro Taquarussu, Campo Grande – MS*. 2006, 141 p. + anexo. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande;

SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979a;

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988;

\_\_\_\_\_. *O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1979;

\_\_\_\_\_. Por uma geografia das redes. In: \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 2008-222;

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.54, p.81-99, jun.1977;

SCHNEIDER, Sérgio. A atualidade da contribuição Leo Waibel ao estudo da agricultura familiar. In: *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 25-41, 2002;

SOCZEK, Daniel. Comunidade, utopia e realidade: uma reflexão a partir do pensamento de Zygmunt Bauman. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 23, Nov. 2004. p. 175-177. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24632.pdf>> acesso em: 07 de agosto de 2009;

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo, Editora Contexto, 1991, 75 p.;

SWAIN, Tânia Navarro. *Fronteiras do Paraná: da colonização à migração*. Disponível em: <[http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins\\_textes/pleins\\_textes\\_7/b\\_fdi\\_03\\_01/37774.pdf](http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37774.pdf)> acesso em: 16 de setembro de 2009;

TOMAZZI, Nelson Dácio. *Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias*. Curitiba: 4 ventos, 2000;

UNFPA – BRASIL. *Relatório sobre a Situação da População Mundial 2007*. Disponível em: <[http://www.unfpa.org.br/relatorio2007/swp\\_mensagem.htm](http://www.unfpa.org.br/relatorio2007/swp_mensagem.htm)> acesso em: 04 de agosto de 2009;

VIAÇÃO GARCIA. *Horário de ônibus da linha Mandaguari – Apucarana*. Disponível em: <[http://www.viacaogarcia.com.br/arquivos/horariospdf/350\\_file.pdf](http://www.viacaogarcia.com.br/arquivos/horariospdf/350_file.pdf)> acesso em: 28 de outubro de 2009.

## Apêndice A – Entrevistas

As entrevistas realizadas nesse trabalho visaram apresentar, segundo a visão de pessoas que vivenciaram, os diferentes períodos no município de Cambira e suas transformações no espaço geográfico e nas relações sociais. O roteiro de entrevista não visou enquadrar as pessoas, mas sim norteá-las em suas falas. Consiste assim em direcionar à: falar sobre local e ano de nascimento e sua profissão; sobre a procedência de sua família; contar como foi a chegada no município de Cambira e onde foram morar; contar sobre a área rural e urbana de Cambira no momento em que chegou no município; contar a dinâmica do município, como comércio, festas, acessos, entre outras; e contar histórias e curiosidades sobre o município.

**Senhora Maria Tereza Almeida (71 anos).** Nascida em Ourinhos, interior de São Paulo, em 09 de maio de 1938, veio para Apucarana em 1942, com 4 anos de idade, e para Cambira, em 1951. É professora aposentada.

Sobre a procedência: *meu pai trabalhava na ferroviária, na rede, eles chamavam lá a rede, hoje a América Latina Logística, e ele trabalhava lá, daí meu tio em Apucarana começou com histórias dos dois se juntarem para começar; na época eles mandavam muitos porcos para São Paulo e eles começaram a comprar e criar porcos e eles mandaram para São Paulo (...) no fim meu pai ando abrindo uma serralheria aqui, a primeira serralheria que existiu aqui dentro de Cambira foi do meu pai, depois então nós viemos morar para cá. Eu vim para cá em 1951.*

Sobre escola: *agente ia estudar em Apucarana, eu e minhas irmãs, porque aqui não existia ainda escola para gente, era o ginásial que a gente falava, então nós íamos para Apucarana (...) estrada de terra, não tinha asfalto, daí meu pai resolveu voltar para Apucarana, nos viemos para cá em 51, em 52 eu acabei indo pra um colégio interno para fazer a quarta série ginásial antiga, que hoje é oitava [menciona que depois trabalhou três anos em Borrazópolis junto com uma irmã, e, posteriormente, com as irmãs se mudando para outras cidades, o falecimento de seus pais em Apucarana e a possibilidade de recomeçar a trabalhar em Cambira, ela retornou a cidade].*

Sobre a vida na área rural e o esvaziamento da mesma: *eles não se conscientizam que mudaram de situação e agora as vezes ficaram até numa*

*situação pior do que as que eles estavam, porque na zona rural eles podiam plantar alguma coisa (...) agora, hoje foram para as cidades, as cidades grandes, como eles dizem, então, eu acho que piorou muito. Eles iam muito para São Paulo, São Paulo era muito procurada, Curitiba até não era tanto não. [Intervenção da senhora Jamile Nakad Marrez para dizer que naquela época vieram muitos nordestinos e mineiros para trabalhar no café, que era muito por sinal e que com o trem o movimento foi muito grande e depois com a geada eles voltaram para suas terras].*

Sobre a área urbana e modo de diversão: *existia um cinema aqui, existiu um cinema aqui e era perto da casa da Jamile, onde ela mora hoje. [ela comenta que não existiam muitas opções na área urbana, as festas mesmo ocorriam na área rural, na área urbana apenas o cinema, as festas na igreja ou ficar na praça].*

Sobre o que sentiria falta se saísse de Cambira: *eu acredito que dessa intimidade, dessa ligação com o povo, sabe? (...) eu passo na rua, boa tarde, bom dia (...).*

Sobre o que falta em Cambira: [um longo suspiro] *falta segurança, e muito.*

Sobre o consumo de produtos: [alguns ela consome em Cambira mesmo, até para prestigiar os amigos e o comércio local, mas a maioria dos produtos ela consome em Apucarana. Ainda menciona que se tivesse que mudar de Cambira iria para Curitiba].

**Senhora Jamile Nakad Marrez (74 anos).** Nascida em São Paulo, em 30 de março de 1935, veio para Cambira, em 1951. É professora aposentada.

Sobre seu pai e colonização: *eles [se referindo a outros fundadores] fizeram um loteamento aqui para baixo da linha, aliás, antes da linha e para baixo da linha, e ajudaram no progresso da cidade que foi crescendo, comprando os terrenos e foi loteando. [após sua chegada em Cambira, ela conta que por três vezes saiu da cidade para buscar emprego, acompanhada do marido; as duas primeiras para São Paulo e a terceira para Curitiba, onde seu marido faleceu. Nesse momento ela voltou a Cambira definitivamente].*

Sobre esvaziamento populacional: *têm muita gente, inclusive meus filhos: um mora em Paranaguá, outro em Curitiba, outro no Mato Grosso (Cuiabá) foram atrás de procura de melhoras, de emprego, de propostas boas; tenho também irmãos em Rondônia.*

Sobre se tivesse que se mudar: *eu acho que iria para Paranaguá onde mora meu filho e sentiria falta das amigadas, do lugar mais tranqüilo, apesar de já ter mais violência, é um lugar tranqüilo do que outras cidades. Curitiba também seria um lugar que eu gostaria de morar, mas lá tem muita violência.*

Sobre o que falta em Cambira: *feira livre, antigamente tinha uma feira muito boa, depois foi com as mudanças de prefeitos foi parando aquilo e hoje tem, mas é muito restrita.*

Sobre o movimento de antigamente: *o trem parava ali, subia aquele monte de gente, sabe? Todo mundo vinha para trabalhar na colheita de café, Cambira passava de vinte mil habitantes, então o povo vinha para colher café, foi um progresso naquela época para a cidade; o movimento nossa era demais e daí com essas geadas o povo foi saindo da roça, o povo que veio para trabalhar voltou para suas terras, e por isso foi diminuindo a população, principalmente na área rural, porque eles vieram para a cidade também.*

Retornando sobre a ocupação da área urbana de Cambira e seu pai: *depois de passando um tempo, ele e mais dois sócios compararam essa área ali [não sabe especificar a área atualmente, apenas que é próxima a linha férrea] e lotearam, ele foi comerciante a vida toda. [seu pai se chama Cecílio Nakad, e segundo ela quando veio de São Paulo ele abriu uma venda/comércio na área urbana e vendia fiado para as pessoas pagarem na colheita, mas como o café, e nem o algodão, deram retorno as pessoas ele ficou sem receber e perdeu tudo].*

**Senhor Paulo Viena de Souza (64 anos).** Nascido em Araraquara, interior de São Paulo, em 19 de agosto de 1945, veio para Apucarana em 1942, com 4 anos de idade, e para Cambira, em 1955. É motorista.

Sobre vinda da família: *ele trabalhava na lavoura do café e na época o café aqui era a coisa mais linda, e ele resolveu vim embora para cá e nós viemos. Quando nos chegamos mesmo, nos chegamos em Apucarana, e dali nós fomos para ali a Água do Xaxim, perto de Apucarana e viemos aqui para pertinho de Cambira e depois mudamos para Cambira. [Motivo da vinda]: pelo café, viemos na influencia do café. Meu pai não comprou [terras rurais], meu pai era agregado, trabalhava como empreiteiro. Meu pai fez um dinheiro no café e ele mudou aqui, ele comprou um terreno dentro de Cambira, onde é a farmácia, ele comprou aquele*

terreno e construiu um armazém ali em 1956. Tudo em torno do café, porque se não fosse o café ele não teria comprado.

Sobre a vida em Cambira naquela época: aqui era muito difícil, porque não tinha asfalto e a rodovia era aqui dentro de Cambira e não existia nem asfalto nem cascalho nas estradas, chovia, assim, quinze dias, naquele tempo chovia muito não é Jamile? E chovia, por exemplo, quinze dias, e ficava tudo parado, tudo trancado, nem jipe ia daqui para Apucarana, porque as estradas trancavam; agente se valia do trem, naquele tempo tinha os trens de passageiros, tinha o Ouro Verde que chegava em São Paulo e saía em São Paulo, era diário, e o Curitibano, era dois trens de passageiros, então agente se valia de trem e para ir para São Paulo ninguém pensava em ônibus, era só trem. [ainda coloca que o asfalto chegou na cidade em 1963 e que o cinema existiu apenas até 1960].

Sobre a saída das pessoas de Cambira: eu tenho parentes que foi para Terra Boa, um punhado assim, mas outros parentes não (...) meu irmão foi para Maringá, tá lá até hoje. Meu irmão era bancário e foi mudando, outros saíram de Cambira procurando regiões novas de café na época.

Sobre se saísse de Cambira: ah dos amigos, mas se eu fosse pra sair eu iria para Maringá, eu gosto muito de Maringá, agora que eu sentiria falta dos meus amigos, eu não tenho nenhum inimigo aqui.

Sobre o que sente falta em Cambira: falta muita casa, é uma cidadezinha pequena assim falta muita coisa; aqui falta um mercado bom, falta alguma coisa sempre falta.

Sobre o consumo de produtos: agente da muita preferência para aqui, mas agente compra fora também, alguma coisa que não tem aqui agente compra fora.

Sobre a procedência e história de seu pai: [momento em que ele chora e não consegue falar sobre o assunto] nasceu em 27 de fevereiro de 1910 em Caicó, Rio Grande do Norte, ou seja, ele veio de uma situação difícil. Ele veio na época do café no Estado de São Paulo, em 1929, tinha muita influencia, então vieram pessoas de lá, amigos, e meu avô veio, até meu avô fico morando no Rio de Janeiro, meu pai era solteiro, ai o pessoal do Estado de São Paulo falando que o Estado de São Paulo estava muito bom e tal, e meu avô veio pro Estado de São Paulo trabalhar na lavoura de café e ficou – na região de Araraquara. [Depois, devido a ter parentes, como cunhados e sobrinhos no Paraná, a família veio para Apucarana].

Sobre o consumo e comercialização de produtos na época do café: [segundo ele alguns produtos eram consumidos de armazéns localizados na área urbana de Cambira e outros apenas em Apucarana, no entanto, a produção agrícola era comercializada e negociada em Apucarana].

Sobre os formadores de cafezais: *os formadores de café era o seguinte: se você pegasse por seis anos, o dono da terra dava um café para formar, ele não dava nada, nada, o formador derrubava e plantava, daí seis anos entregava para o proprietário, até seis anos tudo era do formador, o que ele produzia, tanto o café como os cereais eram dele.*

**Senhora Selena La Pietra de Melo (70 anos).** Nascida em Avaí, interior de São Paulo, em 1939, veio para zona rural de Cambira em 1961, com 22 anos de idade, se mudando para a zona urbana em 1969. É professora aposentada.

Sobre procedência da família: *meu pai tinha sítio lá [em Avaí, no interior do Estado de São Paulo], daí vendeu e foi quando ainda era bom para comprar sítio aqui, comprava mais barato e lá as terras já estavam ficando fracas, então meu pai comprou sítio para cá [zona rural de Cambira, dentro do seu próprio sítio, onde havia uma escola rural] e agente veio. Daí eu já tinha terminado o ginásio naquele tempo e daí eu fui convidada para dar aula, comecei na zona rural, ali na Bela Vista do Cambira, eu dei aula acho que uns oito anos lá, daí eu resolvi continuar estudando, daí eu vim para Cambira [para a zona urbana] para morar aqui mesmo. Casei em 1969. [conta que passou a lecionar em Novo Itacolomi, ainda distrito de Cambira, fazendo o trajeto todo dia numa estrada sem asfalto].*

Sobre os motivos que fizeram vir para o Paraná: *porque meu pai tinha um sítio lá, mas as terras lá já não eram muito produtivas, e então ele resolveu vir para cá, que aqui tinha mais chance de plantar, a terra era boa. [chegando na área rural] na área rural, eu estava com vinte dois, vinte três por aí. Então eu vim morar na cidade quando eu casei, em 1969.*

Sobre o movimento na zona rural: *a minha vida era muito movimentada, que lá eu era enfermeira, eu saía fazer injeção, eu fiz até parto, porque lá chovia muito, quando chovia muito então não tinha condição de trazer as pessoas, e seu sempre gostei da área de enfermagem, e eu dava aula, foi um, assim, acontecimento, vir para cá e dar aula, porque eu gostava mesmo era trabalhar em farmácia, trabalhei com médico lá no Estado de São Paulo, e, então eu vim para cá aula, mas na*

*verdade eu tinha uma enfermaria dentro da minha sala de aula, porque é um que vinha toma injeção, outro que queria que indicasse remédio, outro que se acidentava e eu que fazia os curativos, então, na verdade eu era bem ativa, e também eu gostava muito de teatro, eu ensaiava minhas crianças.*

Sobre o acesso da área rural à área urbana: ônibus, eu vinha até na estrada onde que passava e agente andava mais ou menos cinco quilômetros, tudo de subida, agente morava bem na “berada” do rio, e vinha e subia toda aquela montanha lá e vinha parar na rodovia ali, que hoje é asfaltada, mas na época era tudo barro e agente trazia um sapato para trocar aqui por outro sapato porque vinha cheio de barro.

Sobre a área urbana, como movimento e comércio: era bem simples, a única coisa que eu lembro, porque até então não era município aqui, não era município, município passou em 62, eu já fazia um tempo que estava aqui, ai quando passou a município tinha uma casa ali que era uma prefeitura, tinha uns bares, uma rua assim, essa rua principal tinha, mas era tudo casinha de madeira. [comparando à zona rural] onde agente morava tinha todos os sítios cortadinhos assim de dez alqueires, de oito alqueires, e tinha muita gente, então era movimentado ali.

Sobre consumo de produtos básicos na época em que morava na área rural de Cambira: onde eu tomava o ônibus tinha uma vendinha lá, que agente falava “vamos na venda então”, lá tinha basicamente tudo que o agente precisava, mas compra grande agente fazia aqui [na área urbana] ou em Apucarana também.

Sobre lazer e diversão naquela época: tinha muito eram essas festas de São Pedro, que nem, Bela Vista mesmo que era a região nossa ali, Bela Vista o padroeiro ali era São Pedro. Ai tinha festa, quermesse, a moçada toda passeava ali em volta, a diversão, e baile, mas baile agente nunca freqüentou, porque eu já nasci na presbiteriana, então agente não era assim muito de baile, mas era a diversão do pessoal, essas festas, festas de santos.

Sobre pessoas que se mudaram de Cambira: é, têm muitos parentes que moraram inclusive lá onde eu morava e que foram para São Paulo, foram para lá, hoje tem uma vida até estabilizada lá, mas saíram do sítio e foram para São Paulo; é Apucarana tem muitos alunos meus que moram lá, as vezes eu encontro já de cabelinho branco...”lembra de mim dona Selina?” falei “i, você faz tempo, uns trinta anos atrás”, mas foram muitos foram que ali já não tem mais nada quase, foram comprando os sítios e viro fazendas ali, um gado, então pouca gente fico.

Sobre o que mais gosta em Cambira: *ah aqui agente gosta porque agente conhece todo mundo, encontra na rua, por exemplo, de manhã quando eu saí, as vezes eu vou na academia, então você conhece “bom dia” “oi, tudo bem” “e fulado como está?” aquela amizade que as pessoas tem, agente conhece todo mundo, e então acontece, eu mesmo passei por um drama muito sério, agente sente o calor humano, todas as pessoas são solidárias, então é isso que eu gosto da cidade pequena, é que todos se conhecem, o que acontece as vezes numa família, existe também as divergências políticas que com o tempo vai surgindo, um grupo político, outro grupo, mas só que na hora das adversidades, as pessoas sem unem, sabe? Se gostam, se amam, então é gostoso também que agente para o carro no meio da rua pra conversar e tá tudo bem, tudo certo.*

Sobre se tivesse que sair de Cambira e o que sentiria falta: *eu acho que é dos amigos mesmo, da facilidade que nós temos aqui, porque aqui é um centro pequeno, mas nos temos tudo aqui, tem um banco aqui na porta, tem banco ali, tem correio aqui um quarteirão, tudo pertinho, acho que isso facilita a vida da gente aqui, sabe? Se tivesse que ir para uma cidade grande eu não teria vontade de ir.*

Sobre o que falta em Cambira: *eu acho que sempre na educação eu acho deve melhorar, sempre melhorando, porque vai evoluindo as coisas, então eu acho que se melhorasse mais a área da educação, professores que fossem reciclados, sei lá, muita coisa assim, acho que na educação e na saúde também, na saúde quanto mais recursos você tiver aqui, eu acho que. Emprego é uma coisa que falta também, agente já não sente tanto porque os filhos, minha filha tá trabalhando, eu tenho um neto que mora comigo também e tá estudando ainda, mas agente sabe que quando vai de manhã a circular vai lotada para Apucarana, muita gente trabalha fora.*

Sobre consumo de produtos: *compra agente faz aqui, mas alguma coisa assim agente busca fora, porque aqui tem boas lojas. Seria Apucarana e Jandaia eu compro também, mas, assim, basicamente mesmo é aqui, o básico.*

**Senhor José Jordão Belezi (67 anos).** Nascido em Bernardino de Campos, interior de São Paulo, em 16 de julho de 1942, veio para Cambira em 1955, com 13 anos de idade. Seu pai foi o primeiro prefeito do município. É ex-advogado e agora trabalha como ambientalista.

Sobre procedência da família: *nossa família veio de Bernardino de Campos no ano de 1936, isso quando meu avô comprou propriedade aqui, eu estava com uns, não tinha nem nascido ainda. Ai meu pai veio para cá com os irmãos pra abrir a fazenda aqui, em 36, e a família italiana, que meu nonô comprou um sítio aqui no Pirapó [Rio], pra eles morar aqui no Pirapó, porque pra enfrentar o mato até lá em baixo é complicado, dá dez quilômetros até na fazenda, então, eles tinham que abri picada até lá, então passava na época aqui aquela jardineira da Garcia, eles traziam de Rolândia, a estação ferroviária parava lá em Rolândia e eles iam buscar mercadorias lá em Rolândia, ou Apucarana na Casa Rosa, e levavam, chegavam aqui, e levavam no meio da picada o saco de açúcar, nas costas, e ai meu avô, eles acharam por bem até ficar lá, botaram encerado em cima e ficaram lá, não ficaram no sítio, e abriram lá e decidiram, na época só no braço. [conta da aquisição de seu nonô e seu avô]. Meu pai vinha para cá e ficava mês aqui, nós viemos de mudança aqui em 1955. [na zona urbana, ele não morou na zona rural aqui, só no interior de São Paulo; em Cambira apenas seu pai, enquanto não tinha família].*

Sobre os colonizadores que lotearam área urbana de Cambira: *ele [seu pai] veio aqui e na época estava ai: João Davantel, Geraldo Sapatini, Cecílio Nakad e Geraldo Marcato, essas pessoas que lotearam Cambira.*

Sobre a chegada à Cambira e a área urbana: *eu só lembro que nós descemos de mudança aqui e eu já saí correndo para ver onde era a casa, o quê que era a cidade eu não vinha nada. E aí eu saí, com treze anos, saí me perdi no meio do cafezal da igreja para cá, me perdi, não sabia voltar mais, mas só tinha lá, na casa do Geraldo Marcato era um barracão de dois metros de altura e lá tinha uma vendinha, tinha uma venda, uma padaria para cá, não lembro mais de nada.*

Sobre a queda populacional de Cambira: *na época de 75 houve uma geada muito grande aqui e houve o êxodo rural e a turma tava entendendo inclusive que era o sindicato que era o culpado disso, eu tava na direção do sindicato, não tem nada disso não, onde entrou o boi, o homem saiu (...) Aqui não tinha mais condições na zona rural (...). Eu fui um que eu saí, mas eu voltei, fiquei vinte dois anos fora daqui, fiquei lá em Mandaguari [voltou recentemente, a mais ou menos um ano atrás, o motivo foi ter parado de advogar em Mandaguari, agora se dedicando apenas a ecologia].*

**Senhor Antenor Calsavara (83 anos).** Nascido em Penápolis, interior de São Paulo, em 26 de junho de 1926, veio para Cambira em 1946, com 20 anos de idade. É aposentado, mas foi agricultor durante a vida.

Sobre a procedência da família: *nós viemos para cá em 1946, chegamos aqui no dia 12 de outubro de 1946. Nós viemos para cá, lá a onde nós morava nós estava até bem, nós tinha uma propriedade boa, mas os velhos [seu pai e o irmão dele], um morava pra cá e outro morava pra lá, eles eram dois irmãos, então esse que morava pra cá, ele achava que nós devia vende lá e vim pra cá, porque aqui era a terra nova, aqui é mas futuro, e coisa, então eles acabaram vendendo lá, uma propriedade de mais ou menos cinqüenta alqueires, naquele tempo lá não valia nada, cinqüenta alqueires de terra lá vendia por duzentos contos, conto, naquele tempo era contos, em três pagamentos (...) viemos pro Paraná (...). Viemos sem destino, sem nada, esse meu tio que já estava aqui, então ele construiu aqui na cidade, duas casas para nós, então quando nós viemos já tinha duas casas aqui que já estava feita para nós, ele começo fazer em 46, e então no fim do ano nós viemos para cá [ele conta que ainda não existia a cidade, ao chegar passaram um tempo sem ter onde trabalhar e depois pegaram um sítio para cuidar durante um ano, como colono, em agosto de 1947 quando o contrato venceu compraram uma propriedade, com cinqüenta hectares, dividida entre seu pai e seu tio, onde hoje é a área próxima a praça da rodoviária]. Nós ficamos de um modo que não tinha condições de abrir esse mato e plantar, então, meu tio, ele e meu pai, meu irmão mais velho, eles tiveram uma idéia: eles fizeram um loteamento ali onde tá a praçinha da rodoviária, nesse lote que tocava vinte cinco hectares para cada um, eles lotearam ali dois alqueires, dava uns cinco hectares e começaram a vender uns terreninhos ali para nós sobreviver (...) venderam ai, venderam barato, foi o primeiro loteamento da cidade, porque quando foi loteado não era Cambira, então era loteamento Vila Formosa, município de Apucarana [conta que por problemas de família perderam as terras e o dinheiro que tinham].*

Sobre consumo de produtos naquela época: *agente ia em Apucarana. Essas duas casas que nós tinha ai, uma delas nós montemos uma casa de comércio, então meu irmão mais velho trabalhou nessa casa de comércio até 1951. Mas a situação não era muito boa, sabe? E ele pegou e arrumou um serviço ali no sítio na fazenda São José, de administrador da fazenda e, ele foi morar lá e ele parou de trabalhar com a venda então nós tivemos que acabar com essa venda, foi ao caso*

que preciso vender [ele relembra que os produtos principais eram mesmo comprados em Apucarana, com algumas exceções em Londrina; o acesso era feito por estradas de terra].

Sobre o movimento da área urbana e o comércio: *comércio morto, apagado, tinha ninguém, não tinha nada, era um comercinho mesmo.*

Sobre o movimento da área rural: *a área rural era boa, mas o movimento da área rural ia todo para Apucarana, porque aqui não tinha nada, não tinha o que segurar o povo, não tinha comércio, não tinha casa de comprar cereais, não tinha, por exemplo, naquele tempo já se produzia café, não tinha máquina pra compra café, então o povo tinha que ir pra Apucarana, ia vender a mercadoria lá e já comprava as coisas lá. O comércio aqui era morto mesmo entendeu? E foi morto até passar a ser município, sempre foi um comercinho mais apagado, mortinho, depois em 61 passou a município e começou a desenvolver alguma coisa.*

Sobre pessoas que se mudaram de Cambira: *sim, bastante. Uns ia para São Paulo, outro ia pra Curitiba, outros ia pra Maringá, aqui muita gente ia pra Maringá. Saíram por condições financeiras, a situação não era boa e esse povo, quem tinha um terreninho ainda agüentava, quem não tinha ele começava trabalha teve que sair. Em 75 quando veio aquela “geadona” que queimou tudo o povo da lavoura fez assim [ele imita o som de um vento, simbolizando uma saída rápida] esvaziou, quem aqui ia ficar mais na lavoura, ai veio a mecanização, o povo começou arrancar os cafés e a mecaniza a terra e ai o povo não tinha onde trabalha e preciso ir embora. [o que fez ficar em Cambira e não sair como seus amigos agricultores foi o fato de, junto de seus irmãos, terem um pedaço de terra, no qual eles mesmos cuidavam da lavoura e apesar das dificuldades de 1975 e 1976 agüentaram até 1981, quando passou a não ter mais produção suficiente para sustentar a terra. Venderam-na e dividiram entre os irmãos e cada um foi viver sua vida].*

Sobre se tivesse que se mudar de Cambira: *não tenho intenção nenhuma de mudar de Cambira.*

Sobre consumo de produtos: *compro tudo aqui, não compro nada em outra cidade. [ele menciona que só sai de Cambira para procurar atendimento médico mais sério em Apucarana].*

Sobre as sensações iniciais ao chegar em Cambira: *minha primeira sensação quando eu cheguei aqui, nós chegamos aqui era umas nove horas da noite, quando o caminhão chegou lá no cemitério, então, meu primo, quando chegou lá no*

*cemitério falou: “olha lá, você ta vendo aquela luz que tá brilhando lá, ali no Cambira?” (...) então, quando eu vi aquela luz, aquilo parece que me, entende? Deu uma certa alegria, eu falei:, “puxa vida, graças a Deus, vou morar num lugar onde já tem luz”; olha representava que foi uma iluminação divina, entendeu? E até hoje eu não esqueci daquilo, entende?*

**Senhora Horizontina Ramalho Martins (80 anos).** Nascida em Cabo Verde, interior de Minas Gerais, em 15 de julho de 1929, veio para Cambira em 1944, com 15 anos de idade; ficou na área rural até 1951 e na área urbana até 1964. Depois se mudou para Apucarana, Curitiba e Maringá, onde vive atualmente. Sua saída de Cambira é exemplo do que ocorreu com muitas pessoas. É pedagoga aposentada.

Sobre a procedência da família: *nunca perguntei para meu pai, bom, que o motivo que ele mudar para cá foi que ele achava que os impostos lá eram muito alto, agora não sei quem que falou daqui de Apucarana, eu não lembro, ele nunca explico, daí ele veio para Apucarana e comprou o sítio. Daí meu pai comprou o sítio e viemos de mudança, viemos de trem, foi muito bonito a mudança (...). Ai chegou o trem, parava em Apucarana só, ai dormimos lá e no outro dia viemos de ônibus até o Cambira.*

Sobre a área rural: ela viveu na área rural de Cambira durante sete anos, onde lecionou desde que chegou a mesma. Segundo ela a área rural era movimentada, com festas nas sedes dos sítios, principalmente casamentos e bailes. Nas fazendas se plantavam de tudo, trigo, arroz e verduras, contudo o predomínio era de café. Ainda existiam animais para sobrevivência apenas. Os produtos agrícolas eram comercializados em Apucarana, sendo que os caminhões vinham buscar diretamente nos sítios os produtos para levar à Apucarana.

Sobre o consumo de produtos: naquela época os produtos eram comprados em Apucarana; muitos poucos eram adquiridos em Cambira. Ela conta que comprava produtos em grande quantidade para estocar, para não precisar ir sempre a Apucarana.

Sobre sua saída de Cambira: ela conta que assim como a maioria das pessoas ela tentou melhorar sua condição de vida, para estudar e trabalhar. Ela seguiu os passos do marido e dos filhos que foram estudar em Curitiba, inicialmente, e Maringá, em seguida. Atualmente reside com sua filha em Maringá.

## Apêndice B – Questionários

Os questionários realizados em diversos pontos de Cambira visaram apresentar a opinião da comunidade com relação ao seu município e suas condições de vida e sobrevivência. Serviram para nortear as questões do trabalho e para buscar respostas para os fatos ocorridos.

### *Questionário*

NOME: \_\_\_\_\_

1) Local de nascimento/ idade \_\_\_\_\_

2) Profissão/Empresa que trabalha \_\_\_\_\_

3) Renda familiar: \_\_\_\_\_

4) Escolaridade \_\_\_\_\_

5) Endereço \_\_\_\_\_

6) Tempo de residência no município/cidade \_\_\_\_\_

Morou na zona rural? \_\_\_\_\_ Quanto tempo? \_\_\_\_\_

7) Procedência (último lugar que morou antes de morar neste município) \_\_\_\_\_

8) Do que você gosta na sua cidade? O que é melhor na sua cidade?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

9) Do que você sentiria mais saudades se tivesse que se mudar?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

10) O que falta na cidade?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



## Apêndice C – Resultados dos questionários

O Quadro 1 apresenta os principais destinos citados de pessoas conhecidas que saíram de Cambira. Apucarana lidera com 30% das citações, seguido por São Paulo e Jandaia do Sul. Já o Quadro 2 apresenta os possíveis destinos dos moradores caso tivessem que sair do município. Apucarana, Maringá e Londrina aparecem entre os primeiros, entretanto 16% não aceitariam ter que se mudar de Cambira.

Quadro 1. Cambira (PR). Principais destinos citados migrantes, 2009

Município	Destinos paranaenses	Outros
Cambira	Apucarana – 30% Jandaia do Sul – 13% Arapongas – 10% Curitiba e Maringá – 9,5% Londrina – 8% Guarapuava, Paranaguá, Rolândia, Santa Fé e Terra Boa – 1,4%	São Paulo – 17,4% São Paulo – interior – 8% Mato Grosso – 2,6% Mato Grosso do Sul e Rondônia – 1,4%

Nota: não sabem ou não opinaram – 13%

Fonte: Questionários aplicados, 2009

Organização: Fernandes, P. H. C.

Quadro 2. Cambira (PR). Possíveis destinos citados dos moradores, 2009

Município	Destinos paranaenses	Outros
Cambira	Apucarana – 22,7% Maringá – 16% Não sairia – 16% Londrina – 12% Jandaia do Sul – 9,4% Curitiba – 6,7% Arapongas e Novo Itacolomi – 5,4 Mandaguari – 4% Califórnia, Cambé, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Ivaiporã, Marumbi, Paiçandú e Paranaguá – 1,4%	São Paulo – interior – 4% São Paulo – município – 2,7% Santa Catarina e Rio Grande do Sul – 2,7% Rio de Janeiro – município – 1,4%

Nota: não sabem ou não opinaram – 9,4%

Fonte: Questionários aplicados, 2009

Organização: Fernandes, P. H. C.

O Quadro 3 apresenta o local dos produtos consumidos pelos moradores. Cambira aparece com 53,3% e Apucarana com 50,7%. O Quadro 4 apresenta as expressões sobre o que “gosta em Cambira”. A tranquilidade e a amizade foram citadas por 74% das pessoas.

Quadro 3. Cambira (PR). Consumos de produtos, por localidades citadas, 2009

Município	Locais
Cambira	Cambira – 53,3% Apucarana – 50,7% Jandaia do Sul – 16% Maringá – 2,6% Londrina e Mandaguari – 1,4%

Nota: não sabem ou não opinaram – 2,6%

Fonte: Questionários aplicados, 2009

Organização: Fernandes, P. H. C.

Quadro 4. Cambira (PR). “Do que você gosta na sua cidade?”, citadas, 2009

Município	Expressões citadas
Cambira	Tranqüilidade – 44% Amizade e Pessoas – 30% Localização – 10,7% Segurança – 8% Igreja – 5,3% Não gosta – 4%

Nota: não sabem ou não opinaram – 14,7%

Fonte: Questionários aplicados, 2009

Organização: Fernandes, P. H. C.

Por fim, o Quadro 5 apresenta o “que falta em Cambira”, segundo os moradores. O emprego foi lembrado por metade das pessoas e o hospital e assistência medica por 38,7%.

Quadro 5. Cambira (PR). “O que falta na sua cidade?”, citadas, 2009

Município	Expressões citadas
Cambira	Emprego – 50% Hospital e assistência de saúde – 38,7% Asfalto e Lazer – 33,4% Segurança – 28% Moradia e Infra-estrutura – 18,7% Universidade/Educação – 8%

Nota: não sabem ou não opinaram – 13,4%

Fonte: Questionários aplicados, 2009

Organização: Fernandes, P. H. C.